



Milhares e milhares de pessoas comemoraram em todo o País o 18º aniversário do 25 de Abril. Na foto, a manifestação de Lisboa

1º de Maio é tempo de cravos de Abril

Todos às manifestações do 1º de Maio

Págs. 4/5/6

EP
Págs. 16 e 17
**JÁ ESTÁ
À VENDA**

Encontro de partidos comunistas

Realiza-se em Lisboa, nos próximos dias 4 e 5 de Maio, um encontro de delegações do Partido do Povo de Chipre (AKEL), do Partido Comunista de Espanha, do Partido Comunista Francês, do Partido Comunista Grego, do Partido Comunista Português e, como observador, o Partido da Refundação Comunista, de Itália, ao nível das respectivas Secções Internacionais.

O encontro procederá ao intercâmbio de informações e pontos de vista sobre a situação nos respectivos países, na Europa e no mundo, e ao exame de eventuais iniciativas de cooperação.

No final do encontro está prevista uma Conferência de Imprensa com a participação das delegações, no dia 5, 3.ª-feira, pelas 17 horas, no Centro de Trabalho «Vitória», na Avenida da Liberdade.

Daniel Branco e Hélder Madeira eleitos na Área Metropolitana de Lisboa

Pág. 11



Adesão do escudo ao SME: o espectáculo político

— artigo
de Octávio Teixeira

Pág. 18



RTP Novos estilos, velhos rituais

— artigo
de Francisco Costa

Pág. 22

Octávio Pato visita China e Coreia

Pág. 32

Mobilizar para o 1º de Maio



Manifestações populares assinalam em todo o País a passagem do 18º aniversário do 25 de Abril

RESUMO

22 Quarta-feira

A Associação Nacional de Freguesias (Anafre) critica o Grupo Parlamentar do PSD por este ter impedido a discussão em plenário de dois projectos de lei do PCP e PS sobre o regime de funções dos membros das juntas de freguesia. Colisão de dois comboios no Cacém, Linha de Sintra, provoca cerca de 30 feridos. O Comité Económico e Social, órgão consultivo da Comunidade, manifesta-se insatisfeito pelos sucessivos atrasos no domínio da política social. Maximo San Roman, investido pelo Parlamento como presidente constitucional do Peru, acusa Alberto Fujimori de ser um «ditador». Uma forte explosão numa conduta de gás na cidade mexicana de Guadalajara causa mais de duas centenas de mortos, centenas de feridos e destrói três bairros. George Bush recebe Cavaco Silva e Jacques Dellors no quadro das conversações para um acordo no GATT. Comunistas russos assinalam em várias cidades o 122º aniversário do nascimento de Lênine.

23 Quinta-feira

A CDU vence as eleições para a Assembleia Metropolitana de Lisboa, obtendo cerca de 35 por cento dos votos expressos. Autarcas e técnicos da Transtejo e CP, reunidos na Sociedade de Geografia de Lisboa, defendem uma melhor rede fluvial na ligação entre as duas margens do Tejo. O CDS defende a revisão da Lei da Greve e critica paralisações nos transportes. PSD/Açores concretiza expulsão do seu deputado Renato Moura. Ramos Horta anuncia a apresentação para breve, na ONU, de um plano de transição para Timor-Leste. O presidente sul-africano, Frederik de Klerk, propõe eleição de Executivo por sufrágio directo. Frente Islâmica de Salvação apela para uma luta armada na Argélia. O Presidente de S. Tomé e Príncipe, Miguel Trovoada, exonera o governo de Daniel Daio, pondo assim termo a duas semanas de crise política. A ONU preconiza uma redução nas despesas militares com vista a diminuir o fosso entre países ricos e pobres.

24 Sexta-feira

A Câmara Municipal de Lisboa aprova em sessão extraordinária um conjunto de medidas para resolver problemas de engarrafamento no trânsito da capital. O Tribunal Administrativo de Lisboa iliba o marechal Costa Gomes de responsabilidade individual no mandado de captura emitido em 1974 contra Jorge Jardim. Executivo italiano apresenta demissão a Francesco Cossiga, Presidente da República. As Repúblicas da Sérvia e do Montenegro proclamam-se como herdeiras da ex-Jugoslávia e aprovam um projecto de Constituição. Líderes mujaedines afegãos, reunidos em Peshawar, chegam a acordo sobre a composição de um conselho interino para administrar política e militarmente o Afeganistão.

25 Sábado

Milhares de pessoas comemoram em todo o País a passagem do 18º aniversário da Revolução libertadora do 25 de Abril. Por iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa é descerrada no Carmo uma lápide em homenagem a Salgueiro Maia, capitão de Abril. Ao receber o bastão de marechal, numa cerimónia organizada pela Asso-

ciação 25 de Abril, Costa Gomes tece várias críticas a António Spínola, acusando-o de nunca ter estado «de alma e coração com o Movimento das Forças Armadas». Um cargueiro com bandeira de Antígua encalha à saída da barra da Figueira da Foz. O Conselho de Segurança da ONU apela para o respeito do cessar-fogo na Bósnia e para o fim de todas as ingerências externas na ex-república jugoslava. Facções de Massud e Hekmatyar ocupam postos-chave em Cabul. Na Alemanha, os Sindicatos da Função Pública e dos caminhos-de-ferro entram em greve, juntando-se aos sectores da metalurgia, construção mecânica e Correios.

26 Domingo

Chega a Lisboa o vice-presidente da União Democrática de Timor, João Carrascalão. Reunidos no seu primeiro encontro ibérico, objectores de consciência apelam aos participantes portugueses para que recusem integrar a respectiva comissão nacional. Um incêndio de grandes proporções de flagra num prédio no Bairro Alto. Nelson Mandela acusa o presidente sul-africano, De Klerk, de estar directamente implicado em actos de violência nas cidades negras do país. Alberto Fujimori, presidente peruano, ameaça prender deputados no caso de estes aprovarem leis. O exército israelita assassina dois palestinianos e provoca ferimentos em 40 outros nos territórios arábicos ocupados.

27 Segunda-feira

Siza Vieira ganha o Prémio Pritzker, o maior galardão mundial de arquitectura. António Guterres afirma em declarações ao Diário de Notícias que o PS está disponível para rever a Constituição. A Associação ambientalista Quercus propõe um debate televisivo entre o Governo e as organizações não governamentais subordinado à construção da nova ponte sobre o Tejo. ACGTP alerta para o facto de os autocarros alternativos contratados pela Administração do Metro custarem à empresa 6800 contos por dia, verba que seria suficiente para atender este ano às reivindicações dos trabalhadores. Hans-Dietrich Genscher, ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, anuncia a sua demissão do Executivo. A República Federal da Jugoslávia, composta pela Sérvia e Montenegro, é proclamada oficialmente em Belgrado pelos deputados destes dois estados federados.

28 Terça-feira

João Champalimaud, o sexto filho do grande monopolista do regime fascista, António Champalimaud, é morto a tiro no seu próprio escritório em Lisboa por um antigo «segurança», que havia despedido ilegalmente e com quem mantinha um contencioso já julgado em Tribunal, com decisão desfavorável para o industrial e antigo patrão do agressor, um ex-sargento de Artilharia. A EDIPRESSE, grupo empresarial suíço, assina um acordo com a Projornal, segundo o qual compra 20% do capital social deste grupo português com o objectivo declarado de «revitalizar as quatro publicações da Projornal». Morre em Paris, com 83 anos, o compositor francês Olivier Messiaen. A agência noticiosa UPI informa que cessará as suas actividades em 15 de Maio próximo, declarando falência e vendendo os bens em hasta pública. O ministro da Justiça da Alemanha, Klaus Kinkel, é o novo indigitado, pelo Partido Liberal Alemão (FDP), para suceder a Hans-Dietrich Genscher como ministro dos NE da RFA.

O êxito das comemorações populares do 25 de Abril abre as melhores perspectivas para a Jornada do 1º de Maio. As operações da direita, desenvolvidas especialmente por via mediática para denegrir, em pobrecer, mutilar e esfumar a memória do 25 de Abril foram claramente contraditadas por numerosíssimos actos comemorativos levados a cabo por todo o País, com natural destaque para a manifestação da Avenida da Liberdade e o comício do Rossio, que se lhe seguiu, em Lisboa, assinalados como dos mais participados dos últimos anos.

A mensagem que se desprende destes actos comemorativos não é o desânimo ou o abatimento perante as dificuldades, ou o ofício de corpo presente, como alguns gostariam, mas a determinação para enfrentar e resistir à política da direita e a alegria de quem confia na sua luta.

As comemorações do passado fim-de-semana provam que o 25 de Abril está no coração e na mente dos portugueses não como uma eterna saudade, mas como um projecto de luta que inspira as batalhas do presente e perspectiva um futuro mais promissor para Portugal.

Esta leitura não deixa, seguramente, de ser compreendida pelos adversários de Abril, mas é importante que seja feita também pelos que, continuando a reclamar-se do campo democrático, confundem o seu próprio cepticismo e cansaço com uma pretensa perda do poder mobilizador dos ideais da revolução portuguesa, que pôs termo à ditadura fascista e fundou o regime democrático no nosso país.

Constitui um verdadeiro escândalo a forma como a generalidade da imprensa diária ignorou as mensagens dos partidos da oposição democrática e a forma implacável como censurou a própria palavra dos militares de Abril, incluindo as que foram proferidas no acto de entrega do bastão ao Marechal Costa Gomes pela Associação 25 de Abril.

Para certa imprensa, as palavras de Abril são incómodas e metem medo.

O «Avante!», pelo contrário, está seguro de que presta um bom serviço ao país e à causa da democracia acolhendo no espaço limitado das suas páginas largos extractos do que de mais significativo foi dito no 18º aniversário do 25 de Abril.

Igualmente exemplificativo dos rancores que contra a data inaugural da democracia portuguesa se abrigam na RTP, foi o «Jornal de Sábado» e a baixa manipulação aí produzida no noticiário, no comentário e no debate. O que se pergunta é como pode o regime democrático permitir que a sua própria fundação seja tratada de forma tão pouco edificante?

As comemorações oficiais realizadas em Belém confirmaram as preocu-

pações e receios que aqui manifestámos, na semana passada. Da experiência parece resultar claramente a imperiosidade de se regressar à sessão política na Assembleia da República com a intervenção dos partidos assegurada.

Tudo concorre para transformar o próximo 1º de Maio numa grande jornada de festa e de luta perfeitamente digna do Dia do Trabalhador.

Vimos de um período de grandes lutas operárias e de outras camadas laboriosas que fizeram do primeiro trimestre de 1992 um dos de maior conflitualidade, pela quantidade e a envergadura das acções, verificado nos últimos anos.

O desenvolvimento da luta popular tornou-se indispensável para fazer frente a uma vasta ofensiva governamental e de toda a direita contra os interesses, os direitos e as condições de vida dos trabalhadores e das classes e camadas médias.

A ofensiva continua em marcha e a necessidade de lhe fazer frente torna-se ainda mais imperiosa.

«A jornada do 1º de Maio constitui uma soberana oportunidade de corporizar e trazer à rua todos os descontentamentos e de reunir num grande caudal de luta as diversas correntes de resistência à política da direita.»

A jornada do 1º de Maio constitui uma soberana oportunidade de corporizar e trazer à rua todos os descontentamentos e de reunir num grande caudal de luta as diversas correntes de resistência à política da direita.

É oportunidade soberana para continuar a dizer: não à contenção salarial; não ao aumento do IVA e dos outros impostos; não ao agravamento dos preços; não ao alastramento da precarização do emprego; não aos despedimentos colectivos e ao fomento do desemprego; não ao novo quadro de excedentes e às reformas antecipadas e forçadas na função pública.

É altura de levantar um protesto generalizado contra o acordo de rendimentos e preços que a UGT assinou com o Governo e as organizações patronais e que lhes serve de instrumento para intensificarem a exploração e a repressão dos trabalhadores. É a oportunidade para desmascarar o sindicalismo oportunista preconizado e praticado pelos dirigentes da UGT e cujos resultados desastrosos estão à vista de todos.

É também o momento para continuar o protesto contra as gravosas «taxas moderadoras» sobre a saúde, a redução da comparticipação do Estado no custo dos medicamentos e o aumento brutal das propinas no ensino superior e

para apoiar e incentivar a organização de movimentos unitários em torno desta e de outras questões específicas.

É igualmente uma boa ocasião para alertar a consciência do país para as perversões da democracia política em que crescentemente se compraz o Governo de Cavaco Silva e para atitudes que testemunham as suas concepções antidemocráticas, como as novas tentativas para reduzir os direitos de intervenção dos partidos da oposição na Assembleia da República, ou a reestruturação dos serviços da Secretaria de Estado da Cultura para aumentar o controlo do PSD sobre a vida cultural, e num plano ainda mais inquietante, as operações de vigilância por parte dos serviços secretos a trabalhadores, estudantes e africanos residentes no país, as «pensões excepcionais» concedidas a ex-PIDES, como o último comandante do Campo de Concentração do Tarrafal, a pressa com que fez aprovar o perigoso acordo de Schenguen sem dar tempo à Assembleia da República para fazer uma séria discussão sobre as suas graves implicações. É, especialmente, o momento para manifestar a recusa dos trabalhadores de qualquer decisão do Governo que possa conduzir à alteração da data em que se comemora o 1º de Maio.

A este propósito é oportuno salientar a afirmação do dirigente da CGTP-IN, Manuel Lopes, há dias formulada em nome da Comissão Executiva da Central: «Continuaremos a festejar o Dia do Trabalhador a 1 de Maio, nem que para tal seja necessário convocar uma greve».

A passagem do 1º de Maio é uma ocasião especialmente importante para que os trabalhadores assumam e manifestem com toda a firmeza a sua oposição à situação que está a ser modelada pela política de direita do Governo de Cavaco Silva e pelo poder do PSD, à margem da Constituição.

Nesta situação cavaquista há traços que já se mostram com toda a nitidez: o aprofundamento das desigualdades sociais e regionais; a desresponsabilização do Estado das suas obrigações no campo social e cultural; a acumulação e centralização da riqueza, através das privatizações e de outras linhas prioritárias da acção governativa, tendo em vista a restauração dos grupos monopolistas; a influência crescente do poder económico destes grupos, em processo de restauração, sobre o poder político; as crescentes perversões autoritárias que ameaçam a democracia portuguesa.

É a altura de dizer firmemente não ao reino do capital monopolista, mesmo que sob a forma de uma democracia parlamentar musculada. As ameaças que Champalimaud vociferou há dias atrás deram uma amostra do que seria.

A organização, o protesto e a luta são as palavras com que se escreve esta atitude de recusa. Nestes dias ela assume-se mobilizando para o 1º de Maio.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC Matrícula: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira. Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pípos, 326, Guifões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Composto e impresso na Heka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 4.500\$00; 25 números: 2.325\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 5.707\$50

ESPAÑA — 50 números: 7.090\$00

MACAU — 50 números: 11.140\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 12.190\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA E TODO O TERRITÓRIO DA URSS) — 50 números: 13.350\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 16.450\$00

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

PCP e a política governamental

Uma acção destinada a acentuar desigualdades

A Comissão Política do Comité Central do PCP na sua reunião de ontem, dia 27, procedeu à análise da situação política nacional e ao exame de aspectos diversos da actividade partidária, tendo dado particular atenção à realização de importantes iniciativas (encontros, seminários e debates) relacionadas com problemas de grande relevo para a vida nacional, a terem lugar no decurso do mês de Maio.

1. A Comissão Política analisando o actual quadro político concluiu que se vão acentuando as manifestações de descontentamento com a situação e a insistência do Governo numa política de concentração da riqueza tendo como corolário a acentuação das desigualdades.

O Governo prossegue uma política de desresponsabilização crescente em relação a serviços sociais fundamentais. Aumenta o número de empresas em situação difícil e em risco de colapso em consequência da sobrevalorização do escudo e das elevadas taxas de juro dos empréstimos, o que vem acentuar as dificuldades da nossa indústria fazer frente a uma concorrência desenfreada. A grave situação na agricultura é verdadeiramente catastrófica nas zonas mais atingidas pela seca.

Os processos de rapina de recursos públicos ligados às privatizações, as declarações revanchistas de António Champalimaud, as pensões, por alegados «serviços relevantes à pátria», concedidos a ex-Pides, constituem um insulto à consciência democrática dos portugueses.

2. As comemorações populares do 25 de Abril realizadas na sequência de um largo movimento reivindicativo e de protesto ocorrido nos últimos meses, pela ampla adesão de massas e pelo vigor político que as marcaram, confirmaram que os ideais de Abril permanecem vivos na consciência democrática das massas populares.

A Comissão Política saudando esta magnífica jornada de luta, apela aos trabalhadores, às forças democráticas no sentido de fazerem do 1º de Maio uma grande jornada de luta contra a política do Governo, pela defesa dos direitos dos trabalhadores, contra uma política que tende a acentuar o desfiguramento do regime democrático.

3. A Comissão Política analisou a evolução do processo de privatizações e notícias recentes com ele relacionadas.

Constata-se que se tornou «norma» o aparecimento de um único concorrente à aquisição do núcleo duro do capital das empresas privatizadas, nomeadamente quando esses concorrentes são ex-monopolistas de antes do 25 de Abril de 1974 (Tranquilidade, BESCL, SFP, Mundial Confiança, BFF...).

Por outro lado, verifica-se que esses concorrentes se vangloriam publicamente, perante o silêncio comprometedor do Governo, de adquirirem as empresas privatizadas a preços bastante inferiores ao seu valor económico, como ainda agora se registou com a Mundial Confiança.

O PCP chama ainda a atenção para notícias não desmentidas, que:

- dão como concretizados pagamentos de muitos milhões de contos por parte de empresas públicas a ex-monopolistas, por razões não clarificadas (BPSM);

- não nota de negociações particulares entre o Governo de Cavaco Silva e António Champalimaud com vista à entrega a este ex-monopolista da participação (maioritária) do Estado no capital da SECIL e de duas unidades fabris da Cimpor;

- mostram uma ampla rede de influências que, com a connivência do Governo, se prepara para dominar o BPA e o grupo financeiro que à sua volta se criou, e em que assume papel determinante o actual presidente do Conselho de Gestão do BPA, e que processou semelhante se desenvolve à volta da privatização da Petrogal através de um membro do PSD.

Tendo em conta estes e outros actos que, para além da questão de fundo do processo de privatizações suscitam legitimamente a própria questão da total ausência de transparência do processo em curso, e tendo ainda em consideração que o Governo se tem recusado fornecer à Assembleia da República quaisquer relatórios e pareceres da Comissão de Acompanhamento das Privatizações (quer os requeridos por deputados comunistas, quer os solicitados pela Comissão de Economia, Finanças e Plano), a Comissão Política encarregou o Grupo Parlamentar do PCP de apresentar um pedido de inquérito parlamentar à forma como vem decorrendo o escandaloso processo de privatização de empresas públicas.

A Comissão Política do PCP regista ainda o comprometedor silêncio do PS nestas matérias, que não podem ser desligadas das graves cedências feitas na revisão da Constituição.

4. A Comissão Política salienta a onda de preocupação e instabilidade que atinge os militares dos quadros permanentes e denuncia a incapacidade do Governo em assegurar, num amplo consenso, a reorganização e modernização das Forças Armadas, além de pretender condicionar o futuro quadro conceptual de defesa nacional a partir da política do facto consumado.

A Comissão Política responsabiliza o Governo pela visível perturbação da instituição militar, que resulta de uma prática política governamentalizadora e considera que a redução dos quadros militares tem de ser feita com critérios de justiça sem pôr em causa direitos adquiridos dos cidadãos militares.

A Comissão Política entendendo que a Assembleia da República deverá ser chamada a realizar um debate adequado e clarificador (que não tem existido) decidiu encarregar o Grupo Parlamentar do PCP de chamar à ratificação o diploma contendo as controversas medidas já anunciadas.

5. A Comissão Política, constatou que na sequência da denúncia da natureza gravosa das taxas moderadoras se tem vindo a desenvolver amplas e diversificadas acções de protesto de utentes, trabalhadores da saúde e organizações sociais, contra a aplicação das taxas moderadoras.

As recentes informações vindas a público, na comunicação social, segundo as quais já teria sido entregue ao ministro da Saúde a proposta de uma nova modalidade de financiamento dos serviços de saúde, vem confirmar que prossegue e se aprofunda a ofensiva contra o direito à saúde.

Tais notícias põem a nu a hipocrisia dos que, nos últimos tempos, tem vindo a repetir-se no sentido de procurar fazer crer à opinião pública que as taxas ditas moderadoras e outras gravosas medidas, recentemente tomadas pelo governo de Cavaco Silva/PSD, têm outra finalidade que não a de transferir para os portugueses o pagamento da política social que ao Estado compete assegurar. Porque nada no comportamento do governo Cavaco Silva/PSD leva a crer que as notícias referidas sejam sem fundamento, antes pelo contrário, a Comissão Política do PCP, ao mesmo tempo que condena e repudia veementemente a política cavaquista em curso, chama desde já a atenção dos portugueses para a necessidade imperiosa de um grande esforço no sentido de lhes dar combate e assim procurar evitar a sua consumação.

A instituição do pagamento dos internamentos e das intervenções cirúrgicas nos serviços de saúde, para além de ir ao arrepio das normas constitucionais, visa claramente a imposição de um novo e gravoso imposto (a juntar ao IVA, IRS e IRC) que irá afectar indiscriminadamente 70% dos portugueses, que é incomportável para a bolsa da generalidade dos mesmos e que tem a particularidade de ser aplicado aos que já têm a desgraça de serem doentes.

A Comissão Política do PCP não pode deixar de criticar energicamente as declarações atribuídas ao dr. Paulo Mendo, coordenador do grupo de trabalho criado pelo Ministério da Saúde, para estudar a introdução do pagamento dos internamentos e intervenções cirúrgicas nos serviços de saúde, segundo as quais o princípio da gratuitidade no acesso aos cuidados de saúde é «uma noção terrível».

Tais declarações, até agora não desmentidas, a serem verdadeiras, colocam o coordenador mais na condição de um agente ao serviço das companhias seguradoras do que como um homem da saúde, idóneo e responsável como o devia ser o director do Hospital de Stº António, no Porto.

O PCP, que desde sempre se opôs às taxas moderadoras e que foi o primeiro partido, na Assembleia da República, a chamar à ratificação o famigerado Decreto-Lei 54/92 que as instituiu, estando a sua discussão marcada para 8 de Maio, manifesta desde já a sua firme determinação em intervir pelos mais diversos meios ao seu alcance, no sentido de impedir o prosseguimento desta ofensiva inqualificável que põe em causa um dos mais elementares direitos humanos, o direito à saúde.

6. A Comissão Política manifesta a sua preocupação relativamente à notícia de que estaria pronto um projecto de

decreto-lei ao abrigo do qual o Governo prepara o despedimento ou a colocação na situação de «excedentes» de numerosos trabalhadores da função pública.

Tal diploma, para o qual o Governo já tinha pedido autorização na Lei do Orçamento do Estado, não assume o carácter de um instrumento de racionalização e melhoria da gestão dos recursos humanos da administração pública, mas antes de liquidação de prestações que ela actualmente garante aos cidadãos, de degradação dos serviços públicos e processa-se no quadro de uma ofensiva contra os direitos dos trabalhadores.

A Comissão Política chama a atenção para a falta de autoridade do Governo para invocar a existência de excedentes quando se apresenta como um dos mais numerosos de sempre e procede a recrutamentos na base de clientelas pessoais e partidárias enquanto desaproveita as potencialidades existentes.

Ao mesmo tempo que se pronuncia a favor de uma reforma democrática da administração pública, o PCP repudia operações como a que o Governo prepara, que só visam cortar ou degradar serviços públicos, lesar os direitos dos trabalhadores da função pública, com destaque para os que não são afectos ao PSD, garantir maiores possibilidades de instrumentalizar e manipular a Administração Pública e de entregar a empresas privadas e a clientelas muitas tarefas que são ou podem ser garantidas pelos serviços públicos.

7. A Comissão Política do PCP chama a atenção da opinião pública para a manobra que o Governo português tem em curso de verdadeira capitulação, em relação ao Pacote Delors II.

Em vez de enfrentar com clareza e firmeza o volume de recursos dos fundos estruturais o Governo português é o próprio a defender que esta questão, que é central, deve «ficar em aberto» na Cimeira de Lisboa, chegando-se aí a um mero acordo político quanto à flexibilização dos fundos, ao co-financiamento e às grandes linhas gerais, pouco mais se adiantando do já concluído em Maastricht.

Com esta manobra que está em curso o Governo pretende transmitir na Cimeira de Junho à opinião pública a pretensa «aprovação» do Pacote Delors II, procurando dar a ideia de que só ficaria para depois o detalhe da discussão técnica. Se esta manobra for para a frente, então do que se tratará de facto é de uma aprovação formal de um documento político sem qualquer compromisso financeiro, que é a questão essencial.

A Comissão Política do PCP recorda que o reforço dos fundos estruturais foi considerado em Maastricht como essencial para dar concretização ao princípio da Coesão Económica e Social. E sublinha que que a Comissão considerou posteriormente que o orçamento comunitário não poderá estar confinado ao passado «pois isso seria ignorar as decisões de Maastricht», acrescentando que em relação aos recursos ficar abaixo de 1,37% do PNB, crescimento orçamental anual de 5% em termos reais, «significaria renunciar aos meios para realizar os objectivos da Coesão Económica e Social», ou seja, não disponibilizar os meios financeiros indispensáveis à diminuição do fosso que separa os países mais atrasados, como Portugal, dos mais desenvolvidos na Comunidade Europeia.

A Comissão Política do PCP considera que o Governo português não deverá servir-se do pretexto da «aprovação» formal de um novo acordo político (belas palavras) sobre o Pacote Delors II, sem um compromisso claro e inequívoco quanto ao quadro orçamental, para apresentar os acordos de Maastricht na Assembleia da República para aprovação e posterior ratificação.

8. A Comissão Política decidiu convocar uma reunião do Comité Central para os próximos dias 11 e 12 de Maio, com o objectivo de discutir a situação política nacional e as tarefas do Partido, nomeadamente relacionadas com questões de organização e de preparação do XIV Congresso.

Abril é jovem tem futuro

DOCUMENTOS

Discursos no 25 de Abril Fisher Lopes Pires



O tenente-coronel Fisher Lopes Pires foi o orador no comício do Rossio

Fala-vos um Capitão de Abril. Um homem cansado, algo desiludido mas que, apesar de tudo, continua teimosamente a acreditar nos ideais da Revolução dos Cravos.

E, ao olhar a multidão que se encontra nesta praça, sou levado a concluir que a teimosia não é só minha, que muitos portugueses, a maioria dos portugueses, continua também a acreditar.

Por isso nos reunimos. Por isso descemos a avenida da nossa Liberdade. Por isso comemoramos o 25 de Abril proclamando bem alto que em Portugal não mais haverá ditadura.

E não será uma possível alteração do calendário dos feriados, feita numa óptica exclusivamente economicista e desprezando o significado político e histórico das datas, que nos fará desmobilizar.

A História é construída e escrita pelo povo e não é um qualquer governo, por mais forte que seja a sua maioria, que a pode alterar. Por isso, perante essas manobras e provocações, a nossa resposta só pode ser uma: 25 de Abril sempre! (...)

Apesar dos erros que

cometemos e dos quais assumimos frontalmente a responsabilidade, Portugal mudou muito e essa mudança a todos beneficiou.

Foi possível terminar a guerra colonial e travar o seu cortejo trágico de 8802 mortos e dezenas de milhar de espoliados portugueses.

Através de uma descolonização que não correspondeu ao que desejávamos mas que se tornou a única viável face ao atraso de muitos anos com que foi feita e às ingerências do bloco de Leste e do bloco Ocidental, foi possível assistir ao nascimento de novos países de língua oficial portuguesa aos quais nos prendem profundas ligações históricas e de solidariedade.

Foi possível cumprir a nossa promessa e em 25 de Abril de 1975 terem lugar eleições livres para a Assembleia Constituinte.

Foi possível ter-se uma Constituição democrática e entregarmos voluntariamente o Poder aos civis, o que aconteceu pela primeira vez na história do mundo.

Foi possível retirarmo-nos para os quartéis com a consciência tranquila por havermos cumprido o nosso dever.

Por isso consideramos, não obstante tudo o que foi apontado, que o 25 de Abril valeu a pena.

Mas, com surpresa nossa, foi também possível, ao longo destes dezoito anos, sermos alvo de perseguições, de marginalizações, de vexames.

As nossas carreiras militares foram cortadas no seu percurso normal, como se fôssemos criminosos, e talvez não seja por acaso que muitos Capitães de Abril, hoje tenentes-coronéis e coronéis, se vêem confrontados e surpreendidos com a passagem à reserva ou à reforma compulsiva. Os militares em geral estão a ser tratados de forma acintosa, provocadora e como cidadãos de segunda.

Não queríamos honrarias e regimes de excepção. Mas esperávamos o respeito e um pouco de gratidão por parte do Poder. Tal não aconteceu e a marginalização mantém-se implacável.

Apesar de tudo, aqui estamos. Não numa romagem de saudade mas para, em conjunto convosco, reafirmar que é preciso teimar, que o 25 de Abril — como movimento libertador do Homem e da sociedade — é um processo inacabado e todos temos obrigação de o prosseguir com coragem e determinação.

Os nossos filhos e netos julgar-nos-ão pelo que fizemos. Vamos decididamente em frente, vamos continuar.



A homenagem a Salgueiro Maia, no Largo do Carmo, foi um dos pontos altos das comemorações do 25 de Abril

Carlos Carvalhas

O secretário-geral adjunto do PCP interveio no passado domingo num jantar comemorativo do 25 de Abril, no restaurante Limo Verde, na Parede. Na iniciativa, promovida pela comissão de freguesia do PCP, participaram ainda Fernando Lopes-Graça, António Borges Coelho, Vítor Silva (vereador da CM de Cascais) e Romeu do Rosário, entre outros autarcas, sindicalistas, dirigentes e militantes do Partido e independentes, num total de cerca de 120 pessoas.

Na sexta-feira Carlos Carvalhas participou no jantar que trabalhadores da Saúde realizaram na Casa do Alentejo, em Lisboa.

Entre outras iniciativas promovidas por organizações locais do PCP, tiveram lugar almoços comemorativos na Associação de Moradores da Serra da Silveira (Belas) - que reuniu 150 pessoas e contou com a presença de Lino Paulo (vereador da CM de Sintra) e Henrique de Sousa (do Secretariado do CC) -, na escola primária do Monte Abraão - 70 a 80 participantes, com intervenção de António Cordeiro, do CC - e num restaurante do Algueirão - com a participação de Domingos Lopes, reunindo 40 pessoas.

Torres Vedras

Promovido pela CDU concelhia, realizou-se no dia 25 um almoço-convívio em Matacães, que reuniu dezenas de pessoas e em que participou Júlio Vintém, membro do Comité Central do PCP.

No Auditório Municipal de Torres Vedras a coligação realizou no mesmo dia um debate sobre «O 25 de Abril, a liberdade e a democracia», que contou com a participação do major Diniz de Almeida.

Setúbal

Mais de 200 democratas comemoraram na passada sexta-feira, num restaurante de Setúbal, o 18.º aniversário do 25 de Abril, por iniciativa de uma comissão constituída por Carlos Dutra, Carlos Lopes, Catarina Viegas, Fernando Casaca, Filipa Serra, Francisco Lobo, Henrique Salgado, Orlando Curto, Rita Sales e Valdemar Santos.

Orlando Curto, que apresentou um documento de reflexão, e Francisco Lobo (dois homens que presidiram já a edilidade setubalense) animaram o debate sobre o 25 de Abril, os seus valores e actualidade. Muitos tomaram depois a palavra, quer evocando experiências individuais e colectivas, quer afirmando a necessidade de prosseguir a luta em defesa de Abril.

Neste sentido se pronunciaram, por exemplo, Catarina Costa e Hélio Bexiga - este último denunciando vigorosamente o que se passara naquela mesma manhã aos portões da Solisnor (ex-Setenave): sob ordem da administração, foram impedidos de entrar no estaleiro um representante da Associação 25 de Abril e deputados que os organismos representativos dos trabalhadores convidaram para participar na comemoração (que sempre ali se fez) do aniversário da revolução.

Os trabalhadores, reunidos em plenário, decidiram no entanto deslocar-se à entrada da empresa onde, juntamente com os convidados, concretizaram a sessão comemorativa, que culminou com a «Grândola, Vila Morena».

Porto

A tradicional «Corrida da Liberdade», com um percurso de 10 quilómetros pelas ruas da cidade, e uma manhã cheia de actividades para as crianças no Palácio de Cristal marcaram o início das comemorações do 25 de Abril no Porto. Ao longo da tarde, na baixa portuense, decorreu uma festa popular com folclore, bandas musicais e o cantor João Afonso. Iniciativas semelhantes decorreram nas localidades do «grande» Porto, sob o lema «Abril é maior» e coordenadas por uma comissão promotora constituída por uma dúzia de instituições portuenses.

As comemorações encerram hoje, com a abertura da exposição «25 de Abril, memória e projecto de um tempo recente», no edifício da Alfândega.

Mário Soares e Barbosa de Melo

Mário Soares cumpriu o prometido e discursou durante dez minutos para sublinhar que a celebração do «dia da liberdade no quadro emblemático da Torre de Belém» não teve por intenção «menorizar» uma data que «subsiste intacta na memória e coração de todos os democratas».

«Muito menos» houve a intenção de «secundarizar a Assembleia da República, sede da legitimidade democrática, pólo vital da nossa democracia», acrescentou Soares ladeado pelo presidente do Parlamento, Barbosa de Melo, numa bancada especial situada à beira do cais.

Em frente encontrava-se a bancada principal cheia de convidados, entre eles deputados de todos os partidos, membros do Governo, altas patentes militares, diplomatas, membros da Associação 25 de Abril como Vítor Alves e Vasco Lourenço que, de

cravo ao peito, receberam apertos de mão vigorosos de Mário Soares antes do embarque do presidente rumo à Sagres e à Regata Colombo.

Antes, o Chefe de Estado sublinhava que o 25 de Abril deve ser uma «festa da liberdade» à qual se deve associar «estritamente a juventude».

Evocando os 18 anos de liberdade que passaram, aproveitou para lembrar que chegámos com alegria à maioridade democrática e que energia criadora, com gente boa e dinâmica».

«Saibamos estar à altura das esperanças que o 25 de Abril rasgou em Portugal e suscitou um pouco por toda a parte», apelou ao pedir ainda que «tenhamos a coragem das nossas convicções».

Para Barbosa de Melo, o segundo dos dois únicos oradores da cerimónia, o «sítio belo» e a «circunstância excelente» da largada da

Regata Colombo constituiram um momento apropriado para se «assinalar solenemente o 18.º aniversário do 25 de Abril».

«A regata traz hoje aqui, simbolicamente como na conquista de Lisboa aos mouros, velejadores provindos de todo o ocidente a reviver uma aventura que, sendo originariamente nossa — dos ibéricos — também é, por natureza dos europeus», frisou.

Vasco Lourenço

(...)
«Não deixa de ser sintomático que hoje se esteja numa situação semelhante à anterior ao 25 de Abril e as Forças Armadas estejam novamente a ser fortemente questionadas. Com a agravante de o poder executivo estar a tratar os militares profissionais como autêntica carne para canhão. Com efeito, se não se discute a necessidade de uma reestruturação, já é inaceitável que ela se comece sem definições fundamentais e muito menos aceitável é que ela se faça com prejuízo e sacrifício dos militares e dos seus direitos adquiridos. Tratando-os, claramente, como cidadãos de segunda, a quem são apenas exigidos deveres e se não dão os correspondentes direitos.

O presidente do Parlamento dirigiu-se aos jovens considerando natural que as instituições lhes atribuam o «quinhão maior desta festa nacional», já que são a primeira geração a poder fruir, «de facto e sem pleno», os valores e promessas do 25 de Abril.

Extractos de um despacho emitido pela Agência LUSA sobre as comemorações oficiais do 25 de Abril



NACIONAL



Promovido por cerca de 300 personalidades de vários quadrantes políticos, independentes, da Associação 25 de Abril, intelectuais, sindicalistas e autarcas, o tradicional desfile popular do Marquês de Pombal para o Rossio foi animado com a presença de vários ranchos folclóricos e coros e atraiu muitos milhares de pessoas

E foi com natural hipocrisia e cinismo que aqueles que o marginalizaram, perseguiram e maltrataram em vida, correram ao seu funeral a prestar-lhe homenagens póstumas e derramaram lágrimas de crocodilo. Situação que ainda ficou mais patente e denunciada, quando se soube que os mesmos que haviam recusado uma pensão a Salgueiro Maia, por feitos relevantes e extraordinários prestados à Pátria — como a recusaram igualmente a outros capitães de Abril — haviam deferido essa pensão a dois ex-inspectores da Pide/DGS (...)

Procura apresentar-se Costa Gomes como um mero aliado, ou até serventuário, de Moscovo, que procurou apenas protagonizar a colocação de Portugal na órbita dessa potência. Enquanto a Spínola o pretendem apresentar como o democrata, que sempre defendeu e lutou pela instauração de uma verdadeira democracia, pluralista, à ocidental.

Nada mais falso, quer num caso, quer no outro. (...)

DOCUMENTOS

«Por isso, não podíamos ficar indiferentes quando constatámos que mais uma injustiça lhe estava a ser cometida, senhor marechal Costa Gomes. Com efeito, apesar de ele só ter sido promovido a marechal por arrastamento — recorde aqui que, face ao seu digno procedimento, lhe fora a si senhor marechal Costa Gomes prometido e garantida a promoção a marechal pelo então grupo dos 9, através do seu futuro sucessor, Ramalho Eanes — Spínola ousa lançar publicamente a ideia que não aceitará o bastão por não querer misturas consigo, senhor marechal Costa Gomes. E isso vem a servir de justificação para, com base noutra falsidade, a de que V. Exa. já o recebera, lhe ser entregue oficialmente, a ele, o bastão pelo próprio Presidente da República. (...)

Por isso, decidimos ser nós, Associação 25 de Abril, a oferecer-lhe o bastão de marechal (...)

Marechal Costa Gomes

(...)

Os dois anos revolucionários, o PREC como lhe chamam, em que tivemos a responsabilidade de governar e executar o Programa do Movimento das Forças Armadas, foram muito difíceis. Requereram da nossa parte um esforço permanente para neutralizar ou afastar os arrivistas, saudosistas, ambiciosos e fantasistas que, infiltrados no Movimento das Forças Armadas ou nos partidos políticos em formação, quiseram derrubar a democracia ainda debilmente implantada, impedir a descolonização ou efectuar-la de uma forma unilateral que, se posta em execução, em qualquer parcela ultramarina em que existia guerra, conduziria o país a uma derrocada total.

(...)

Salgueiro Maia procedeu sempre por idealismo, afirmando frequentemente que o 25 de Abril era irreversível.

Nos últimos tempos da sua vida, pediu a todos que partici-

param e aderiram ao Movimento das Forças Armadas para revelarem tudo quanto conheciam para um correcto conhecimento dos acontecimentos então vividos. Disso deu exemplo ao confiar a gravação das suas memórias ao Centro de Documentação 25 de Abril, em Coimbra.

Fiel ao pedido do tenente-coronel Salgueiro Maia, vou relatar-vos um pouco do que me está a suceder num processo em que me encontro envolvido, em que o 25 de Abril e a descolonização têm sido questionados, e em especial o meu relacionamento com o marechal Spínola.

É tempo de se fazer história.

São conhecidos alguns acontecimentos referenciais no comportamento do marechal Spínola, e que o levaram a abdicar do dia 30 de Setembro, apesar de ter sido várias vezes instado para o não fazer: a reunião na Manutenção Militar em 13 de Junho, a tourada no

Campo Pequeno organizada pela Liga dos Combatentes da Grande Guerra e a malograda manifestação da maioria silenciosa.

Todos ficaram siderados com o teor da mensagem de renúncia. Desconheço as causas profundas que o levaram a abdicar, mas não tenho quaisquer dúvidas que um presidente que abandona o seu povo, quando afirma que está generalizada a anarquia, e que a crise e o caos são inevitáveis, comete uma deserção que o povo jamais lhe perdoará.

Desde 30 de Setembro a 11 de Março estive com o marechal Spínola duas vezes.

A primeira, a um convite que me fez para almoçar. Durante todo o tempo achei-o muito perturbado, nervoso e confuso. Aconselhei-o a ir passar uns tempos fora, num país calmo como a Suíça, oferecendo-lhe dois passaportes diplomáticos para si e sua mulher, que prontamente lhe enviei.

A segunda vez, fui eu que o convidei para almoçar em Belém, em resposta a uma carta que me escreveu no dia 6 de Fevereiro de 1975, em que no final me dizia: «Julgo chegado o momento de pôr a nossa velha amizade ao serviço de Portugal, e seria do maior interesse falarmos sem especulações publicitárias. Aí na presidência ou no forte, tu dirás». Depois do almoço tivemos uma longa conversa, onde foram abordados diversos assuntos, mas o problema que mais o interessava era saber se eu concorreria às próximas eleições presidenciais. Respondi-lhe imediatamente que não. A seguir perguntou-me, se eu me importava que ele fosse candidato. Também lhe respondi que não, mas que achava que no tempo que mediava até às eleições, deveria fazer vida mais discreta e recatada, evitando o corropio de pessoas, civis e militares, que constantemente o procuravam em Massamá. Agradeceu os meus conselhos e prometeu-me solenemente não se imiscuir em quaisquer assuntos políticos até às próximas eleições.

(...)

O 11 de Março

Só tive conhecimento da intenciona do 11 de Março, quando o chefe de Estado-Maior do Exército, general Carlos Fabião, e o CEMFA, general Mendes Dias, entraram no meu gabinete e me puseram a par da

situação que se desenrolava em Tancos.

Já pertence à história que o golpe foi mal concebido, organizado e comandado, resultando num fracasso total. O marechal Spínola não encontrou outra solução se não a de fugir de helicóptero para Espanha, acompanhado pela esposa e alguns oficiais.

Vários países levantaram dificuldades em abrigar o marechal Spínola e o seu estado-maior nos seus territórios, e por isso, deambulou pela França, Suíça e Brasil, voltando a Espanha, onde ainda era chefe de Estado o general Franco.

Em Madrid, fundou o Movimento Democrático para a Libertação de Portugal (MDLP).

Na sua passagem pelo deserto, o marechal Spínola cometeu uma série de erros graves e ridículos. Caiu infantilmente na armadilha preparada pelo jornalista Gunter Wallraf, dando origem a um livro: «A Descoberta de uma Conspiração em Portugal — Acção Spínola».

O marechal Spínola foi então proibido de circular em alguns países europeus.

(...)

O marechal Costa Gomes refere-se a seguir ao plano terrorista «Maria da Fonte».

Foi um plano bem organizado, que necessitava do aval da igreja católica, para poder ser implantado, organizado e dinamizado.

Paradela de Abreu foi o portador de uma carta do engenheiro Jorge Jardim para o arcebispo de Braga, D. Francisco Alves, que era simultaneamente uma credencial e um apelo.

D. Francisco aceitou e encarregou o cônego Melo, que conhecia bem a diocese e o Norte do país, para o assistir.

Inicialmente o movimento abrangia apenas as dioceses do Norte do Douro. Conseguiu mais tarde as dioceses de Leiria e Guarda.

Paradela de Abreu tentou vender a imagem do marechal Spínola, presidente e chefe do MDLP, para comandar a operação, «só que ninguém o aceitava. Ninguém».

O marechal Spínola indicou o comandante Alpoim Calvão para essa missão. O comandante falhou, como já tinha falhado em Conakry. Mais tarde

Saudação do PCP às comemorações populares

O Partido Comunista Português saúda calorosa e fraternalmente todos os cidadãos, homens, mulheres e jovens, forças políticas e personalidades que, com a sua participação neste desfile, dão público testemunho da sua vinculação aos ideais democráticos do 25 de Abril e reafirmam, por esta forma, o lugar indispensável e indiscutível que a componente popular e de solidariedade democrática ocupa e deve continuar a ocupar no quadro das comemorações do «Dia da Liberdade».

Num momento em que a memória e o património vivo do 25 de Abril são agredidos e ofendidos pelas operações em curso para restaurar a reabilitar ideias, concepções, realidades e figuras do passado fascista, o PCP tem muito orgulho em proclamar nesta data que, pela sua parte, não se renderá perante as falsificações lançadas sobre o 25 de Abril e perante as calúnias lançadas sobre os seus principais obreiros.

O PCP nunca esquecerá a gratidão que é devida aos capitães de Abril e a todos os que contribuíram para a conquista da liberdade.

Continuaremos a afirmar que o acto libertador do 25 de Abril de 1974 e a

revolução democrática a que deu origem constituem páginas exaltantes e imperecíveis na história da nossa pátria e na vida do nosso povo.

Continuaremos a afirmar que a revolução do 25 de Abril constitui uma inesquecível afirmação da vontade e da dignidade dos portugueses e representa um marco histórico de avanços, transformações, conquistas, sonhos e esperanças que fortemente se repercutem no presente e vigorosamente se projectam na inspiração dos caminhos do futuro da sociedade portuguesa.

Porque, para nós, o 25 de Abril vive hoje na determinação e firmeza com que os trabalhadores estão defendendo os seus interesses contra uma política de contenção salarial, de limitação de direitos e de inseguranças no emprego.

Vive renovadamente nas atitudes e aspirações das jovens gerações como foi patente na poderosa vaga de contestação juvenil que recentemente percorreu o País.

Vive no amplo e combativo movimento de protesto e de luta contra medidas, decisões e políticas de sacrifício dos interesses populares, de agravamento das condições de vida e

de desumana acentuação das injustiças sociais.

Vive na corajosa intervenção dos intelectuais e criadores em defesa da cultura nacional.

Vive na solidariedade de combate para com o martirizado povo irmão de Timor-Leste.

Vive na verticalidade, na capacidade de indignação e na força de convicções daqueles que continuam a combater a restauração do grande capital e do poder económico dos grandes senhores que dominaram Portugal.

Vive na intervenção dos que, no quadro dos diversos processos de internacionalização, não abdicam de defender os interesses nacionais e a independência de Portugal.

Vive no pensamento, no trabalho, na acção de todos os portugueses e portuguesas para quem a liberdade, a democracia, os direitos dos trabalhadores, a dignidade da pessoa humana, o bem-estar do povo, a injustiça social, a solidariedade, a igualdade, a tolerância e um projecto humanista de transformação social continuam a ser o que de mais moderno e avançado marca as perspectivas do tempo e do mundo em que vivemos.

Viva o 25 de Abril!



NACIONAL

DOCUMENTOS

enviou mais alguns oficiais para dinamizar e comandar certos sectores onde se desenrolava o plano Maria da Fonte. Esses oficiais não estavam mentalizados e preparados para acções deste tipo, e alguns foram presos quando se efectuou o cerco ao Seminário de Santiago, em Braga.

Ainda bem que o plano não conseguiu ser activado, pois caso contrário, não evitaríamos a guerra civil.

Descolonização e o caso Jorge Jardim

Em matéria de descolonização tenho a declarar-vos o seguinte:

— Não tive até 30 de Setembro acção activa na descolonização de Moçambique, a não ser ter votado com a Junta de Salvação Nacional, o afastamento do engenheiro Jorge Jardim, que conspirava contra o processo de descolonização já iniciado, designadamente procurando apoios de potências estrangeiras à revelia e contra o poder instituído.

O principal responsável pela descolonização era naturalmente o marechal Spínola.

— Não tive qualquer interferência na escolha dos membros da parte portuguesa à descolonização da Guiné, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Moçambique e desconheço as directivas que foram dadas a essas comissões.

— Não tive conhecimento da conferência do marechal Spínola com o presidente Nixon em Angra do Heroísmo, que teve como único intérprete o general Walters, apesar de ter seguido na comitiva o ministro Sá Carneiro, que falava bem inglês.

— Também não sei quem acompanhou o marechal Spínola ao Sal, na conferência que aí se realizou com o presidente Mobutu e se alguém, da comitiva portuguesa, assistiu a essa conferência.

(...)

De facto concordei com a Junta de Salvação Nacional na necessidade de impedir por todos os meios, que o engenheiro Jorge Jardim interviesse directa ou indirectamente na descolonização de Moçambique, dada a gravidade do seu comportamento já referido.

O engenheiro Jorge Jardim tinha uma enorme influência em Moçambique, sobretudo devido às estreitas ligações que mantinha com chefes do governo do antigo regime, professor doutor Oliveira Salazar e professor doutor Marcelo Caetano, que geralmente o recebiam, logo que chegava a Lisboa.

Ora, no meu regresso de Moçambique, onde me deslocuei por incumbência da Junta de Salvação Nacional, na companhia do general Diogo Neto, transmiti ao marechal Spínola a inconveniência da presença do engenheiro Jardim em Moçambique, facto que determinou que na entrevista havida no dia 15 de Maio, o marechal Spínola tivesse pedido ao engenheiro Jardim para cancelar a visita que tinha projectado a Moçambique, Malawi e Zâmbia.

Entretanto, na sequência dessa entrevista, o engenheiro Jardim refugiou-se na embaixada do Malawi com grande aparato, frustrando assim o

pedido do então Presidente da República.

O marechal Spínola diz hoje que não tem ideia de ter recebido a informação do general Diogo Neto, de que o engenheiro Jardim, refugiado que estava na embaixada do Malawi, não se entregaria e estava disposto a resistir.

Este facto, da maior relevância para a compreensão dos acontecimentos, é surpreendentemente esquecido pelo marechal Spínola.

O engenheiro Jorge Jardim fugiu da embaixada do Malawi, em 13 de Junho.

«Amnésia grave»

Em 24 de Julho de 1974, o ministro dos Negócios Estrangeiros enviou uma nota diplomática muito dura ao ministro dos Negócios Estrangeiros do Malawi, em que no número três dizia: «Entende, no entanto, o governo português, que a atitude assumida pelo governo do Malawi em relação ao engenheiro Jorge Jardim, constitui ostensivo propósito de criar graves obstáculos à política de descolonização» e no número cinco, retira todos os diplomatas do Malawi, o que levou ao fim de retações diplomáticas.

O engenheiro Jorge Jardim critica esta nota, dizendo que seria suficiente para liquidar diplomática e politicamente o doutor Mário Soares.

O depoimento do marechal Spínola no processo em que estou envolvido, denota uma amnésia grave e ao mesmo tempo um delírio de afirmações que não abonam o seu estado ético e mental.

Estabelece um intróito a que denomina «antecedentes», contrariando a posição que assumiu em 1974 em relação ao engenheiro Jorge Jardim, e ao processo de descolonização, e vem agora afirmar que considera o engenheiro Jorge Jardim um elemento chave do processo de descolonização em início, pelo prestígio que gozava na África Meridional e a sua indiscutível dedicação a Portugal e Moçambique.

Isto só se compreende através de cumplicidades entretanto criadas.

(...)

Compreendo que o conceito que temos relativamente às pessoas possa mudar.

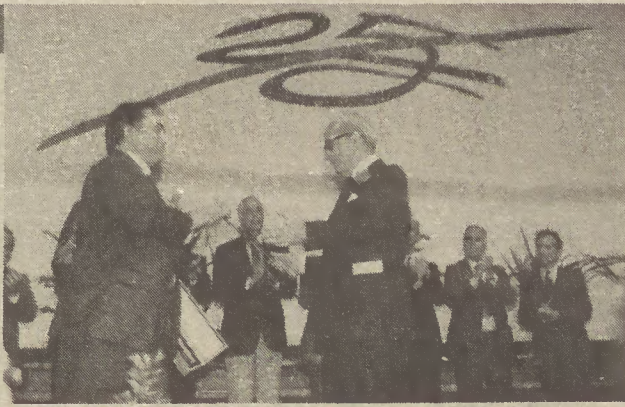
Não é impunemente que se adere a um movimento cinzento, sediado no estrangeiro e se torna co-autor do único plano com imaginação, organização e estrutura, capaz de derrubar o governo do seu país, principal finalidade do MDLP.

O que não podemos é deixar de assumir as nossas responsabilidades nas diferentes fases da vida em que fomos responsáveis.

Ainda nos antecedentes, o marechal Spínola afirma que havia uma facção política que dominava a revolução de Abril, que apenas tinha em vista e só entregar o ultramar português aos soviéticos. Além de ser uma afirmação ofensiva, gratuita e grave, não foi essa facção, se existiu, que dirigiu a descolonização e que nomeou a comissão, que participou no acordo de Lusaka, mas sim o marechal Spínola.

O marechal Spínola sabe que seria impossível obter o cessar-fogo em Moçambique, com uma comissão em que estivesse o engenheiro Jardim.

Ainda no depoimento, o marechal Spínola esqueceu-se



A Associação 25 de Abril promoveu no Pavilhão Carlos Lopes uma cerimónia para entrega do bastão de marechal a Francisco da Costa Gomes

de datas fundamentais, como a entrevista que teve com o engenheiro Jardim e a que assistiu em 15 de Maio de 1974, em que afirma ingenuamente, mas revelando uma total irresponsabilidade, que não era sua intenção afastar o engenheiro Jardim do processo de descolonização de Moçambique.

Ao longo da minha vida, como militar e político, adoptei sempre o velho princípio de assumir a responsabilidade do que fazem ou não fazem os meus subordinados. Considero ser isso aquilo que define os chefes.

Marechal Spínola, tenho sinceramente que lhe declarar que o seu livro «Portugal e o Futuro», que abalizei, ajudou a criar o ambiente nacional propício à revolução do 25 de Abril.

Não posso, porém, deixar de lhe dizer, senhor marechal, que nunca estive de alma e coração com o Movimento das Forças Armadas e o seu programa, e foi o seu mais perigoso detractor.

A renúncia ao posto mais elevado da Nação, que lhe ofereci em bandeja de prata, o abandono do seu povo e dos seus camaradas nos momentos iniciais e mais críticos da revolução, a sua acção no 11 de Março e o seu comportamento no estrangeiro são, no mínimo, deploráveis e atrasaram o desenvolvimento social, económico e político do país, não só durante o período revolucionário, como nos primeiros governos constitucionais.

(...)

25 de Abril

Não tive qualquer influência no processo de descolonização do nosso ultramar, até à data

em que tomei posse de Presidente da República, em 30 de Setembro de 1974, com uma única excepção, a de ter vetado a interferência do engenheiro Jorge Jardim no processo de descolonização de Moçambique.

Posso, por isso, com isenção afirmar que o processo de descolonização português foi o melhor que se poderia fazer, nas difíceis condições em que foi realizado, após uma guerra prolongada e, por vezes cruel, que durou entre dez a treze anos. Se o compararmos com os dos outros países do continente europeu, Reino Unido, França, Bélgica, Itália e Holanda, verificamos que foi o menos traumatizante, o que nos permitiu, muito rapidamente estabelecer relações amistosas com todos os países africanos de expressão portuguesa.

(...)

Se não fosse a presença das Forças Armadas portuguesas, não haveria a possibilidade de evacuar todos os que optaram por regressar a Portugal. Não teria sido possível efectuar a ponte aérea Luanda-Lisboa e talvez hoje tivéssemos que lamentar não nos termos decidido a realizar a tempo a descolonização possível.

(...)

Devo ao 25 de Abril ter podido realizar os meus sonhos de criança, contribuindo para dar ao meu povo liberdade e as condições para mais instrução, educação, cultura e desenvolvimento social.

Todos estes objectivos têm vindo a ser atingidos, com maior ou menor rapidez e, por isso, agradeço aos capitães que levaram a cabo o 25 de Abril, as possibilidades de realização que me proporcionaram.

Açores

As comemorações do 18º aniversário da «Revolução dos Cravos» tiveram como tema nos Açores a solidariedade com o povo de Timor-leste, numa iniciativa da Associação 25 de Abril. O programa incluiu uma exposição sobre «o povo que nos é afim pela cultura e pelo sentimento», na Ribeira Grande, e a leitura da mensagem «25 de Abril com Timor», em Ponta Delgada, para além de um desfile de cicloturismo e de uma banda de música e um espectáculo musical ao ar livre.

A CDU/Açores emitiu uma nota em que saúda o aniversário da revolução e salienta que «está nas mãos dos açorianos tornar possíveis as mudanças que são necessárias face a um poder regional instalado que não quer nem deixa que nos Açores se edifique um regime de liberdade, progresso e justiça social, no qual os cidadãos participem e vivam plenamente».

A CDU/Açores promoveu iniciativas comemorativas na cidade da Horta, Angra do Heroísmo e em São Miguel. No convívio realizado na Horta, interveio o cabeça de lista da CDU pelo Faial às eleições regionais de Outubro, dr. Luís Bruno, que alertou «para a necessidade da autonomia dos Açores, conquista do 25 de Abril, ser defendida com verticalidade e dignidade e não como até agora tem acontecido, por parte do PSD/Açores, que se tem colocado em bicos de pés para acabar de cócoras». Luís Bruno lamentou ainda o facto do 25 de Abril na Ilha do Faial continuar a não merecer pelas entidades oficiais a atenção devida.

Rosa Coutinho em Paris

Rosa Coutinho integrou-se nas comemorações do 25 de Abril realizadas na região de Paris, em França. Em Bezons, mais de 500 pessoas participaram num jantar promovido pela Associação dos Originários de Portugal na cidade e pela Associação Portuguesa de Abril. A iniciativa ainda contou com a presença do presidente da câmara municipal.

Em Fontenay s/Bois o almirante foi recebido nos paços do concelho e colocou uma coroa de flores no monumento erigido nesta localidade em homenagem ao 25 de Abril. Participou ainda num convívio em que participou ainda o presidente da câmara da Marinha Grande. À noite esteve também no baile realizado no âmbito das comemorações.

Rosa Coutinho assistiu ainda às comemorações efectuadas em Nanterre, onde estiveram, entre outros, dirigentes associativos, empresários e jornalistas. Depois teve oportunidade de visitar a sede da ACOP em Bagnolet onde o aguardavam de cerca de 200 pessoas.

Em muitas outras localidades francesas, emigrantes portugueses assinalaram o aniversário da revolução, como foi o caso de Paris, Bobigny e Montreuil, na região de Paris, Nantes, Limoges, Clermont Ferrand, Bordéus e Bayonne.

Na Inglaterra, o 25 de Abril foi comemorado em muitas associações de emigrantes portugueses com almoços, convívios e festas ao ar livre.

Na Alemanha, a comunidade portuguesa de Frankfurt assinalou o aniversário da revolução com uma noite de fados e canções. O espectáculo, que contou ainda com a exibição de uma peça de teatro, foi promovido pelo centro cultural português da cidade.



Em Belém, a «Revolução dos Cravos» foi assinalada sob o lema «Mar e liberdade», enquanto no Tejo muitas embarcações partiam em direcção a Cádiz para integrarem a «Regata Colombo»



Comemorar o 1.º de Maio!

Sob o lema da unidade e da luta, o 1.º de Maio vai comemorar-se por todo o país, com destaque para a manifestação-desfile em Lisboa, que a CGTP-Intersindical Nacional convocou. Reivindicações de melhores salários, menos impostos e o máximo de 40 horas de trabalho elevarão as vozes dos participantes que engrossarão o desfile, que parte como habitualmente do Martim Moniz às 14.30 horas, até à concentração na Alameda D. Afonso Henriques, onde decorrerá o comício. O orador será Manuel Carvalho da Silva.

As comemorações em Lisboa, organizadas pela CGTP, pela USL e pela USS e ainda pelas CIL e CIS têm ainda programadas outras iniciativas, como a Manhã Infantil no Estádio 1.º de Maio e a Corrida 1.º de Maio, em 14.º edição. Esta iniciativa conta já com 1500 inscritos e com a participação de mais de uma dezena de atletas vindos de Madrid, Moscovo e Paris. No final do comício sindical terá lugar no palco da Alameda um espectáculo musical. No distrito, assinala-se as comemorações que se realizam em Torres Vedras.

No Porto, o 1.º de Maio começa na noite da véspera, com um espectáculo musical na Baixa da cidade. No dia seguinte, o comício/espectáculo está marcado para as 15 horas, também na Baixa. Nessa manhã há ainda iniciativas dedicadas às crianças — Manhã Infantil — e a corrida 1.º de Maio. No distrito, a data é assinalada também em Amarante, Felgueiras, Santo Tirso e Póvoa de Varzim/Vila do Conde. Desporto, folclore, espectáculos, são as variadas formas que as comemorações tomarão nestas localidades, para além das concentrações e comícios sindicais.

Em Aveiro, a concentração tem início na Estação, com

desfile para o Largo do Rossio, onde se realiza o comício-festa.

Em Beja, a manifestação começa às 10 da manhã, frente às piscinas. Ao princípio da tarde, no Parque das Merendas, haverá intervenções sindicais e variedades. Neste distrito, o 1.º de Maio comemora-se em vários concelhos. Aljustrel, Castro Verde, Ourique e Almodôvar reúnem-se na Barragem do Monte da Rocha, onde se terão lugar as intervenções sindicais e variedades.

Em Braga, uma caravana parte às 14.30 para Guimarães onde se vai comemorar o 1.º de Maio no Jardim Público. Para Guimarães partirão ainda caravanas de Riba D'Ave, Famalicão, Fão, Barcelos, Esposende e Fafe.

Em Bragança, as comemorações iniciam-se com uma alvorada de foguetes, seguida de provas de atletismo. No Largo da Estação, várias iniciativas terão lugar, com destaque para a intervenção político-sindical, marcada para o princípio da tarde. Em Miranda também as comemorações começam cedo, com foguetes, jogos populares, atletismo, folclore e música. A intervenção sindical é à tarde.

No distrito de Castelo Branco, a data assinala-se na

Covilhã, com desporto, folclore e um comício-festa na Praça do Município, às 18 horas. Em Belmonte, Unhais da Serra, Minas da Panasqueira, Cebolais de Cima e Malpica do Tejo também estão previstas comemorações. Destaque para Tortosendo, com manifestação prevista para de manhã, na Praça da Liberdade, e um convívio com jogos tradicionais, de tarde, no Parque das Merendas.

Em Coimbra há manifestação marcada para as 15 horas, na Praça da República. Concentrações estão previstas também para a Figueira da Foz, Lousã e Oliveira do Hospital, para a mesma hora, respectivamente na Praça Nova, Mercado Municipal e Parque do Mandanelho.

Uma concentração, às 11 horas, no Jardim Público, seguida, às 14 horas, de um convívio nas Piscinas Municipais, tal é o programa das comemorações em Évora.

Em Faro, todas as iniciativas estão convocadas para o Jardim da Alameda João de Deus. De manhã, é o programa cultural, seguido de piquenique. Às 16 horas, há um desfile-comício.

Provas de atletismo e torneios desportivos variados são as iniciativas que, no distrito da Guarda, festejam o 1.º de Maio. Na Guarda, Gouveia, Seia e Manteigas, para além da animação desportiva e cultural, realizam-se concentrações e intervenções sindicais.

Na Horta, Faial, comemora-se o 1.º de Maio no Parque Municipal Vitorino Nemésio.

Em Leiria, depois da Manhã Infantil, a manifestação está prevista para junto do Teatro José Lúcio da Silva,

com intervenções. Segue-se um espectáculo.

Na Madeira, a concentração/festa, com intervenção sindical realiza-se na Almirante Reis. As comemorações assinalam-se ainda no Machico.

O desporto está também presente em quase todas as comemorações a realizar no distrito de Portalegre. Na cidade, a concentração prevê-se para as 15.30, no Jardim da Corredoura. Concentrações e intervenções sindicais estão ainda marcadas para Elvas, Ponte Sôr, Foros de Arrão, Montargil e Avis.

No distrito de Santarém, há um comício marcado para o Entroncamento, na Barragem do Bonito. Em Torres Novas, a manifestação e o comício realizam-se no Largo das Piscinas.

Em Setúbal, distrito cujos concelhos do Norte se juntam a Lisboa, as comemorações assinalam-se ainda em Alcácer do Sal, Grândola, Santo André e Santiago do Cacém.

Uma festa popular abre, hoje à noite, as comemorações em Viana do Castelo. O comício será amanhã, na Praça da República. Neste distrito, o 1.º de Maio também é comemorado em Valença, no Jardim Público, durante todo o dia.

Provas desportivas, jogos, concentrações, festas, estão marcadas para Vila Real, Chaves, Régua e Alijó.

Em Viseu, destaque para a arruada de zés-pereiras, de manhã, e para o comício no Rossio, às 15 horas. Em Lamego, Canas de Senhorim e Mangualde estão também previstas concentrações e espectáculos.

FESTA • LUTA • UNIDADE

MANIFESTO
1.º
MAIO

Melhores
salários
Menos impostos
40 horas
no máximo

14 H: DESFILE M. MONIZ-ALAMEDA



USL/CGTP

Um dia de luta

Do Manifesto da USL/CGTP:

(...) Hoje, como há 106 anos, o 1.º de Maio é um dia de luta para todos aqueles que entendem que os caminhos do futuro, do progresso económico, social, cultural e do desenvolvimento se abrem através de uma acção esclarecida, combativa e persistente por melhores condições de vida e de trabalho, por uma distribuição mais justa de riqueza criada, por

uma solidariedade social mais forte e pela defesa e alargamento dos direitos de quem trabalha.

Nos tempos que vivemos, em que o desenvolvimento das forças produtivas e a inovação tecnológica deviam permitir a satisfação das necessidades essenciais de toda a humanidade, subsistem as injustiças, a exploração e o sofrimento, agravam-se as desigualdades.

Estar com a CGTP-IN, com os trabalhadores, em Maio, é ser-se solidário. É não abdicar das grandes ideias e objectivos que levaram os trabalhadores, em todos os países, a lutarem por um mundo melhor, mais justo e mais fraterno.

Maio simboliza um imenso património histórico de lutas pela construção e consolidação dos nossos direitos.

TRABALHADORES

Nova lei dos «excedentes» paralisaria a Administração Pública

Preocupação e desacordo manifestados pela Federação (FNSFP) perante a perspectiva de despedimento de 100 mil trabalhadores

A Administração Pública não tem funcionários a mais, reafirma a Federação Nacional dos Sindicatos do sector. A FNSFP, que se dirigiu à Imprensa sexta-feira passada, revela que a «nova lei dos excedentes» prepararia o despedimento de 100 mil funcionários. A concretizar-se semelhante disposição do Governo, «isso significaria a total paralisação da Administração do Estado e, em particular, dos serviços de Saúde e do Ensino». Mantinham-se entretanto por solucionar os conflitos sobre condições de trabalho do pessoal não docente, bem como no Tribunal de Contas e nos museus e palácios. Quanto aos guardas florestais há um compromisso, e na Inspecção Económica foi suspensa a greve ao serviço extraordinário em 20 do corrente.

Esta suspensão deve-se, segundo a FNSFP, «ao facto de ter sido, finalmente, estabelecido o diálogo entre o Governo e os sindicatos. Mas, apesar desta «alteração positiva» (reunião com o secretário de Estado adjunto do Comércio Externo), a FNSFP aguarda nova reunião marcada para o final de Maio, altura em que o Governo poderá «apresentar à discussão o projecto final da lei orgânica», cuja inexistência conduziu à greve. Contudo, sublinha a Federação, «qualquer recuo da parte do Governo só pode resultar no agravamento do conflito» na Direcção-Geral da Inspecção Económica.

No que respeita aos guardas florestais, o secretário-geral do Ministério da Agricultura comprometeu-se em 21 do corrente a negociar o caderno reivindicativo com os representantes sindicais. A FNSFP recorda que esse caderno foi apresentado há quase um ano naquele Ministério.

No Tribunal de Contas foi marcada para ontem, 29, uma greve com concentração às 11 horas em frente ao Ministério das Finanças. Segundo a mesma Federação sindical, há mais de dois anos e meio que os trabalhadores dessa instância aguardam a regulamentação da Lei 86/89, situação que põe em causa «o

cumprimento da legalidade». A falta de regulamentação da Lei da Reforma do Tribunal de Contas atinge não só os direitos dos respectivos trabalhadores, como também «as garantias do próprio cidadão», frisa a FNSFP, segundo a qual o Tribunal de Contas não se encontra apetrechado com os meios necessários para «fiscalizar a gestão dos dinheiros públicos», incluindo a Conta Geral do Estado.

Nos museus e palácios, a greve encerrou estes locais turísticos durante a semana da Páscoa. Além de outros problemas por resolver, está um acordo sobre a fixação do horário de trabalho em 35 horas semanais e um outro sobre a reestruturação da carreira de guarda de museu em técnico auxiliar de museografia. A greve levou ao encerramento do Mosteiro dos Jerónimos, Torre de Belém, Museu de Arqueologia, Museu do Teatro, Museu de Arte Popular, Palácio de Sintra-Vila, Palácio de Queluz, Palácio da Pena, Panteão Nacional, Museu de Évora e Palácio da Ajuda.

STAL em Évora

Enquanto que em Évora o Sindicato dos Trabalhadores

da Administração Local entregava em 23 do corrente documentação reivindicativa ao governador civil, Mira Branquinho, e anunciava para 6 de Maio uma exposição pública das reivindicações nacionais naquela cidade, o Sindicato dos Funcionários do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras reclamava em Lisboa do Ministério da Administração Interna um novo sistema retributivo dos seus funcionários. Se a reclamação não for satisfeita, o mesmo Sindicato anunciava a convocação de greves para esta semana.

mação não for satisfeita, o mesmo Sindicato anunciava a convocação de greves para esta semana.

Ainda quanto aos «excedentes», a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública afirma que «é a pior forma de gestão de pessoal, pois passa pela inactividade de centenas ou mesmo milhares de trabalhadores que ficam sem trabalho e a receber parte dos seus vencimentos».

Para os sindicatos e a FNSFP, as exigências da racionalidade vão precisamente no sentido contrário. A

Federação preconiza — contra o projecto do Governo que permitiria «uma quase ilimitada discricionariedade e falta de transparência» — a garantia da ocupação e a «rentabilização dos funcionários». Para tal, acrescenta a FNSFP, «basta usar e, se necessário, aperfeiçoar a legislação já existente». Esta permite «uma gestão provisional de efectivos», criando-se «uma bolsa de oferta e procura de emprego público e pondo em prática os mecanismos de mobilidade, formação e reconversão profissional».



Saúde

Taxas e insuficiências

Os doentes «não podem pagar as insuficiências do mau serviço de saúde existente, nem tão-pouco financiar a deficiente política de que são alvo», destacava em 21 do corrente o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses. O SEP, que considera «completamente justificada» tanto a incompreensão como o descontentamento por parte de quem está a pagar as taxas moderadoras (embora concorde com o objectivo de ordenar «o acesso ao serviço de urgências») não vê qualquer razão para apoiar o método adoptado pelo Governo. Sublinha:

«Ao invés de promover uma política de educação para a Saúde» através de uma

«rede eficiente de cuidados de saúde primários», o Governo «penaliza quem recorre ao serviço de urgências, porque não encontra respostas no serviço nacional de saúde, quer no tocante à formação e prevenção, quer ainda na assistência». A hepatite B, por exemplo, não está incluída nos «doentes crónicos isentos». O SEP manifesta a sua «incompreensão» não só pela não inclusão dessa doença «fortemente contagiosa» e cujos «portadores aumentam dia a dia», como pela circunstância altamente plausível de a não isenção ser susceptível de «promover uma fuga às consultas» — um «maior perigo de transmissão», refere.

Professores

Sindicatos insatisfeitos com proposta do Ministério

Greve pode coincidir com 3.ª chamada da PGA

O descongelamento dos escalões e os avanços na carreira, propostos pelo Ministério da Educação, podem levar os sindicatos a propor formas de luta aos professores, incluindo a greve.

As organizações sindicais receberam a proposta sobre essas matérias em 22 do corrente mas, segundo a Lusa, não ficaram satisfeitas com o seu conteúdo. Para anteontem, 28, estava anunciada

uma reunião no ME. «Se não houver qualquer alteração da proposta», frisou a Fenprof, «estamos dispostos a recorrer a formas de luta, incluindo a greve».

António Teodoro, secretário-geral da Fenprof (Federação Nacional dos Professores), adiantou à Lusa que, a não se alterar a posição ministerial, será convocada uma greve para o próximo dia 8 de Maio.

Nesse dia, sexta-feira da próxima semana, deverá efectuar-se a terceira chamada da prova geral de acesso (PGA) ao ensino superior.

Contrários às posições do Ministério (ME) mostraram-se também no mesmo dia o SINDEP (Sindicato Democrático dos Professores) e a Federação Nacional da Educação (FNE).

Muito dinheiro perdido

O secretário-geral da Fenprof disse à Lusa em 22 do corrente que é inaceitável o facto de o Ministério da Educação ter proposto o pagamento dos retroactivos pelo descongelamento dos escalões em 12 prestações mensais. «Os professores já perderam muito dinheiro com todo este atraso» — sublinhou aquele dirigente sindical. O ME pretende pagar retroactivos a partir de Janeiro apenas. Os sindicatos acham insuficiente, e criticam também outras matérias constantes dos anteprojectos de lei.



Proposta do ME não satisfaz ninguém

Higiene e Segurança

Repercussões na enfermagem

Uma conferência internacional com o título «Higiene e Segurança no Trabalho — Repercussões na Enfermagem» integrará as comemorações do Dia Internacional do Enfermeiro. Nos dias 7 a 9 de Maio, no Fórum Luísa Todi, em Setúbal, o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP) reunirá, segundo nota de 21 do corrente, «algumas centenas de enfermeiros

nacionais e representantes de vários países da Comunidade Económica».

A direcção do SEP, sendo esta «a estrutura mais representativa dos enfermeiros», exige, na mesma nota aos jornais, o desempenho de «um papel fundamental nas medidas» sobre higiene, segurança e saúde no local de trabalho — temática do Ano Europeu — que nesse âmbito

venham a ser tomadas «no seio da Comunidade Económica», fazendo-se — escreve — «um paralelismo com a vivência portuguesa».

Outros temas a abordar pela Conferência têm a ver nomeadamente, conforme a nota do SEP, com «o papel do enfermeiro no seio da equipa ocupacional» e também com «os riscos inerentes à profissão».

TRABALHADORES

Alternativos custam 6840 contos por dia

Greve do Metro prossegue com adesão quase total

A intransigência do CG e do Governo força os trabalhadores do Metropolitano a prosseguirem na próxima semana a greve iniciada a 18 de Fevereiro. A Festru, que recebeu a pró-associação de utentes, pergunta: «O que a empresa tem gasto e está a gastar em transportes alternativos não seria mais que suficiente para ultrapassar a situação?»

Após mais de dois meses de paralisações parciais, os trabalhadores do Metropolitano de Lisboa continuam a aderir quase a cem por cento às greves convocadas para reivindicar melhores salários. Na segunda-feira, durante um plenário em Sete Rios, foi manifestada a disposição para prosseguir as paralisações na próxima semana.

O conselho de gerência do Metro - denunciou na nota de dia 27 a Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos - contratou para esta semana 120 autocarros para assegurarem as carreiras alternativas. Como refere a Festru, cada veículo custa ao Metropolitano 57 contos por dia, o que perfaz um gasto diário de 6840 contos. Fica assim «cada vez mais claro que não é a falta de meios que impede a resolução do conflito», surgindo justamente a interrogação: «O que a empresa tem gasto e está a gastar em transportes alternativos, que apenas tornam mais difícil o trânsito em Lisboa, não seria mais que suficiente para ultrapassar a situação?»

A federação, filiada na CGTP, acusa ainda o CG de tomar uma medida «de clara coacção e chantagem» ao efectuar o desconto nos salários dos períodos de greve, não só do mês passado, como também dos primeiros 10 dias do corrente. «Porém, a resposta dos trabalhadores continua a ser a adesão maciça às paralisações» - afirma a Festru.

A federação, que continua a responsabilizar mais uma vez o CG e o Governo pelos transtornos que a greve provoca, manifestou a sua disponibilidade para reunir com o presidente da Câmara Muni-

cipal de Lisboa, a fim de lhe expor as razões do conflito no Metro, e recebeu na semana passada uma delegação da pró-associação dos utentes dos transportes colectivos do distrito.

A pró-associação dos utentes, que enviou uma carta às administrações da Carris e do Metropolitano reivindicando um desconto de 50 por cento no preço dos passes de Maio, informou a Festru acerca das iniciativas que está a levar a cabo, «designadamente as acções de sensibilização junto do CG e das instâncias do poder no sentido de ser desbloqueado o conflito». Como afirma numa informação à imprensa, a federação manifestou o seu apoio a tais iniciativas, desejando que tenham «resultados positivos no sentido da salvaguarda dos direitos dos utentes».

Na passa sexta-feira, dia 24, estiveram em greve a nível nacional os trabalhadores das empresas fabricantes de material eléctrico e electrónico, que recusam os aumentos salariais de 10,75 por cento que a associação patronal pretende impor. Exigem ainda a generalização do horário máximo de 40 horas semanais.

No mesmo dia, meio milhar de trabalhadores de três dezenas de empresas de Braga, do Porto, da Guarda, de Ovar, da região de Lisboa, de Palmela, de Évora, concentraram-se frente à sede da Associação Nacional dos Industriais de Material Eléctrico e Electrónico, exigindo a reabertura das negociações do CCTV para 1992. A federação sindical do sector (FSTIEP) condenou, numa informação distribuída no próprio dia, o aparato poli-

cial que rodeou a concentração: «para além do policiamento normal nestes casos, registou-se um reforço de duas carrinhas da PSP, a pedido da associação patronal, segundo declarações do responsável pelo policiamento».

Face às posições da ANI-MEE, a federação solicitou já a intervenção do Ministério do Emprego para que as ne-

gociações passem à fase de conciliação.

Os trabalhadores da Continental/Mabor atingiram na semana passada as 69 horas de paralisações, revelou o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do

Norte, numa nota à imprensa em que refere ainda a continuação da greve na Mabor (Polímeros do Ave) e em que



afirma que «o sindicato e as ORTs declinam qualquer responsabilidade pela continuação do conflito, que cabe in-

teiramente às administrações das duas empresas, pela sua teimosia em manterem inalteradas as suas posições».

Jornada em Tomar



A grave situação verificada nas principais empresas do concelho de Tomar (Matrena, Companhia de Papel de Porto de Cavaleiros, Prado, Fiação de Tomar, Grupo Mendes Godinho e IFM) desde Fevereiro que é motivo da intervenção do PCP na Assembleia da República. Por seu turno, os sindicatos do distrito de Santarém e, mais recentemente, em 21 do corrente os próprios trabalhadores, em jornada de acção e luta naquela cidade reclamaram o pagamento de salários em atraso, um plano de intervenção para a bacia do Nabão e a participação dos sindicatos, patronato e autarquia no acompanhamento das medidas reivindicadas para os sectores produtivos do concelho. Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP, esteve na cidade em 21 do corrente, tendo participado nas várias iniciativas sindicais. Nas ruas da cidade, como a foto documenta, os trabalhadores aderiram à luta de 21, que interessa a toda a população do concelho de Tomar.

Salvar o Cachão Sindicatos defendem plano de emergência

Num plenário de 300 trabalhadores no Complexo Agro-Industrial do Cachão, o coordenador da CGTP-IN defendeu em 23 do corrente um «plano de emergência» para salvar uma das maiores unidades empresariais da região de Trás-os-Montes. Manuel Carvalho da Silva salientou que «o Governo tem a responsabilidade de encontrar as alternativas» para tornar viável «este importante pólo de desenvolvimento económico da região».

O problema deve ser colocado a nível nacional. Os deputados eleitos pelo distrito, salientou ainda Carvalho da Silva, devem inteirar-se da situação no local. Para o dirigente da CGTP, as autarquias locais, «muito em concreto a de Mirandela», bem como «todas as estruturas socioeconómicas e políticas da região» terão que evitar a destruição do Complexo a curto prazo.

A União dos Sindicatos de Bragança (USB/CGTP)

chama a atenção para o facto de a Comissão de Trabalhadores (CT) ter encontrado dificuldades em contactar as entidades regionais. Carvalho da Silva sugeriu no plenário de 23 do corrente que as organizações representativas dos trabalhadores, designadamente a USB, promovam uma recolha de assinaturas de apoio a uma petição à Assembleia da República, para que o problema do Cachão seja agendado na AR e rapidamente discutido.

Para os dirigentes sindi-

cais, é necessário que o problema do Cachão seja encarado e discutido «numa perspectiva de desenvolvimento económico da região».

De acordo com o Plenário, que aprovou uma moção nesse sentido, os trabalhadores devem organizar brevemente uma manifestação junto à Câmara Municipal de Mirandela, a fim de sensibilizar a Autarquia para este problema social e económico do concelho e de todo o Nordeste.

Fraudes

Há duas empresas do distrito de Coimbra que fazem depender a admissão de pessoal da assinatura de uma carta de despedimento.

Segundo a União dos Sindicatos (USC/CGTP), a fraude verifica-se numa unidade de Coimbra e noutra da Lousa. A Lusa, que se refere ao comunicado da USC sobre o assunto, não menciona os nomes das empresas.

As cartas são assinadas sem data. A USC destaca (telex da Lusa de 25 do corrente) que «no momento do nascimento da relação laboral esta fica irremediavelmente condenada à morte que sucederá quando o patrão quiser».

A «impotência da Inspeção do Trabalho» é verificável nestas situações. Para a USC essa impotência revela-se em «diversos casos» que se traduzem «em autênticos conluios com práticas ilegais nas empresas».

Além destas fraudes, a União dos Sindicatos de Coimbra refere também a existência de «violações dos direitos sindicais» em duas empresas da região.

7 mil portugueses não têm contratos renovados na Suíça

Sazonais amortecem crise

Um estudo do sindicato suíço da construção civil FOBB revela que, desde o início da crise neste sector, cerca de 24 mil trabalhadores sazonais perderam o emprego, o que evidencia mais uma vez o papel de amortecedores de conjuntura exercido por estes trabalhadores imigrantes.

Sujeitos ao sistema de contrato sazonal, laboram na Suíça cerca de 40 mil portugueses, maioritariamente

ocupados na construção civil e na agricultura. Com a construção a viver uma das suas repetidas crises, o patronato do sector procura garantir os seus lucros fazendo cair os custos sobre os trabalhadores sazonais.

Vários milhares de portugueses (e muitos outros trabalhadores imigrantes) estão actualmente impedidos de entrar na Suíça por não lhes serem renovados os contratos de trabalho para a época

de 1992. Estima-se em 7 mil os portugueses atingidos.

Os imigrantes são obrigados a cumprir um período anual de 9 meses de ocupação (de Março a Novembro), durante os 4 anos dos contratos sazonais; quando não o completam, vão sendo excluídos do contrato definitivo. A não renovação dos contratos sazonais implica, como é agora o caso, que os trabalhadores imigrantes retornem ao ponto de partida

do processo, impondo-lhes assim uma prorrogação da sua situação precária.

Embora descontem para a segurança social durante o período de actividade, os trabalhadores sazonais na Suíça não têm direito a quaisquer subsídios durante os 3 meses de inactividade forçada, nem a qualquer indemnização por motivo de despedimentos compulsivos, como é notoriamente o caso dos 7 mil portugueses que não têm os seus contratos renovados.

Grupo de Estudos da DORP debate Associativismo

O Grupo de Estudos da DORP do PCP para o Associativismo e Desporto realizou recentemente um debate com associações, dirigentes associativos e outros, de que aqui damos conta. Entretanto, recordamos que no próximo dia 24 de Maio o PCP vai realizar em Lisboa, nas instalações da «Voz do Operário», um **Encontro Nacional Sobre o Movimento Associativo**, iniciativa que abordaremos circunstanciadamente no próximo número.

A DORP do PCP decidiu criar o Grupo de Estudos para o Associativismo e Desporto com o objectivo de intervir junto do Poder Central e Local na defesa do movimento associativo, ameaçado por tentativas, da parte do poder, de alterar/acabar o seu carácter popular e unitário.

O debate do Porto — cujos resultados foram apresentados à Imprensa por José Maria, da DORP do PCP e do Grupo de Estudos, Nuno Teixeira, Rolando Gomes, Serafim Cunha, António Pereira, Alves Pereira, Adriano Nogueira e Jorge Carvalho, todos os Grupos de Estudos — analisou as políticas do Poder Central e Local nesta área e, ainda, o Projecto de Lei do PCP apresentado na Assembleia da República.

Começando por abordar a realidade do Movimento Associativo (o seu papel, as actividades que desenvolve, os problemas que enfrenta), o debate considerou que o Movimento Associativo e Popular é uma poderosa realidade pelo trabalho que desenvolve e pela participação efectiva que tem no desenvolvimento das comunidades locais e no país, no plano da cultura e do desporto, pela intervenção que tem na resolução dos problemas das populações e pelos valiosos serviços que presta nos domínios da infância, juventude e terceira idade.

E salientou-se:

«De facto o associativismo continua a ter, e a dar um forte contributo para o desenvolvimento do país, muitas vezes substituindo-se ao próprio poder/Governo/Autarquias, nas acções que desenvolve.

«Achamos que por tudo isto o Estado no seu conjunto, o Governo em particular e as autarquias, têm o dever de apoiar mais e melhor o Movimento Associativo, por um lado, e por outro valorizar o seu trabalho».

O Movimento Associativo e Popular debate-se com muitos problemas entre os quais os meios necessários para o desenvolvimento do seu trabalho, nomeadamente nas acções que desenvolve na cultura, no desporto, não encontrando da parte do Estado (basta olhar para o Orçamento) incentivos e apoios que dignifiquem e ajudem as suas actividades.

«De facto, o Estado, o Poder Central, estão de costas para o valoroso papel de

todo o Movimento Associativo», acusou-se no debate.

As políticas dos poderes

«O Poder Local no Distrito, podemos dizer, que embora não faça o que devia, vai fazendo algumas coisas com interesse e em muitos casos por acção dos eleitos do PCP nas Câmaras e nas Juntas de Freguesia como em Gondomar, Lordelo, Miragaia, entre outros.

«No caso do Porto, embora a Câmara desenvolva algumas acções com interesse, pode dizer-se que o faz de uma maneira desequilibrada, não obedecendo a critérios justos, por um lado, e por outro fazendo discriminações. Acresce ainda dizer que em muitos casos o faz com o sentido de interferir, dirigir o movimento associativo por motivos político-partidários como é o exemplo dos primeiros e segundos Encontros que a Câmara realizou com as colectividades.

«O PCP sempre considerou e considera que a autonomia do movimento associativo face ao Poder e aos Partidos é uma questão essencial a salvaguardar e tem que ser defendida», acrescentou-se.

No Plano Cultural

São conhecidas as numerosas acções culturais que são levadas a cabo pelas associações, desenvolvendo as raízes culturais das comunidades locais nos planos da música, do teatro, etc. Os apoios necessários são nulos da parte do Poder Central.

O Poder Local vai apoiando algumas iniciativas, mais ao nível das freguesias. «No Porto, a Câmara através do pelouro da Cultura está virada para acções culturais, propagandísticas, muitas delas desinseridas das raízes populares.

Por isso defendemos mais cultura popular, mais apoios e que o «Rivoli» não seja para actividades culturais para certas «elites», que seja também um espaço para as acções populares desenvolverem as suas actividades», sublinhou-se no debate.

No Plano do Desporto

Neste domínio basta referir que no país o número de praticantes na última década se manteve inalterável ou até decresceu, enquanto em Espanha cresceu 40%, em Inglaterra 20% e em França duplicou. E as acusações continuaram:

«Se a isto juntarmos o défice de instalações desportivas que em 1988 se cifrava em 140 milhões de contos e hoje é estimado em 300 milhões de contos, ou se dissermos ainda que a área desportiva por habitante é cerca de metade dos países europeus, 2,2 m² em Portugal, 4 m² nos países europeus, mais difícil se torna fazer

qualquer explanação sobre o assunto.

«O PSD há mais de 10 anos está no poder e tem a responsabilidade da pasta do Desporto, e continua a destruição do tecido desportivo, através do Orçamento de Estado, agravando ainda mais estes números», recordou-se, acrescentando:

«A parcela reservada no orçamento do Ministério da Educação para o Desporto é de 12 milhões de contos, sendo o orçamento desse Ministério de 646 milhões de contos (pode afirmar-se que face às receitas amealhadas do totobola, totoloto e outros o Estado não gastará praticamente nada com o Desporto). Esta verba representa 0,1% do PIB e a média na CE é de 2,5% a 3%».

Acrescente-se a tudo isto o corte de mais de 50 milhões de contos do FEF.

Uma Câmara de medidas avulsas

Quanto à política desportiva da Câmara do Porto, através do pelouro de Fomento Desportivo, «podemos dizer que é uma política de medidas avulsas sem um plano organizado que permita uma intervenção devidamente coordenada».

Dois exemplos disso, entre outros, que à primeira vista são positivos mas que na prática concreta não estão a resultar:

«Uma, a contratação de professores de Educação Física para Animadores Desportivos da freguesia, não havendo uma consequência prática no desen-



volvimento físico e desportivo, pois não existe uma definição da política a seguir e quais os seus objectivos. Pensamos que o trabalho desses técnicos se deveria dirigir para as escolas primárias e para os jovens. Poderia, ainda, ser este grupo o ponto de partida para a constituição de um Gabinete Técnico da CMP.

«Outra diz respeito aos cursos de formação. Visto a seco é de facto positivo, mas face à falta de planeamento vários erros são visíveis. Misturar dirigente do Porto, Boavista e Salgueiros a discutir algumas matérias com dirigentes de colectividades populares, parece-nos um erro crasso; ou efectuar dois cursos para dirigentes associativos na mesma altura, também não é correcto e demonstra a falta de planificação».

Em suma, «a CMP diz realizar um sem-número de iniciativas mas parece-nos que a sua forma de actuação não corresponde à realidade. A sua actuação e o seu pelouro é de facto a de «passar cheques e de tirar as fotografias necessárias». Tra-

balho em profundidade existe pouco ou nenhum.

PCP propõe apoio ao Associativismo

Étendo em conta toda a situação descrita, por um lado, e por outro a necessidade objectiva de resposta a estes problemas, que o PCP através do seu Grupo Parlamentar apresentou na Assembleia da República o seu projecto de lei de apoio ao Associativismo que, entre outros, propõe o seguinte:

A criação ao nível da Administração Central de um Instituto dotado de autonomia administrativa e financeira, com a participação de representantes das Associações na respectiva Direcção (Federações de Lisboa, Porto e outras) que tenha delegações regionais.

A atribuição às Assembleias Municipais da competência para declarar a utilidade pública municipal.

As funções do Instituto, entre outras, será de assegurar às associações apoio técnico, cedência de materiais e equipamentos, apoio a transportes em grupo, apoio à aquisição, construção, reparação ou manutenção de instalações, apoio financeiro directo a actividades culturais, desportivas e outras. Propõe-se, ainda, no projecto a criação de apoios de natureza laboral, destinados a possibilitar maior disponibilidade dos dirigentes associativos para a realização das suas funções, consagrando o **Estatuto do Dirigente**.

— **Regalias/Benefícios Fiscais** — sobre a aquisição de materiais e equipamentos.

— **Isonções — Porte Pago**. E frisou-se, no debate promovido pelo Grupo de Estudos da DORP do PCP:

«Sobre este projecto de lei temos vindo a realizar reuniões, contactos, com associações e dirigentes associativos. Podemos constatar que de facto este nosso projecto vai ao encontro dos anseios e sentimentos dos interessados. Está nesta altura a decorrer uma petição a dirigir à Assembleia da República no sentido de exigir que rapidamente o projecto seja discutido.»

Luís Sá visita Seixal

Luís Sá, membro da Comissão Política do CC do PCP, realizou recentemente uma visita ao Concelho do Seixal, tendo sido acompanhado por membros da DORS, Comissão Concelhia, representantes dos diversos órgãos autárquicos do Concelho, bem como dos serviços sociais dos trabalhadores das autarquias e da comissão sindical.

A visita iniciou-se com uma breve recepção no departamento da Cultura, Desporto e Tempos Livres, tendo na altura o presidente da Câmara, Eufrazio Filipe, afirmado «que foi com prazer que a Câmara Municipal do Seixal acedeu à solicitação do PCP para uma visita ao trabalho do Poder Local democrático e que seria bom que outros partidos políticos, de igual modo, abandonassem os seus gabinetes e verificassem no terreno a vasta obra realizada pelas autarquias do Concelho».

Seguiu-se a visita aos Paços do Concelho, recentemente recuperados, e às principais obras em curso, havendo ainda oportu-



tidade para se conhecer o Centro de Dia da Amora totalmente construído e equipado pela Câmara Municipal e onde, após receção entusiástica, o presidente da Associação afirmou que «antigamente ouvia-se o então presidente dizer que o Concelho do Seixal era dos mais atrasados — hoje, passados 18 anos sobre o 25 de Abril, podemos afirmar que o Conselho do Seixal é dos mais desenvolvidos do País».

Falando em nome da delegação, Luís Sá afirmou que o PCP continuará a lutar em defesa do Poder Local democrático, que o mesmo é dizer em defesa dos interesses das populações, sendo prova disso o vasto trabalho realizado nas autarquias pelos comunistas e seus aliados na CDU, nomeadamente nas autarquias do Seixal.

O Concelho do Seixal é dos que mais cresceu nos últimos 10 anos, pretendendo a Câmara reduzir a sua dependência em relação a Lisboa e dar corpo às suas potencialidades na estrutura metropolitana. O PDM, em fase de conclusão, será em breve colocado à discussão pública, estando em curso um conjunto de grandes obras que vêm beneficiar a população e contribuir para o desenvolvimento do Concelho: quatro jardins municipais. ETAR de Corroios, sistema de captação de água a partir de St^a Marta de Corroios, remodelação total da estrada de Foros de Amora; brevemente será adjudicado o Interceptor de Rio Judeu e a ETAR de Fernão Ferro.

Vão também surgir no Concelho equipamentos ligados ao turismo, nomeadamente campos de golfe e unidades hoteleiras, e após conclusão da zona verde envolvente da Nova (Biblioteca, Videoteca, Ludoteca), será aberto ao público este grande complexo cultural.

«Por tudo isto — afirmou-se — os eleitos CDU estão confiantes nos resultados obtidos com a obra realizada e que a população reconhece.»

CDU vence eleições na Assembleia Metropolitana de Lisboa

Como se esperava, a CDU venceu as eleições para a Assembleia Metropolitana de Lisboa realizadas a semana passada, ficando os 50 lugares que a integram distribuídos da seguinte forma: 18 para o PCP, 16 para o PS, 12 para o PSD, 2 para o CDS, 1 para o MDP e 1 para a UDP. A eleição foi feita pelos membros eleitos nas Assembleias Municipais dos 18 municípios que integram a Área Metropolitana de Lisboa, onde o PCP detém 11 maiorias, o PSD quatro e o PS duas, sem falar na maioria PS/PCP na Câmara de Lisboa.

Comentando os resultados para o nosso jornal, o dirigente do PCP **Luís Sá**, membro da Comissão Política, afirmou-nos:

«Com estes resultados — continuou o dirigente do PCP — ficam reforçadas as perspectivas de ser executado o acordo do PCP com o PS,

solução de consenso para a Mesa da Assembleia Metropolitana, que integre Helder Madeira como candidato a presidente e dois vice-presidentes, um designado pelo PS e outro pelo PSD».

Metropolitana de Lisboa ser seriamente sacrificada no PIDDAC, mostram que as tarefas são duras». A terminar, Luís Sá acrescentou no seu curto depoimento: «Estamos certos que o PCP e a CDU vão estar, mais uma vez, à altura das suas responsabilidades».

«A AML não é uma solução em si mesma para o conjunto dos problemas que afectam o seu território. Mas constitui um instrumento de intervenção que importa não desperdiçar e cujo êxito dependerá não só do empenhamento dos seus membros, mas também das condições e dos meios de trabalho que lhe forem propiciados». Entretanto assinala-se igualmente que «compete ao Governo e à Administração Central o essencial do esforço financeiro e uma disponibilidade efectiva de coordenação e articulação de projectos e investimentos».

● Comentário de Luís Sá

«A votação da Assembleia Metropolitana foi positiva e exprime o peso e responsabilidade da CDU na Área Metropolitana de Lisboa, e igualmente a coesão dos seus eleitos em torno do projecto que a CDU propõe».

quer quanto à composição da Comissão Permanente da Junta Metropolitana, quer quanto à presidência da Assembleia Metropolitana. Aliás um e outro aspecto são indissociáveis. Estamos abertos e preconizamos uma

E Luís Sá sublinhou: «Os graves problemas da Área Metropolitana de Lisboa exigem que se procure uma convergência tão ampla quanto possível das autarquias locais. O facto de a verba orçamentada para a Assembleia Municipal de Lisboa ser de apenas 30 000 contos e o facto de a Área

Proximamente abordaremos mais circunstanciadamente esta questão. Citamos, entretanto, o que foi ontem dito, já no fecho desta edição, na conferência de imprensa dada pela CDU, em Lisboa:

Autarquias de Évora analisadas pela DOREV

As responsabilidades que o PCP e a CDU têm no Poder Local do Distrito de Évora, levaram a DOREV do PCP a convocar, para Estremoz, o 1º Encontro de Eleitos da CDU nas Freguesias do Distrito de Évora.

A CDU preside a 61 das 86 freguesias em que se realizaram eleições e detém 567 dos 872 mandatos nos órgãos de freguesia do distrito.

As responsabilidades assumidas pela CDU, ao longo de 15 anos de poder local democrático, traduzem-se num nível elevado na satisfação das necessidades das populações, só possível graças ao trabalho desenvolvido pelas Juntas de Freguesia.

Demonstrativo deste facto é o nível de competências descentralizadas para as Juntas de Freguesia. Assim de 62 Juntas de Freguesia que responderam a um inquérito, conclui-se que 56 exercem uma grande variedade de competências descentralizadas. Entre estas destacam-se: **a conservação e gestão de diversos equipamentos** (balneários, lavadouros, sanitários, parques infantis,

cemitérios, fontanários, escolas, abrigos de passageiros, parques desportivos, jardins e mercados); **pequenas obras** (bermas, caminhos, calcetamento, ramais de água e diversos equipamentos); e **passagem de licenças** (canídeos, velocípedes, esplanadas e espaços publicitários).

Perante o elevado número de competências descentralizadas, o Encontro concluiu que a experiência se salda por resultados positivos, reflectidos na grande resolução de problemas com benefícios directos para as populações. O Encontro considerou que é necessário continuar a aprofundar e alargar a política de descentralização de competências para as freguesias.

Para responder a esta realidade as Juntas de Freguesia têm hoje cerca de 150 trabalhadores e dispõem de mais de 500 mil contos de receitas (o que corresponde a mais de 10% na transferência da FEF, estabelecido pela lei). Durante 1992, as Juntas de Freguesia propõem-se realizar obras num valor superior a 200 mil contos, evidenciando as potencialidades da política de descentralização.

Perante o volume de responsabilidades assumidas pelas Juntas, conclui-se pela necessidade de tomar medidas que reforcem o apoio técnico, particularmente nos campos jurídicos e administrativo.

Perante a necessidade de aprofundar e dignificar o papel das freguesias no Poder Local, o Encontro decidiu reivindicar que a legislação autárquica seja alterada. Primeiro, contemplando como competências próprias das Juntas de Freguesia muitas das áreas pelas quais estas já respondem actualmente. Segundo, alterar o regime de financiamento que deve passar a ser recebido por transferência directa do Orçamento de Estado, substituindo assim o actual circuito que passa pelas Câmaras Municipais. Terceira alteração da lei no

sentido de permitir que, pelo menos, um dos eleitos disponha do estatuto de eleito a tempo inteiro.

O resultado positivo do trabalho das freguesias CDU é reconhecido pelas outras forças políticas e que se reflecte na crescente aprovação por unanimidade de matérias como o plano, orçamento e

contas de gerência.

O Encontro avaliou a participação das freguesias na ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias) constataando que estão inscritas 61 freguesias do distrito, concluindo assim da necessidade de sensibilizar as freguesias ainda não inscritas a fazê-lo.

No sentido de reforçar o

papel da ANAFRE, o Encontro decidiu propor a constituição, a nível distrital, de um núcleo dinamizador desta Associação. Ao mesmo tempo apelou aos eleitos das freguesias para que, desde já, participem activamente na preparação do III Congresso da ANAFRE, a realizar em 1992.

O problema da Informação

O Executivo da DOREV do PCP, reunido em Évora no dia 27 de Abril, analisou a situação da comunicação social e a situação social e política. Da análise feita salienta-se o que o distrito de Évora e o Alentejo necessitam da mais e melhor informação, mais pluralista e uma atenção diferente dos órgãos de expressão nacional.

A instalação de uma delegação da RTP em Évora criou inicialmente expectativa positiva mas tem-se revelado profundamente decepcionante.

Raramente as realidades do distrito e da Região e o pluralismo das várias correntes de opinião são projectadas nas reportagens da televisão. O PCP é particularmente marginalizado. Mas em contrapartida não há visita de membro do Governo que não tenha a cobertura diligente da televisão e da sua delegação.

A enorme obra do Poder Local democrático é muitas vezes ocultada ou diminuída.

O Executivo da DOREV do PCP, que acompanha com toda a atenção a actividade dos órgãos de comunicação social, reclama melhores apoios financeiros, fiscais e técnicos para a imprensa regional e decidiu promover uma reunião de quadros sobre informação para dia 6 de Junho/92.

As consequências da seca continuam a fazer-se sentir no distrito e no Alentejo sem que o Governo, até ao momento, tivesse concretizado as acções anunciadas. A DOREV do PCP reclama que o Governo publique rapidamente o conjunto de medidas reclamadas pelos agricultores, cooperativas e suas organizações e autarquias para fazer face aos gravíssimos prejuízos sofridos pelas diversas actividades económicas e previsíveis dificuldades no abastecimento de água às populações apesar dos esforços do Poder Local, e insiste na necessidade de ser viabilizada a construção do empreendimento de fins múltiplos do Guadiana (Alqueva) de molde a garantir os seus efeitos no desenvolvimento geral do Alentejo.

Tribunal derruba presidente PSD de Sintra

Na sequência da decisão tomada no princípio da semana pelo Tribunal Administrativo de Lisboa, de perda de mandato do presidente da Câmara Municipal de Sintra, João Justino, eleito em lista do PSD e CDS, a Comissão Concelhia de Sintra do PCP emitiu um comunicado onde se afirma, nomeadamente:

«Neste momento importa lembrar que, sem nunca aderir ou participar na verdadeira guerra de calúnias e suspeições lançadas a esmo contra tudo e contra todos, foram os Vereadores do PCP que propuseram a realização da Sindicância a todos os Pelouros e Serviços da Câmara», tal como «importa lembrar que foram os Vereadores do PCP quem, desde há muito, denunciaram firme, clara e transparentemente os interesses dos «lobbies» empresariais que, confrontando-se no seio da coligação PSD-CDS, provocaram a mais séria degradação até hoje verificada no funcionamento institucional da Câmara».

A perda de mandato do Presidente da Câmara «coloca a questão de sua substituição. Esta é uma questão cuja solução institucional existe e está claramente definida na Lei. O substituto do Presidente da Câmara é o eleito, da mesma força política (o PSD), que se lhe segue na respectiva lista. O PCP não alinha em manobras destabilizadoras, desde há muito tentadas, em torno desta questão. Não compete ao PCP nem aos seus Vereadores, como de resto não compete a quaisquer outros Vereadores, escolher o substituto do Presidente que ora perde o mandato», frisa o comunicado, que prossegue:

«O que os Vereadores do PCP desde já garantem, e fazem-no em coerência com o

seu passado bem conhecido no Concelho, é que:

«Estão prontos a continuar a trabalhar para a resolução dos problemas do Concelho, construindo a unidade de acção em torno de programas e projectos concretos e privilegiando todas as propostas justas e correctas, venham elas de onde vierem;

«Estão prontos a serem os mais inexoráveis defensores da legalidade e do Estado de Direito e a não transigirem com qualquer desvio a estes.»

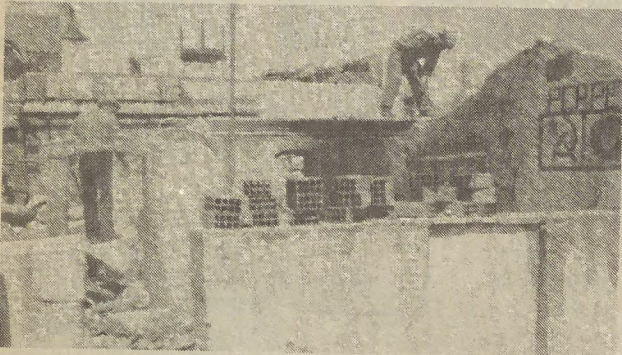
Entretanto «a perda de mandato do Presidente da Câmara não pode fazer esquecer quem são os verdadeiros responsáveis pela situação ora vivida.

«Há responsáveis. E responsáveis, não apenas pelas ilegalidades cometidas mas também e sobretudo por dois anos e meio de má gestão, desestabilização e atraso na resolução dos problemas do Concelho.

«Há partidos responsáveis. O PSD e o CDS são-no. E são-no porque, em vez de se preocuparem com a apresentação de uma lista responsável e capaz de trabalhar para o progresso do Concelho, apenas pretendiam ganhar eleições, mesmo "vendendo gato por lebre".»

Finalmente, «a perda de mandato do Presidente da Câmara, no seguimento do Relatório Parcelar n.º 2 da Sindicância ao Município de Sintra, não pode ser interpretado como o finalizar da importante missão que está cometida à Sindicância, importa lembrar que esta é a todos os Pelouros e Serviços da Câmara».

Assim, «defende o PCP que a Sindicância deve prosseguir, porventura com maior celeridade, os seus trabalhos. Os culpados, se os há, devem ser punidos, sejam eles quais forem, doa a quem doer.»



Obras No CT de Tires

O centro de trabalho de Tires tem vindo a sofrer obras de remodelação que, como se refere numa tarjeta da comissão de freguesia do PCP de São Domingos de Rana, vão custar alguns milhares de contos. É objectivo desta remodelação - que é, na prática, a construção de um novo CT - criar melhores condições de trabalho e de convívio para melhorar a intervenção dos comunistas e a resposta da organização aos problemas das populações e dos trabalhadores da freguesia.

Na fase actual das obras, como se vê na foto, vários comunistas e amigos do Partido têm oferecido o seu trabalho. A comissão de freguesia, na tarjeta que está a distribuir aos militantes do Partido e a outros democratas, apela a que, «dentro das possibilidades de cada um de nós», cada um dê a sua contribuição, quer participando nas jornadas de fim-de-semana, quer doando fundos para comparticipação nos custos.

PSD/AÇORES CHUMBA COMPLEMENTOS

A comissão de Política Geral da Assembleia Legislativa Regional dos Açores chumbou, com os votos do PSD, na reunião de quinta-feira passada, em Ponta Delgada, o projecto de decreto sobre o acréscimo salarial. O PSD inviabilizou deste modo que a comissão especializada pudesse dar cumprimento ao estabelecido no decreto orçamental que prevê a atribuição duma remuneração complementar a todos os funcionários públicos da região e da administração local.

Em nota divulgada, a representação parlamentar do PCP considera que «com esta atitude os deputados do PSD não contribuíram para um eficaz trabalho da Assembleia, antes pelo contrário, transferiram para o plenário o que podia ser efectuado em comissão».

O PCP manifesta, entretanto, a certeza de que a situação será ultrapassada e que no próximo plenário da Assembleia será aprovada uma remuneração complementar para os trabalhadores da administração regional e local dos Açores.

VIANA SEM CASTELO?

«O lançamento da ideia, pelo actual presidente da CM de Viana do Castelo, de suprimir a palavra Castelo do nome da cidade, concelho e distrito, deixou de constituir uma guerra de alecrim e manjerona, com de princípio muitos consideraram, para se transformar numa polémica, onde se misturam e entrecruzam factores políticos, históricos, pessoais e outros», considera num nota a DORVIC do PCP. Ressalvando que até ao momento o PCP não tomou qualquer posição sobre a matéria, aquela direcção regional salienta que a ideia de alterar o nome «não foi oportuna, não é consensual, nem corresponde à resolução de uma

necessidade premente sentida e reconhecida com tal pela população e antes parece resultar do conhecido protagonismo exacerbado do município vianense».

O PCP refere ainda que «oportunamente será tomada posição pública sobre a questão». Desta forma acrescenta que «é prematuro e ilegítimo tirar conclusões sobre a posição do PCP e da declaração feita em conferência de imprensa pelo seu vereador, Maurício de Sousa, que questionado por um jornalista, respondeu que a sua posição pessoal e individual sobre o assunto tendia para a simplificação do nome, suportando esta opinião pessoal no facto de o seu partido ainda não ter tomado, em termos formais e políticos, uma decisão». A DORVIC sublinha que «tal decisão, a ser tomada, na oportunidade, será política e partidariamente respeitada pelo eleito do PCP na Câmara Municipal de Viana do Castelo», alertando que o assunto «não deve servir para desviar a atenção dos munícipes e dos responsáveis autárquicos dos problemas que urge resolver no sentido da melhoria das condições de vida das populações».

AZEITÃO

A população de Azeitão há muito que vem exigindo da CM de Setúbal a semaforização da EN10, em Brejos de Azeitão, a construção da rede de águas para as aldeias da Piedade, S. Pedro e Portela, a rápida conclusão das obras nas ruas José Augusto Coelho, em Vila Nogueira e na S. Gonçalo, em Brejos. Apesar das muitas promessas feitas por Mata Cáceres, presidente da CM de Setúbal, os azeitonenses não viram ainda sinais do início das obras, o que está a causar alguma agitação. O PCP, através da sua organização local, solidarizou-se já com a «justa luta» dos populares e garantiu que vai «continuar ao seu lado a exigir que as obras se façam, para que em Azeitão exista a tão apreçoada qualidade de vida».

Desenvolvimento do País e emigração

A reflexão sobre as realidades da emigração hoje impõe-se, não só no quadro da observação atenta de um fenómeno que possui marcas profundas na sociedade portuguesa e que tende a sofrer uma evolução que lhe vai transmitindo características novas, mas também porque no seu evoluir adquirem maior nitidez as motivações de ordem económica e social que lhe são intrínsecas.

Atento e interveniente, o Partido Comunista Português, através da auscultação e debates que promove, procura adequar as suas propostas políticas às novas situações que se vão produzindo. Agir no sentido de que se modifiquem as condições que mantêm este fenómeno é objectivo sempre presente.

O recente debate promovido pela Comissão junto do Comité Central, (CPTEE) e participado por camaradas ligados às Autarquias, à Administração Pública Central, por sociólogos, juristas, quadros técnicos e ex-emigrantes, foi um ponto de confluência de várias opiniões que, apontando factos, caracterizando situações, transmitiram ideias abalizadas sobre acções que deveriam ser implementadas com o objectivo de salvaguardar os direitos dos que partem, os interesses dos que se radicam e, de modo mais sensível, as condições ao regresso, de forma a que este fosse simultaneamente resultado de condições atractivas no nosso país e factor de desenvolvimento das regiões de procedência.

O conceito de cidadão residente sobrepõe-se ao de emigrante?

As razões da emigração ainda são essencialmente determinadas pelo factor económico?

Existe uma aceitação natural pelas sociedades de acolhimento, ou a identidade portuguesa esbate-se com a assimilação?

As assimetrias regionais e a desertificação do interior de Portugal são causa e efeito da emigração?

A política de emigração do actual Governo contém alguma preocupação de carácter social, ou circunscreve-se unicamente à exportação de mão-de-obra?

Razões da emigração

No plano europeu, constata-se que a imagem da CEE e a inerente propaganda sobre a «livre circulação», a «cidadania», a «abolição de fronteiras» são expressões que fomentam a saída de muitos trabalhadores, à partida motivados pelo desejo de melhoria do nível de vida e de rendimentos. Essa natural ambição torna-os vulneráveis a traficantes de mão-de-obra e a

contratos forçados, sujeitados ao trabalho precário e à privação de direitos sociais.

Os pequenos «portugais» espalhados pelo mundo, de que membros do aparelho de Estado tanto falam, não evidenciam «o espírito de um povo vocacionado para os descobrimentos, mas antes a forma compulsiva como os portugueses saem do seu país, como se sentem desenraizados e procuram reproduzir no estrangeiro a sua cultura, o seu modo associativo de vida.

O regresso, se não se efectua pelo somatório — anos de ausência mais reserva financeira —, é muito porque o amealhado não se sobrepõe à necessidade de uma assistência social eficaz que em Portugal se sabe não existir, porque não se garantem direitos adquiridos (designadamente os de reforma), porque não existem incentivos e apoios a uma eventual aplicação de fundos acumulados.

Foi essencialmente nesta área que os participantes mais aprofundaram a sua reflexão, o que fez surgir ideias, quase propostas, pautadas pela seguinte constatação: o investimento prioritário no litoral é, por si, um das causas do subdesenvolvimento económico do interior e consequentemente da emigração. Quem daqui parte, quando regressa, ou opta por radicar-se em regiões de maior crescimento ou, regressando às origens, não rentabiliza as suas poupanças. Normalmente, utiliza-as para a construção de casa própria e, se as aplica, é regra geral no pequeno comércio e não na indústria e agricultura.

Num quadro em que as assimetrias regionais tendem a aprofundar-se, que fazer para obstar à desertificação do interior?

Poupanças e investimento

A captação e investimento das poupanças só terá consequências se existir uma política nacional de facto atenta ao sentir e às aspirações dos portugueses no estrangeiro e das populações em geral, uma política de estímulo, que suscite um modelo de cooperação entre emigrantes originários das mesmas regiões. As matérias-primas existentes deve-

riam ali ser trabalhadas, gerando a possibilidade de instalação de pequenas e médias empresas e a criação de lugares de trabalho.

Parece de todo duvidoso que o interesse nacional neste sector se reporte ao apoio preferencial que o Governo PSD presta aos empresários das comunidades. Com que resultados para os emigrantes e para a economia nacional, cabe perguntar?

Valorizando os «portugueses de sucesso», o Governo esconde um dado novo e preocupante: são cada vez mais os portugueses que, ao invés de arriscarem no investimento em Portugal, preferem aplicar as suas poupanças nos países de acolhimento.

Os cerca de 630 milhões de contos que anualmente os emigrantes transferem não geram desenvolvimento já que não existe rentabilização. Os modelos de cooperação sugeridos poderiam representar-se segundo um figurino de «sociedades de desenvolvimento», assim existisse vontade de possibilitar condições para tal. Poder-se-ia criar riqueza, fixar populações, repovoar o interior e estancar a saída de tanta gente necessária ao desenvolvimento equilibrado do país.

A questão da dimensão social, colocada como nor-

ma de bem-estar equitativo, é uma perspectiva que deveria implicar medidas concretas a nível governamental.

É o que não acontece, também agora que Portugal assume a presidência da Comunidade Europeia e poderia aí ter uma palavra a dizer.

Nesta iniciativa do PCP, intervenções houve em que se exemplificaram níveis e formas de atribuição de direitos sociais nos países de acolhimento, confirmando tudo quanto é conhecido sobre os ganhos que em contraponto com as realidades nacionais, também representam o usufruto desses direitos.

Daí que se considere a importância da harmonização social, por si factor de elevação do nível de vida, o que contribuirá para o estancamento de saídas, cada vez mais a absorverem operários especializados, gente com empregos estáveis, quadros técnicos e outros.

A CPTEE do PCP irá continuar o aprofundamento dos estudos sobre fenómenos da emigração, e prosseguirá a sua intervenção em defesa dos interesses dos emigrantes, através dos seus eleitos na Assembleia da República, no Parlamento Europeu e no órgãos de Poder Local: a valorização da sua condição de cidadãos portugueses interessados no desenvolvimento socioeconómico de Portugal corresponde a uma perspectiva progressista das realidades nacionais que é importante reforçar.

A CPTEE do PCP

CAMARADAS FALECIDOS

AUGUSTO SANTOS

Faleceu recentemente **Augusto Santos**, que contava 84 anos de idade e militava na organização do bairro de S. José em Cascais.

JOSÉ PICAS

Faleceu recentemente **José António Caeiro Picas**, que contava 58 anos de idade e estava organizado na freguesia da Baixa da Banheira.

JOSÉ SERRALHA

Faleceu no passado dia 11 deste mês, com 67 anos, **José Neves Serralha**, militante da Célula da Sociedade Parafusos Fluorescentes, em Cabo Ruivo. Era natural do Baixo Alentejo e residia em Stª Iria Agóia.

JOSÉ VENTURA

Faleceu em 20 do corrente mês, **José Carvalho Ventura**, com 87 anos. Agricultor reformado, foi lutador antifascista e participou em actividades do Partido antes do 25 de Abril, tendo estado preso nos anos 30.

MARIA AGUIAR

Faleceu no passado dia 22, **Maria José Alves Aguiar**, residente no bairro do Murtal, na Parede, onde militava. Nasceu em São Domingos de Rana, Maria Aguiar contava actualmente 65 anos e era reformada dos TLP.

Aos familiares e amigos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

DORBE reclama mecanismos para combater efeitos da seca

O PCP exige a imediata concessão de apoios a fundo perdido, em função da área semeada, para as searas perdidas

Mais do que o derramamento de «lágrimas de crocodilo» é urgente que se accionem mecanismos para combater os efeitos da seca

Numa nota emitida pela Comissão Executiva Política da DORBE do PCP, é exigido que se accionem urgentemente mecanismos «quer os anunciados pelo Governo, quer outros reivindicados pelas forças políticas económicas e sociais das regiões afectadas pela seca no sentido de combater os efeitos altamente nefastos para as populações das regiões mais atingidas».

Concretamente, o PCP refere como necessário a «imediata concessão de apoios a fundo perdido, em função da área semeada para as searas perdidas, bem como a informação sobre o acesso aos fundos, para que estes não sejam indevidamente canalizados para os grandes proprietários».

A par do fornecimento de

fornagens para alimentação de gado, a DORBE considera necessária «a intervenção do Estado no mercado da pecuária para evitar a degradação dos preços; garantir o subsídio de desemprego a todos os que foram afastados do trabalho devido à seca; conceder apoios especiais às autarquias para a realização de obras de captação de água, transporte e distribuição».

O PCP conclui ainda que «é imprescindível a aceleração do processo de decisão para a construção do empreendimento de fins múltiplos do Alqueva, em todas as suas valias, e a reabilitação e aproveitamento dos perímetros de rega do Roxo, Odivelas e Mira».

Na sua reunião, a Comissão Executiva da DORBE fez o balanço da actividade dos

comunistas no distrito, salientando que «neste primeiro trimestre, o PCP tem desenvolvido um trabalho sério e regular que contrasta com a atitude de desinteresse do PS e do PSD pelos problemas das pessoas e do distrito, o que os leva só a aparecer em altura de eleições».

Entre as iniciativas realizadas, destacam-se a discussão e elaboração de um Plano de Acção do PCP para 1992, as comemorações do aniversário do Partido, os encontros sobre Desenvolvimento, sobre Questões de Organização, sobre Poder Local e Desenvolvimento, as Jornadas Parlamentares do PCP, para além de vários contactos de dirigentes regionais e deputados comunistas com agricultores e trabalhadores agrícolas, visitas a diversos



concelhos, sessões públicas e participação e iniciativas de solidariedade com Timor-Leste e Cuba.

Entretanto, para o mês de Maio está já anunciado um conjunto de iniciativas, com relevo para a homenagem a Catarina Eufémia, no dia 16 de Maio, às 16 horas em Baileirão. Refira-se que estará

presente o secretário-geral adjunto do PCP, Carlos Carvalho, que fará uma visita à cidade de Beja e terá encontros com a União dos Sindicatos de Beja e com a direcção da Cooperativa Proletário Alentejano.

Ainda durante este mês, está prevista a visita de Luís

Sá, membro da Comissão Política, aos concelhos de Castro Verde e Serpa, respectivamente nos dias 12 e 22. Está igualmente prevista a deslocação do deputado pelo distrito de Beja, Miguel Urbano Rodrigues, no dia 23, ao concelho de Odemira onde manterá contactos com estruturas e populações locais.

O «convite» da RTP

1. A meio da entrevista com o ministro dos Negócios Estrangeiros, ontem transmitida no programa «Primeira Página», um dos entrevistadores prestou a informação de que a RTP tinha convidado os partidos da oposição a gravarem depoimentos, a integrar naquele programa, com a sua opinião sobre a Presidência portuguesa da CEE mas que estes «por razões diversas» tinham declinado o convite. E sobre a matéria mais não foi dito, assim se deixando os telespectadores a conjecturar sobre as alegadas «razões diversas» invocadas pelos partidos da oposição.

2. O Gabinete de Imprensa esclarece que o PCP tendo sido efectivamente convidado a gravar um depoimento de minuto e meio sobre aquele assunto, de facto declinou o convite com o fundamento transmitido à RTP de que considerava absolutamente inadequada a fórmula proposta para os partidos da oposição expressarem a sua opinião, ainda por cima no contexto da sua inserção numa entrevista solitária ao ministro dos Negócios Estrangeiros que teria assim todas as possibilidades de as

comentar de forma desenvolvida e completamente impune. Em contrapartida, o PCP manifestou a sua total disponibilidade para participar num debate com a participação também do ministro Deus Pinheiro.

3. O PCP considera que, se a RTP entendia necessário referir os convites que dirigiu aos partidos da oposição, tinha então a estrita obrigação, por elementar respeito pelos telespectadores, de ter divulgado as razões que invocaram para os recusar.

4. O PCP renova ainda o seu firme protesto contra a orientação da RTP bem patente no conteúdo da maioria das edições do «Primeira Página» de, por um lado, assegurar importantes possibilidades de propaganda ao Governo através de entrevistas a ministros e, por outro lado, impedir qualquer debate efectivamente pluralista sobre a política governamental, designadamente em torno de temas e problemas da maior relevância, a actualidade e impacte social.

22.4.1992

O Gabinete de Imprensa do PCP

Horários selvagens chegam ao comércio de Coimbra

A Câmara Municipal de Coimbra conseguiu fazer aprovar a sua proposta de liberalização dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, na sessão da Assembleia Municipal de Coimbra do passado dia 14.

Face a esta decisão, a Comissão Concelhia de Coimbra do PCP sublinha num comunicado distribuído que «como sucede na generalidade das cidades portuguesas, os comerciantes protestam e fazem chegar o seu repúdio às edilidades respectivas acerca da ofensiva governamental que visa favorecer o domínio do sector pelas chamadas grandes superfícies e poderosos grupos

económicos nacionais e estrangeiros»

O PCP refere que «desde a primeira hora que em Coimbra o PS e o PSD têm estado em clara sintonia de objectivos no processo de adopção dos novos horários do comércio. A posição agora assumida por estas duas forças políticas foi, pois, deliberada e conscientemente tomada contra o pequeno e médio comércio local em favor das grandes superfícies instaladas e a instalar na área do concelho», continua o texto.

Por outro lado, os comunistas salientam que o PS e PSD «não poderão alijar responsabilidades para terceiros porque várias foram as acções desenvolvidas pelos comer-

ciantes no sentido de serem ouvidos e também de sensibilizar o Executivo e nomeadamente o presidente para os problemas que tais horários acarretarão a médio prazo para a classe».

«Não deixa de ser estranho» - acrescenta a nota - «que numa altura em que o próprio Governo já foi obrigado a reconhecer os efeitos perversos de medidas que facilitam a proliferação de horários selvagens, o Partido Socialista promova e defenda e finalmente faça aprovar medidas deste tipo», conclui a comissão concelhia do PCP que lamenta a «convergência do PS com a política da direita portuguesa e mais concretamente com a do PSD».

Saúde em Castelo Branco põe utentes em perigo

O deputado comunista Luís Peixoto efectuou recentemente uma visita a Castelo Branco com o objectivo de se inteirar da situação na área da saúde. Neste âmbito, o parlamentar do PCP avistou-se com os directores dos centros de saúde de Castelo Branco e de saúde mental, com a administração regional de saúde e com o director clínico do hospital distrital. A visita incluiu ainda um encontro de trabalho com o sindicato dos enfermeiros e da função pública, delegados sindicais do sector da saúde e com a associação de estudantes da escola superior de enfermagem dr. Lopes Dias.

No final, realizou-se uma conferência de imprensa no centro de trabalho do PCP em que Luís Peixoto comunicou os resultados da sua deslocação. O deputado comunista

acusou o Ministério da Saúde de não ter uma política definida, que flutua «conforme os grupos de pressão, perdendo a perspectiva de futuro». Sobre as posições do PCP, Luís Peixoto salientou a necessidade da regionalização dos serviços, da articulação dos cuidados primários com as unidades hospitalares e da gestão articulada no sector.

Referindo-se no concreto à visita, destacou as grandes apreensões manifestadas pelo director do centro de saúde mental relativamente à perda de autonomia administrativa e financeira, que resultará da integração prevista no hospital distrital. A par de grandes dificuldades de acesso às consultas de clínica geral, Luís Peixoto observou que os filtros em diálise são reutilizados cerca de 12 vezes

quando a regra é de quatro a cinco vezes; o material descartável é utilizado indevidamente já que é reesterilizado e não são cumpridas as condições ideais para a esterilização por se considerar que os modernos desinfectantes são suficientes.

No encontro com a imprensa local, o deputado informou ainda que vai apresentar requerimentos aos respectivos ministérios sobre a «existência ou não de perigo para o utentes com a reesterilização na gastroenterologia; a falta de enfermeiros, apesar do quadro estar preenchido, e sobre o problema dos horários do pessoal de enfermagem e falta de médicos de saúde pública».

Na sessão usou também da palavra Jorge Amorim, que criticou a política do PSD na área da saúde.

Debate sobre 25 de Abril discrimina comunistas

A Comissão Concelhia de Espinho do PCP protestou recentemente contra a discriminação de que foi alvo, ao ser arredada de um debate comemorativo do 25 de Abril, realizado pela Assembleia Municipal de Espinho. O PCP contesta que a iniciativa apenas incluisse dois oradores, um do PSD e outro do PS, sublinhando que o «protesto, que nada tem a ver com o referidos oradores, assume redobrado vigor pelo facto da discriminação surgir a propósito de uma data que em grande parte se deve à actividade abnegada e heróica do PCP contra a ditadura».

Na nota divulgada, a comissão concelhia afirma que lhe foi «apresentada tardiamente pelo presidente da Mesa da Assembleia, uma proposta de um debate entre um representante

da área do PSD e um da «área de esquerda» a indicar por consenso entre o PCP e o PS». Contudo o PS não se mostrou disponível para dialogar e o PCP manifestou junto do presidente da Assembleia Municipal o seu «desacordo sobre a realização de um debate apenas a dois tons (PSD e PS)», sugerindo que fosse alargado a mais um orador, o que foi de imediato recusado.

Perante esta situação, acatada pelo PS, a Comissão Concelhia de Espinho do PCP «responsabiliza fundamentalmente a Mesa da Assembleia Municipal e o seu presidente por esta atitude sectária de marginalizar uma força política que se tem dedicado exemplarmente à defesa do 25 de Abril e dos interesses da população do concelho».

INTERNACIONAL

Etiópia

O número de mortos aumenta constantemente nos campos de refugiados etíopes no norte do Quênia devido à falta de alimentos, revelaram a alta comissária da ONU para os refugiados (ACNUR) e o programa alimentar mundial (PAM).

Segundo o ACNUR, mais de 200 refugiados etíopes morreram esta semana num só campo e o índice de casos de desnutrição entre as crianças é preocupante.

Várias organizações internacionais calculam em mais de 35 000 o número de pessoas que fugiu dos confrontos tribais do sul da Etiópia nas últimas semanas.

Confrontos violentos têm ocorrido entre a Frente Revolucionária Democrática Popular da Etiópia (FRDPE, governamental) e a Frente de Libertação de Oromo (FLO), constituída por uma das tribos maioritárias da Etiópia.

Itália

O presidente da República italiana, Francesco Cossiga, anunciou a sua demissão, um dia depois da do governo presidido por Giulio Andreotti.

Cossiga, 63 anos, na chefia do Estado italiano desde 3 de Julho de 1985, explicou que tomou esta decisão por ser, na crise política que atravessa a Itália, «um homem só sem força política».

O presidente da República é, em Itália, o garante das instituições, mas não tem poder executivo. No entanto, nos termos da Constituição, nomeia um presidente de conselho responsável pela formação do governo, com o aval dos partidos políticos.

A presidência da República italiana será exercida interinamente pelo presidente do Senado, Giovanni Spadolini, reeleito para a chefia da Câmara Alta.

A eleição de um novo chefe de Estado, pelo Parlamento, deverá acontecer num prazo de quinze dias.

Líbia

As autoridades líbias afirmaram que o embargo imposto ao país em 15 de Abril pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas está a afectar o sector da saúde.

Uma fonte do Ministério da Saúde de Trípoli disse que o embargo aéreo em vigor impede a chegada de produtos médicos cuja reposição é urgente.

A mesma fonte indicou que um certo número de medicamentos necessita de transporte e armazenagem rápidos e adequados pelo que não podem chegar por via terrestre ou marítima.

Disse ainda que começam a rarear produtos utilizados no tratamento do cancro e que o embargo aéreo pode vir ainda a prejudicar os programas de vacinação das crianças.

Haiti

Milhares de imigrantes haitianos nos Estados Unidos vitoriam domingo o deposto presidente do Haiti, Jean-Bertrand Aristide, num comício realizado no Central Park de Nova Iorque.

«Após sete meses de exílio, é hora de passar à acção», sublinhou o presidente Aristide, assegurando que regressará ao Haiti e reconquistar o poder.

Jean-Bertrand Aristide, derrubado em Setembro de 1991 por um golpe militar, recebeu o apoio do presidente da Câmara de Nova Iorque, David Dinkins, que o elogiou como «um símbolo de dignidade e integridade» e apelou para o rápido restabelecimento da democracia e da paz no Haiti.

David Dinkins criticou, por outro lado, o repatriamento pelo governo norte-americano de refugiados haitianos e desafiou o presidente George Bush a responder ao derrube de Jean-Bertrand Aristide «com a mesma energia com que reagiu à invasão do Kuwait».

Coreia

Cerca de seis mil estudantes sul-coreanos confrontaram-se violentamente com as forças policiais sábado à noite nas ruas de Seul, durante manifestações estudantis assinalando o primeiro aniversário da morte de um estudante agredido pela polícia.

Após uma cerimónia na universidade de Myongji, em que foi inaugurado um monumento em bronze em memória do seu mártir, os estudantes manifestaram-se nas ruas da capital sul-coreana, onde se confrontaram com cerca de mil polícias de choque que lhes barravam o caminho.

Marrocos

Todos os partidos legais da oposição marroquina estudam a constituição de uma frente democrática, que começaria com uma declaração comum sobre a situação política, económica e social do país.

A plataforma mínima sobre a qual todas as forças opositoras - nacionalistas, socialistas, comunistas, marxistas e a UNFP — poderão basear o seu acordo diz respeito às reformas constitucionais, às garantias democráticas perante as eleições e ao respeito dos direitos humanos.

África do Sul

Violência e democracia

«Existem certos factos que sugerem o envolvimento do governo (na onda de violência) e do próprio De Klerk», afirmou Nelson Mandela em entrevista publicada há dias pelo jornal «Sunday Star», em que simultaneamente sublinha que, apesar dos obstáculos enfrentados, o cenário do futuro da África do Sul é ainda de esperança.

«Desde Setembro de 1984 morreram mais de 13 mil pessoas e não é realmente violência entre negros. Se o fosse já poderíamos ter controlado a situação há muito tempo. É porque as forças de segurança estão envolvidas».

Mandela censurou De Klerk por não ter interditado o porte das chamadas armas tradicionais, utilizadas nos sucessivos confrontos e ataques a comboios, e de não cumprir a promessa de desactivar os albergues unissexo nas cidades negras, também eles focos de violência.

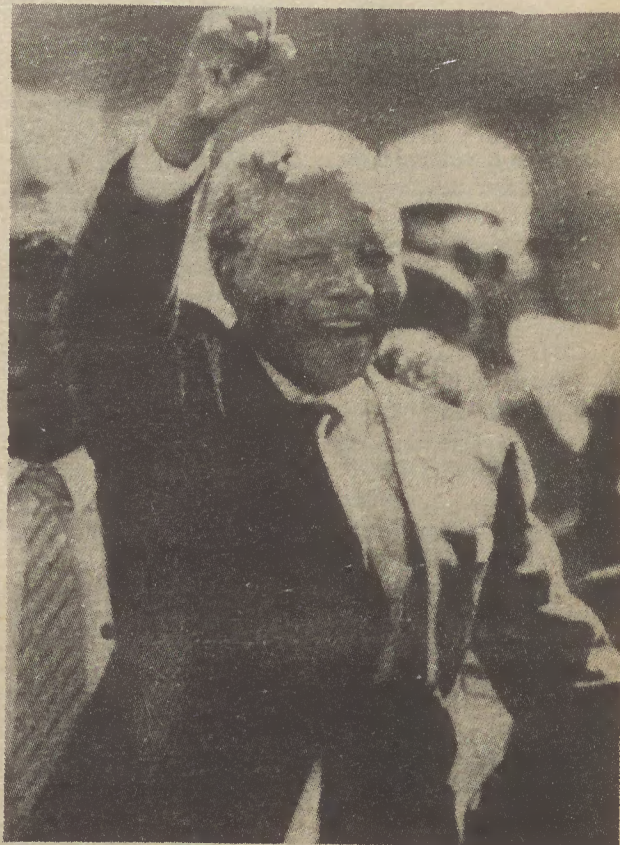
Lamentou ainda o facto de a população branca se alhear deste sofrimento dos seus compatriotas negros: «Para a

gente branca na África do Sul a violência na comunidade negra é tão remota como se acontecesse em Chicago ou na Lua — não se interessam».

Por outro lado, o dirigente do Congresso Nacional Africano rejeitou as novas propostas do governo, comentando-as como uma «solução sem precedentes em democracia», em que o «derrotado toma tudo».

De Klerk preconizou um conselho executivo de três ou cinco membros eleitos entre candidatos únicos apresentados por cada um dos partidos envolvidos na disputa do escrutínio, que se substituiria ao actual modelo de presidência.

Mandela lamentou a persistência de «tão graves reservas em relação à democracia por parte» dos seus «compatriotas do Partido Nacional», considerando que — e atendendo às declarações de De Klerk — este ainda não está preparado para aceitar as consequências de um sistema verdadeiramente democrático.



Mandela denuncia violência e medo da democracia

Peru

Planos económicos do FMI na base do golpe de Fujimori

O golpe desencadeado no Peru pelo próprio presidente Fujimori, foi antes do mais uma medida de força para poder implementar planos económicos elaborados pelo FMI, e que vinham a esbarrar com protestos por parte da população.

Isto mesmo é denunciado por um dirigente comunista peruano, em conversa com jornalistas do «Voz», jornal dos comunistas da Colômbia.

Este golpe, «justificado» pela necessidade de «moralização», tem eco noutros governos da América Latina, igualmente às voltas com dificuldades em avançar com idênticos programas económicos. E nomeadamente na Colômbia se ouvem ameaçadores discursos sobre a inoperância dos parlamentares.

Dá o particular interesse de que se reveste a apreciação dos factos que é feita pelos comunistas peruanos.

Trata-se de «um golpe civil-militar destinado a avançar com o programa económico neoliberal que o presidente Fujimori pretende aplicar, tentativa que já lhe havia acarretado estrondosos fracassos», declarou ao «Voz» Jaime Cruz, membro do Bureau Político do PC Peruano.

Na opinião deste dirigente,

os golpistas pretendem, numa segunda fase, desenvolver uma política repressiva contra toda e qualquer forma de movimento popular.

Entretanto, os golpistas utilizam problemas reais para justificarem as medidas tomadas, concretamente «a incapacidade do Congresso e a evidente corrupção no aparelho judicial, questões muito sentidas pela população».

Mas as verdadeiras causas não são naturalmente as invocadas.

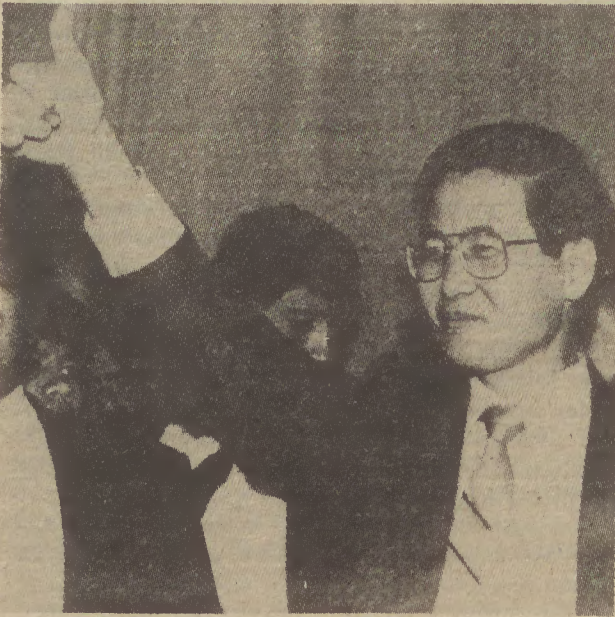
«Um mês antes, Fujimori tinha tentado criar uma série de novos impostos com repercussões sobre os preços dos produtos alimentares e, simultaneamente, impor uma série de medidas legislativas», diz Jaime Cruz. «As medidas propostas ultrapassavam o orçamento nacional já aprovado. Então Fujimori preferiu obedecer à ordem expressa do Fundo Monetário Internacional e do seu director, Michel Camdessus, que esteve em Lima há cerca de dois meses, de que, de qualquer forma, deveria pro-

ceder a alterações nos impostos. Os resultados estão à vista».

Tudo isto se passou num contexto em que «já a população começava a erguer o seu protesto, mas simultaneamente há uma inegável corrupção judicial e o Parlamento não tem a eficácia que devia». Uma realidade que permitiu lançar «uma cortina de fumo para fazer crer à opinião pública que se tratava de sanear os poderes públicos», ocultando entretanto os problemas de fundo.

O esforço de não assumir claramente um carácter anti-popular passa também por formas de repressão muito selectivas, pese embora a forte presença militar nas ruas.

«A repressão que se seguiu ao golpe foi selectiva — sublinha o dirigente comunista — dirigida às personalidades conhecidas do poder legislativo, prendendo os presidentes de câmaras e outros dirigentes políticos, presidentes regionais e sindicais, e ordenando a prisão domiciliária de alguns deputados de esquerda e de direita, mas a imagem que o governo pretende dar é de que não se trata de um golpe de Estado com a repressão generalizada da oposição».



Fujimori — o «slm» ao FMI

Afganistão

Entre a guerra infernal e uma paz sombria

O infernal desenrolar dos acontecimentos no Afeganistão, com a queda do regime que durante tantos anos conseguiu resistir às ofensivas terroristas dos vários grupos que encontraram no imperialismo um precioso aliado disposto a pagar armas e a fornecer uma rectaguarda, vem confirmar a falta de legitimidade popular com que o Ocidente pretendia enroupar os seus aliados. Uma vez em Cabul, e para além do folclore abundantemente filmado do acampamento no palácio

do governo, as diversas forças, grupos tribais e religiosos em presença, não perderam tempo. Simultaneamente ao saque e à pilhagem de civis, a guerra estalava entre as facções rivais. Os jogos de poder para os quais, na passada semana chamávamos a atenção, iam ser jogados a tiro e à bomba. E cada vez mais se revelava, no decorrer da semana, que as potências estrangeiras não eram alheias a esses jogos, antes têm a ganhar ou a perder, por detrás dos grupos que se combatem.

O secretário-geral da ONU corre ao Irão, a fim de obter a «reconciliação nacional» afgã. Por seu lado, e no mesmo dia, o governo paquistanês anuncia um cessar-fogo e um acordo entre os rivais afgãos. Mas se, por um lado, tais «garantias» não se concretizam no terreno, por outro não deixam de mostrar as «preocupações» dos poderosos vizinhos, certamente à espera de partilhar, em paz um país esmagado.

Butros-Ghali, o secretário-geral da ONU, afirmava

nesse dia — segunda-feira passada — que a ONU e o Irão «partilham das mesmas aspirações quanto ao Afeganistão, ou seja, a reconciliação nacional, a manutenção da integridade territorial e a independência política do país». O seu interlocutor em Teerão, Velayati, ministro dos Negócios Estrangeiros do Irão, manifestava-se agradado com as conversações, e sempre foi dizendo que o seu país defende os esforços «para pôr de pé um regime aceitável para a maioria da população».

A boa vontade paquistanesa vem a lume na mesma altura, com o anúncio da entrada em vigor de um cessar-fogo em Cabul e de um acordo entre o seu protegido Hekmatyar, líder do Hezb-E-Islami apoiado pelo Paquistão, e o comandante Massud, seu rival.

Porém, na mesma altura, desenrolavam-se na capital do Afeganistão violentos combates de artilharia. Segundo os despachos noticiosos, registava-se pela primeira vez movimentos em massa das populações, apanhadas entre dois fogos. As facções rivais dos terroristas combatiam-se, enquanto a população tentava fugir. Os mortos não se contabilizaram ainda, mas a Cruz Vermelha anunciava já, em Genebra, a saturação do seu hospital em Cabul.

Só no dia seguinte se começou a registar uma acalmia. As perspectivas, porém, não são optimistas. O coman-

dante Massud e as suas tropas afirmavam pretender expulsar as forças de Hekmatyar da capital e não terminar os combates sem que tal se verificasse.

É neste quadro de violência que se verifica a chegada a Cabul do chamado presidente do Conselho Interino Afegão, Mojaddedi, à frente de uma caravana que saiu do Paquistão em três dezenas de viaturas transportando os restantes membros do Conselho que pretende tomar o poder. Este Conselho é composto por chefes de guerrilha e por chefes religiosos e afirma ir preparar a transição para um governo islâmico em dois meses.

Se, ao longo da viagem, a caravana engrossou, multiplicando-se por dez, se em alguns locais o tiroteio ouvido à sua passagem era de alegria guerrilheira, se a chega-

da a Cabul se fez com a recepção do antigo ministro dos Negócios Estrangeiros Wakil, não se registaram manifestações de alegria nem sequer de alívio da parte da população.

Os combates, que tinham durado toda a noite, pareciam ter acalmado, segundo as notícias. Mas não os tiros esporádicos. E temia-se que as hostilidades rebentassem de novo. A maior parte dos estabelecimentos continuavam de portas fechadas e as comunicações estavam cortadas.

Os acordos firmados, os interesses em jogo e a forma de os conciliar não predizem facilidades. E, mesmo que a paz regresse finalmente ao país, sê-lo-á certamente sob a forma opressiva de um regime confessional, intolerante e dependente de interesses estrangeiros.



Cuba

Casa Branca agrava bloqueio

A Casa Branca apostou em mais um passo na escalada contra Cuba, de há muito vítima de um bloqueio económico por parte de Washington.

Levando à prática as ameaçadoras declarações políticas proferidas por Bush no passado dia 18 de Abril, o departamento do Tesouro divulgou que doravante nenhum barco com passageiros ou bens cubanos será autorizado nos portos norte-americanos.

A proibição abrange ainda navios transportando bens adquiridos por Cuba a qualquer país.

Esta escandalosa posição imperial, que põe em cheque mesmo a liberdade de navegação, é assumida em nome da «democracia».

«Estou determinado a continuar a promover e a proteger a democracia na América Latina» — é o argumento utilizado por Bush no âmbito de uma teleconferência com a Associação de jornalistas hispânicos reunida em Albuquerque (Novo México).

Denunciando as posições assumidas pelo presidente americano, o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Cuba sublinha que «esta declaração ocorre num momento em que se torna mais claro que nunca o desacordo de amplos sectores da opinião pública mundial face a essa política hostil». E ressalta a contradição: «Enquanto o bloqueio norte-americano contra Cuba é condenado com força crescente por homens, mulheres e instituições oficiais e não-governamentais das mais diversas correntes do pensa-

mento, o presidente dos Estados Unidos emite uma declaração em sentido claramente inverso».

A nota do Ministério cubano sublinha ainda que «a crescente atenção dispensada pela opinião pública internacional ao assunto ficou bem patente em fins de 1991, quando o 46.º período de sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas decidiu inscrever na ordem de trabalhos o tema: «Necessidade de pôr fim ao bloqueio económico, comercial e financeiro imposto pelo governo dos Estados Unidos da América contra Cuba».

Denunciando o arrogante carácter imperial da declaração de Bush, afirma-se na nota do Ministério cubano dos Negócios Estrangeiros: «O presidente não esconde a sua intenção de impor a Cuba uma ordem política, económica e social de acordo com os interesses de Washington, quando, sem deixar de insinuar represálias contra as nações que não se submetam a tal orientação, se erige em líder de uma cruzada em que a «minha administração continuará a insistir junto dos governos de todo o mundo» quanto à necessidade de isolar economicamente a ilha. Neste contexto, Bush proclamou a sua intenção de violar o conhecido princípio de liberdades dos mares (...) Esta posição de agressividade, junto com outros conhecidos antecedentes no âmbito da política externa nestes primeiros anos da década de 90 deixam clara a forma como o governo norte-americano «concebe» a nova ordem mundial.

Comunistas italianos: 20 senadores e 35 deputados

«O comunismo, afinal, está vivo na Itália»; «Os comunistas italianos recuperaram posições»; «O regresso dos comunistas na Itália».

Esses e outros títulos semelhantes apareceram na imprensa europeia após as recentes eleições legislativas italianas. Não em Portugal.

Da Suécia à França, a televisão e os grandes diários chamaram a atenção para o significado dos resultados obtidos pelo Partido della Rifondazione Comunista, que se assume como o herdeiro ideológico do PCI de Gramsci e Togliatti. Inicialmente foi um Movimento, criado por militantes comunistas que se recusaram a aceitar a transformação do PCI no actual Partido Democrático da Esquerda, uma organização social-democrata que, antes mesmo da mudança do nome, já havia rompido com o marxismo.

Ao legalizar-se como Partido e concorrer às eleições, o Partido da Rifondazione

Comunista surpreendeu os observadores. Os resultados que alcançou desmentiram as previsões dos institutos de sondagens que lhe atribuíam uma votação inexpressiva.

A Rifondazione Comunista obteve 2 163 000 votos para o senado (6,5% dos sufrágios emitidos) e 2 202 000 votos para a Câmara dos Deputados (5,6%). Esses resultados garantiram-lhe a eleição de 20 senadores e 35 deputados.

Os próprios jornais da direita assinalaram que a Rifondazione Comunista foi além de tudo o que dela se poderia esperar, conquistando na sua primeira apresentação ao eleitorado o estatuto de partido nacional de dimensão média.

O resultado não era esperado porque os comunistas italianos foram às urnas em condições de inferioridade comparativamente a quase todos os demais partidos. Careciam de meios financeiros, foram discriminados pela quase

totalidade dos grandes órgãos de comunicação social, e pagaram a factura de uma situação internacional muito desfavorável.

O eleitorado, em termos globais, manifestou a sua perda de confiança nos grandes partidos tradicionais. A Democracia Cristã caiu, pela primeira vez, abaixo dos 30%. O PDS (ex-PCI) não foi além dos 16%. O Partido Socialista perdeu muitos votos e mandatos. Os Radicais e os Verdes obtiveram igualmente resultados negativos.

O voto de protesto de direito exprimiu-se sobretudo através das chamadas Ligas, que receberam 8% dos votos emitidos. Essa tendência confirmou que o conflito entre as suas alternativas que tentam as forças conservadoras que marcam hoje e evolução do capitalismo italiano — uma delas europeísta e pró-alemã, a outra mais tradicional e atlantista — se encontra num impasse.

O êxito da Rifondazione surpreendeu porque o Partido (que se constituiu num momento em que o Socialismo nuiu nos Estados em que estava no Poder e quando a URSS se desagregou como Estado multinacional) além da sua carência de recursos somente havia recebido a adesão, na anterior legislatura, de cerca de duas dúzias de senadores e deputados, ou seja metade do número que agora elegeram. A Rifondazione elegeram entre outros, políticos de grande prestígio como Giovanni Bacciardi nos membros do CC e secretário regional na Toscana; Luigi Vinci, Marida Bolognesi, Dolino, Grassi, Galante, Marchetti e Fischetti, todos quadros que afirmam a sua fidelidade à tradição revolucionária, operária marxista, internacionalista do antigo Partido Comunista Italiano. Armando Cossutta, personalidade destacada do movimento comunista internacional, foi também eleito.

EP JÁ ESTÁ À VENDA

Solidariedade é uma palavra que designa as partes que ligam um todo. Coisas e pessoas entrelaçadas num rendilhado de partilha, com sensibilidades, interesses e objectivos comuns. Para «*se estar solidário com*» é preciso fazer parte desse todo, é preciso participar.

Há muitas formas de fazer parte da realização

da «*feira!*». Uma delas é adquirir uma Entrada Permanente para os três dias que farão a história deste encontro de milhares e milhares de amigos, anualmente repetido. Para além de tudo o que uma EP permite disfrutar na Atalaia, a sua compra antecipada tem esta imensa qualidade: *participar* na concretização de um grande aconteci-

mento, tornando-o, antes do mais, possível, mas também melhor, mais rico, mais diversificado, mais de todos...

EP - entrada permanente — é o nome do pequeno bilhete que dá acesso ao recinto da «*feira!*» durante os três dias da sua realização. Mas é também um título de solidariedade! Uma solidariedade que pode assim

ser manifestada com esta iniciativa dos comunistas portugueses, mesmo por aqueles que não têm possibilidades de se deslocar em Setembro à Atalaia. O fruto da venda da EP é, antes do mais, o seguro de vida da Festa do «*Avante!*». A única fonte de receita própria que o Partido Comunista Português dispõe para assegurar a realização de

tão importante iniciativa política e cultural.

A «*feira!*» já há muito que está a ser construída. Todos os meios que são indispensáveis para tornar possível têm de ser mobilizados desde já. Por isso é tão necessário que todos concretizemos esse gesto de solidariedade para com a «*feira!*» que é a compra antecipada da EP. Não basta ir em

Setembro à Atalaia e adquirir a EP como se de um simples bilhete de ingresso se tratasse. É preciso comprá-la desde já para termos o direito de dizer que «*participámos*» na concretização deste sonho anualmente edificado.

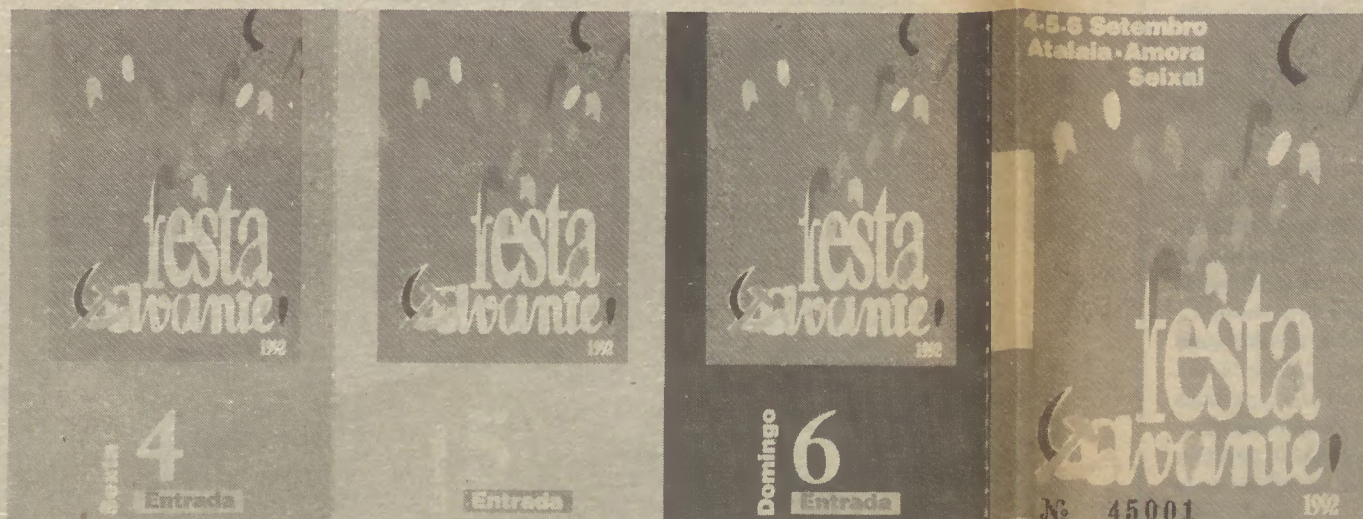
Não é preciso procurar muito para adquirir desde já uma EP, basta procurá-la nos centros de

trabalho do PCP em todo o país e nas mãos de dezenas de milhares de activistas. Está pois à disposição de todos a EP e verifica-se a necessidade de as organizações *agarrarem* com determinação e empenho a venda desse ingresso na «*feira!*». Será necessário definir objectivos de venda, estabelecer compromissos a alcançar rapidamente. É

que só assim serão facultados os meios necessários à concretização dos trabalhos preparatórios da Festa do «*Avante!*», quer os que dizem respeito à organização central, quer os que dizem respeito às organizações regionais.

Estamos no princípio de um mês. Uma boa altura para comprar já a EP!

ou título de solidariedade



Quando for à jornada de trabalho do dia 16, mostro-a ao pessoal e sempre quero ver quem tem uma igual.



Eu cá gosto sempre de ser o primeiro em tudo!

quinze razões para comprar hoje a EP

A EP é bonita e se for comprada agora posso fazer colecção com as que tenho das outras festas do «Avante!».

Fico com o subsídio de férias inteirinho para gastar noutras coisas boas que há lá na «feira!».

Fico já com esta EP. Quando vierem chatear-me com o assunto, respondo logo: «O quê? Para isso já dei!».

Compro-a já porque esta ninguém ma tira! Compro já e fico com menos uma preocupação na vida.

Guardo-a muito bem e, em Setembro, esqueço-me dela e compro outra à porta.

Comprar já a EP - entrada permanente - é ajudar a assegurar a realização desta iniciativa, é um gesto de solidariedade para com a Festa do «Avante!».

E lá dizem os adágios: «não deixes para amanhã o que podes fazer hoje» e «o seguro morreu de velho».

Gasto este dinheiro agora e só corto o cabelo para o mês que vem.

A EP é barata porque oferece muito: três dias de música, exposições, colóquios e espectáculos. Mas comprada agora, também dá prémios.



Se não saís comigo porque agora não tens tempo, toma lá uma EP e namora comigo em Setembro.



Nesta altura do mês tenho dinheiro. Amanhã não sei.



Muitos espectáculos prometem, a EP cumpre!

Jornada de Trabalho a meio de Maio

A abertura da próxima «*feira!*» no terreno da Atalaia em quatro de Setembro, marcará a reabertura de um acontecimento que durante três dias estará particularmente vocacionado para um vasto leque de iniciativas políticas, culturais, recreativas e desportivas a animar o Verão da península de Setúbal e da Área Metropolitana de Lisboa.

Faltam apenas quatro meses! A quatro, cinco e seis de Setembro lá estaremos, todos, para aquilo a que todos nós chamamos «*a feira!*»; maneira simples de retratar encontros, encantos, cenários, cores, sons, luzes, sentimentos, objectos, pessoas, trabalho... Coisas novas, surpresas, alegrias grandes e pequenas; que nos são caras...

É na Atalaia; num local à borda do Tejo, ali ao Seixal. O nome completo é, mais uma vez, Festa do «*Avante!*». Colóquios, música, exposições. E teatro, e desporto, e folclore, mais artesanato, jogos tradicionais, gastronomia. Cancões no imenso Palco 25 de Abril, livros...

Será, mais uma vez, um encontro, precedido de outros onde você poderá estar.

O encontro com muitos muitos amigos que no terreno, em sucessivas jornadas de trabalho (também outra forma de festa) ajudam a construir esse mundo com vida de três dias.

O trabalho esforçado e voluntário de muitos comunistas e amigos da «*feira!*» concretiza anualmente esta grandiosa realização. É o caso, mais uma vez, deste ano.

A primeira jornada de trabalho está marcada para 16 e 17 de Maio. Todos podem participar, mesmo os que não tenham qualquer formação profissional específica. Todos podem formar equipas e grupos de pessoas. Contactem a «*feira!*» telefonando para a Atalaia ou para o gabinete na António Serpa e digam o que sabem ou desejem fazer. Seja carpintaria, electricidade, serralharia, montagem de tubos, canalizações, pintura, etc., etc. É que há um mundo para construir!

Adesão do escudo ao SME: o espectáculo político

1. Desde o início da presidência portuguesa das Comunidades Europeias (que decorre durante o 1º semestre de 1992), e no quadro de provincianismo em que o Governo vem exercendo essas funções, Cavaco Silva resolveu fazer uma conferência de imprensa mensal, perante os órgãos de comunicação social portugueses e estrangeiros, com o objectivo de anunciar as "boas novas" da presidência de que é chefe.

Nos primeiros dias de Abril era, pois, forçoso que Cavaco fizesse a conferência de imprensa para dar conta dos resultados obtidos pela presidência no seu terceiro mês de mandato, a meio do período da presidência portuguesa. Mas um obstáculo de monta se deparou à vaidade pessoal do Primeiro-Ministro: nesta terceira conferência não seria mais possível sofismar sobre o rumo que levavam os principais "dossiers" comunitários. O fracasso da acção do Governo português era já inescamoteável. As negociações do GATT, a reforma da Política Agrícola Comum, as perspectivas financeiras da Comunidade para o "pós-Maastricht" (pacote Delors II) e a carta social europeia estavam completamente paralisadas.

A nível interno crescia o descontentamento social, multiplicavam-se as greves e paralisações dos trabalhadores em luta por melhores salários e condições de trabalho, aumentava o protesto dos agricultores, os jovens e os professores não se deixavam enganar com uma mera substituição de ministro.

2. Cavaco Silva resolveu, então, fazer um golpe de teatro, criar um "facto político" que pudesse abafar os fracassos da sua presidência comunitária e das suas políticas domésticas. O Primeiro-Ministro reuniu com o seu incondicional admirador ministro das Finanças e, sem dar cavaco aos restantes ministros ou ao governador do Banco de Portugal (que até se encontrava fora do País!), tomou apressadamente a decisão de integrar o escudo no mecanismo das taxas de câmbio (MTC) do sistema monetário europeu (SME).

Os porta-vozes (oficiais ou não) do cavaquismo exultaram: Cavaco Silva havia tomado uma "decisão histórica", era o "acontecimento económico mais relevante desde a nossa adesão à CEE". A partir de então Portugal passava decisivamente para o "pelotão da frente" dos países comunitários, as taxas de juro, como que por artes de magia, iriam baixar rápida e substancialmente, enfim, agora sim.

O PS sentiu-se manifestamente "entalado" nas suas contradições e apanhado na sua estratégia de criação de "factos políticos" que tendem a desviar a atenção da opinião pública dos reais problemas que afectam os portugueses. A sua resposta àquela decisão ainda hoje é incompreensível para qualquer cidadão: por um lado, ela já deveria ter sido tomada há muito tempo, pecava por vir atrasada; mas, por outro lado, não deveria ser tomada agora porque ainda não estavam garantidas as condições económicas que a sustentassem!

O PCP colocou a questão frontalmente e nos seus devidos termos:

1º - a decisão era inoportuna e apressada, pois as condições prévias que ela exigia ainda não existiam: designadamente, a baixa da taxa de inflação ainda não é sus-

tentada e as taxas de juro continuavam excessivamente elevadas;

2º - a decisão deveria ser encarada na sua relatividade, pois há um ano e meio que a política cambial prosseguida pelo Governo vinha simulando a integração do escudo no MTC do SME - com as consequências negativas da revalorização do escudo, e do aumento das taxas de juro reais, sobre a produção nacional e as empresas produtivas portuguesas;

3º - a apressada decisão do Governo (que poderia ser tomada até 1996, ou, na pior das hipóteses, até 1994) retirava ao País a possibilidade de utilização de instrumentos macroeconómicos, a política cambial e a monetária, fazendo recair sobre a política de rendimentos e preços (leia-se, sobre os salários e o desemprego) todos os custos dos ajustamentos aos choques externos, em especial os decorrentes da acrescida concorrência externa a partir de 1993;

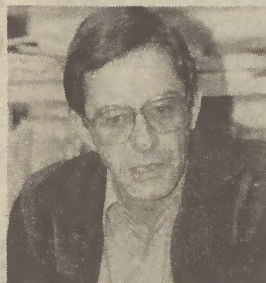
4º - a decisão do Governo, sendo de natureza económica, não tinha, porém, qualquer justificação económica assentando apenas em motivações políticas e, fundamentalmente, na criação de um "facto político" que desviasse as atenções dos fracassos da política do Governo e da sua acção enquanto presidência da CEE; mas teria efeitos negativos no ritmo de crescimento económico, no desemprego e na convergência real com os restantes países comunitários.

Na altura, esta posição do PCP foi tratada, tanto em áreas cavaquistas como socialistas, como uma manifestação da "mania" do PCP de "estar sempre contra" e "dizer mal de tudo" o que vem do Governo.

3. Não foi necessário, porém, aguardar muito tempo para se ver o infundado destas reacções levianas das "cassetes" anti-PCP. Apenas três semanas após o lançamento dos foguetes à "decisão histórica", são já múltiplos os exemplos daqueles que começam a "apanhar as canas" e a questionar a oportunidade e o acerto da decisão tomada por Cavaco Silva. Três exemplos de pessoas acima de qualquer suspeita de conivência com o PCP.

O jornalista económico Jaime Antunes, em editorial da Expansão do passado dia 23 de Abril, escreve, nomeadamente: "O momento da entrada no MTC é motivo de reflexão, na medida em que só pode ter uma explicação de natureza política (...) o problema é que o, que está em causa é um abrandamento do crescimento económico, com reflexos imediatos nas exportações e no investimento (...) o Governo tinha todas as vantagens em gerir a transição com o escudo fora do SME, pois possuía mais instrumentos de política económica. Por isso, só uma opção de natureza política pode justificar esta fuga para a frente."

Miguel Cadilhe, ex-ministro das Finanças de Cavaco Silva, questionando-se sobre a decisão, escreve: "por mim, não teria tomado a decisão tão cedo(...) Vamos ver como se comportam a inflação, as taxas de juro, o investimento, o desemprego... E, sobretudo, vamos seguir atentamente a competitividade, as exportações e o défice externo, para verificar se resistem aos imperativos das políticas monetária e cambial, cuja gestão passa a estar vinculada às regras do MTC (...) No meu modo de ver as coisas, esta entrada do escudo no MTC é precoce (...)



OCTÁVIO TEIXEIRA
Membro da Comissão
Política

«Apenas três semanas após o lançamento dos foguetes à "decisão histórica", são já múltiplos os exemplos daqueles que começam a "apanhar as canas" e a questionar a oportunidade e o acerto da decisão tomada por Cavaco Silva.»

Cai-se, assim, naquilo que sempre receei: a recessão intercalar, provocada, da economia portuguesa como meio de se entrar mais depressa no MTC.

Também Tavares Moreira, o governador do Banco de Portugal, que é suposto ser a Autoridade Monetária e Cambial do País, se demarca claramente da decisão do Governo. Poucos dias antes de ter sido informado da decisão de Cavaco Silva, escrevia ele: "Para a transição para o SME se fazer em boas condições convém que a economia portuguesa tenha condições de estabilidade melhores do que aquelas que apresenta hoje, com um nível de inflação bastante mais baixo, com níveis de taxas de juro também mais baixos(...) Se o escudo entrasse neste momento no Sistema Monetário Europeu, passaria a ser, juntamente com a peseta, a moeda mais forte - não temos quaisquer dúvidas. Além disto, não sucedia nada mais de novo, a não ser ficarem agravados os nossos problemas de gestão da política monetária pela necessidade de defender um objectivo de taxa de câmbio perfeitamente conhecido com os altíssimos desníveis de taxas de juro que ainda temos hoje (...) Uma adesão imediata seria um risco desnecessário e criaria mais problemas, volto a acentuar, à gestão da política monetária. Daí a nossa posição ter sido sempre de sugerir que o momento adequado para a adesão do escudo ainda não é este. Teremos que esperar mais algum tempo até se ver se se realizam melhores condições para uma adesão sem os problemas mencionados. De qualquer modo, não poderemos esperar indefinidamente. Conseguir isso bem dentro do próximo ano seria altamente recomendável."

Por estas e por outras, dois ou três dias após o anúncio da decisão do Governo, foi anunciada a demissão do governador do Banco de Portugal. Resta saber se foi o governador que bateu com a porta por ter sido ultrapassado nas suas competências e funções, ou se foi Cavaco Silva a mostrar que aceita as opiniões de todos... desde que sejam iguais às suas.

4. Mais uma vez, a vida mostrará que o PCP tinha razão, e que a precipitada decisão do Governo de Cavaco Silva sacrificou os pressupostos técnico-económicos de uma tal decisão e os interesses da economia portuguesa e do País ao espectáculo político. Importa, agora, que os trabalhadores não permitam que sejam eles a pagar os custos da "asneira" do Governo e da vaidade provinciana do Primeiro-Ministro.



Conquistas dos trabalhadores no ponto de mira do Governo (conclusão)

Até hoje, as estratégias de combate ao desemprego redundaram na completa falência e é de presumir que assim vai continuar a ser, pois o desemprego é um fenómeno inerente ao capitalismo — sublinhou Domingos Abrantes, no prosseguimento da sua intervenção no seminário realizado no centro de trabalho da Boavista, no Porto, e cuja primeira parte publicámos na anterior edição. O dirigente comunista recordava que, há mais de trinta anos, o Tratado de Roma fixava como um dos objectivos das comunidades «o desenvolvimento do emprego» e mesmo «a realização do pleno e melhor emprego». Na intervenção de que hoje o nosso jornal publica a conclusão, se demonstra que tais objectivos estão longe de concretizar. Nomeadamente em Portugal...

Cavaco Silva, manipulando as estatísticas sobre o emprego, tem apresentado Portugal quase como um paraíso em matéria de desemprego, apesar deste, mesmo em termos oficiais, se situar na ordem das centenas de milhar. Entretanto, a situação está a alterar-se, todos os indicadores apontam já para um aumento do desemprego e com a diminuição do crescimento económico é de prever o seu agravamento.

Neste momento estão ameaçados milhares de postos de trabalho em numerosas empresas. Ao nosso encontro foram trazidos vários testemunhos confirmativos desta realidade.

Mas hoje, um dos traços mais salientes do mercado do emprego não se ligam exclusivamente com o desemprego, liga-se com a brutal extensão do emprego precário, designado juridicamente por relações atípicas trabalho a prazo, sem prazo, a tempo parcial, à hora, ao dia, a prémio, ao domicílio, subalugado e as formas não deixam de se multiplicar.

Quais são os trabalhadores que hoje conseguem emprego que não seja a prazo? Muito poucos, e se forem jovens ou mulheres ainda menos.

As pressões para que os trabalhadores com mais de 55 anos (e mesmo menos) abandonem os postos de trabalho, mais do que rejuvenescer a mão-de-obra, visa acelerar a precarização do emprego, aumentar os níveis de exploração, substituindo uma mão-de-obra mais organizada, mais reivindicativa, por uma mão-de-obra mais dócil, pelo estatuto precário.

O estímulo ao trabalho independente, que na prática é o mais dependente, pois não tem qualquer protecção, transforma-se numa fonte altamente rentável para o patronato. O trabalho clandestino, o trabalho «negro», cresce a ritmos assustadores, dando lugar a elevadas situações de exploração.

Um autor, numa expressão muito sugestiva, sintetizava esta situação dizendo: «se o desemprego é a peste da sociedade, o trabalho negro é o festim da peste».

A precarização do mercado do emprego nas suas múltiplas expressões é hoje teorizado como o «Ovo de Colombo» para desarticular a resistência organizada dos trabalhadores, desregular e segmentar a contratação da força de trabalho, precarizar os vínculos laborais, com o objectivo de tornar mais flexível a adaptação das empresas à conjuntura, conseguir uma utilização mais intensa dos equipamentos, uma maior valorização do capital, à custa da intensificação da exploração.

A luta contra a precarização do emprego, tem de constituir uma preocupação constante e permanente, das organizações de classe e dos trabalhadores, uma luta que deve unir os trabalhadores que têm emprego efectivo e os que não têm, pois os seus destinos e as suas condições de trabalho e de vida estão cada vez mais dependentes uns dos outros.

Sinistralidade

A intervenção de Domingos Abrantes focou seguidamente o aumento brutal da sinistralidade no país, decorrente não apenas da precariedade do trabalho e das formas de exploração mais intensas mas também da intensificação dos ritmos, do alargamento da jornada de trabalho e do recurso ao trabalho infantil.

E disse:

Os trabalhadores do distrito do Porto, como aliás aqui foi afirmado, conhecem muito bem esta triste realidade, na medida em que ao distrito cabem as mais altas taxas de sinistralidade e mortalidade laborais.

Portugal caminha na vanguarda da Europa em matéria de acidentes de trabalho (taxa média de 10% contra 3% da Co-

munidade Europeia), mesmo sem entrar em linha de conta com o desfazamento entre os números oficiais e os acidentes de facto.

O combate à sinistralidade no trabalho não se faz com spots propagandísticos, na televisão, faz-se com medidas eficazes em matéria de higiene e segurança no trabalho, com uma política de prevenção e uma acção permanente e responsável de fiscalização. Faz-se igualmente combatendo a precariedade do trabalho, os seus ritmos infernais e trabalho infantil.

O movimento sindical, as organizações de trabalhadores precisam de dar mais atenção a este grave problema, que tem uma ligação muito directa com a intensificação das formas de exploração dos trabalhadores.

O sofrimento e a mutilação de milhares e milhares de trabalhadores não podem continuar a ser um grande negócio para as Companhias Seguradoras.

Modernização

As reestruturações de empresas e sectores, a necessária modernização da nossa economia, a tão falada batalha para se assegurar a competitividade das empresas portuguesas face à concorrência externa, constitui um problema de magna importância para os trabalhadores e o movimento sindical, tanto mais que em nome da necessária modernização do nosso tecido produtivo, elevada ao nível de tarefa nacional e apodada de ser verdadeiramente patriótica, se pedem sacrifícios aos trabalhadores, se põem em causa milhares e milhares de postos de trabalho, se precariza o emprego, se liquidam conquistas sociais e se limitam direitos.

Os processos de reestruturação e modernização abrangem situações muito diversas, metendo-se no entanto no mesmo objectivo a destruição do Sector Empresarial do Estado, com vistas à sua privatização e liquidação de direitos dos trabalhadores, a política de «desindustrialização» que nos é imposta, a pretexto da integração na CEE (Siderurgia Nacional, Indústria Naval, sectores da Metalomecânica), a pressão para a reconversão de diferentes sectores ditados pelos objectivos estratégicos dos monopólios da CEE e a reestruturação e reconversão de sectores de actividade em que predominam empresas com baixíssimos níveis tecnológicos e de organização, cuja sobrevivência se tem baseado na sobreexploração do factor trabalho.

A reestruturação do tecido produtivo, a introdução de novas tecnologias são processos contínuos com que sistematicamente os trabalhadores estão confrontados. O que há de novo é o reforço para convencer os trabalhadores e as organizações sindicais de que é do seu interesse sacrificarem as suas condições de vida e de trabalho em nome do interesse nacional que constituiriam as medidas de modernização.

Domingos Abrantes alerta mais adiante para as consequências da reestruturação para os trabalhadores. E adverte que, se estas servem o patronato, são gravosas para os trabalhadores. O acordo entre o Governo e a UGT, nomeadamente, acenando com o objectivo de modernizar a economia, abriu na realidade caminho à limitação dos direitos dos trabalhadores:

Aqueles que apresentam a modernização da economia portuguesa como uma tarefa de importância nacional que apelam aos trabalhadores para aumentarem a produtividade, escamoteando a quem serve essas alterações, é preciso lembrar-lhes que os processos socioeconómicos não são neutros e que se se embarca acriticamente na tese de que a modernização é uma «necessidade objectiva» e, de igual modo, do interesse dos trabalhadores e do patronato, perde-se de vista que as consequências das reestruturações são diferentes para o patronato e para os trabalhadores, sobretudo quando a estes se lhes oferece como única alternativa o desemprego, a miséria.

E mais adiante:

Os processos de modernização das empresas e dos sectores têm um carácter objectivo. Os trabalhadores e os sindicatos não estão, nem poderiam estar, contra a introdução de novas tecnologias, só por si. Essa posição correspon-

deu à primeira fase do movimento operário. Mais de um século de luta do trabalho contra o capital demonstrou-nos que não são as máquinas as inovações tecnológicas que ameaçam os interesses dos trabalhadores. O que os ameaça são as estratégias de modernização que em vez de humanizar o trabalho, o torna mais alienado, mais explorado. O que ameaça os interesses dos trabalhadores são as reestruturações que em vez de satisfazer as novas necessidades sociais, criam miséria e privam os trabalhadores da única riqueza que possuem a possibilidade de trabalhar.

É uma grande mistificação atribuir-se ao factor trabalho a causa da crise das empresas, tanto mais que este tem vindo a diminuir, nos custos produtivos, além de que o crescimento dos salários não acompanham sequer os ganhos de produtividade.

A modernização não é incompatível com a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, antes pelo contrário, é condição necessária e imprescindível.

As modernizações tecnológicas exigem a elevação da qualificação da mão-de-obra e esta não se consegue sem a elevação dos níveis salariais. É por isso que os trabalhadores devem ter uma posição defensiva nos processos de reestruturação, avançando as suas próprias reivindicações.

Há entretanto uma questão que deve ser liminarmente rejeitada, que é a dos sindicatos ou comissões de trabalhadores chamarem a si a «co-gestão» dos despedimentos. A função dos sindicatos não é gerir despedimentos, seleccionar as suas vítimas, como acontece em alguns países, para júbilo dos adeptos da «concertação social» e do sindicalismo reformista. A função dos sindicatos é, muito pelo contrário, a de lutar contra os despedimentos, a penalização mais grave que pode atingir um trabalhador.

A batalha das ideias

A batalha das ideias assume na actualidade uma importância e uma dimensão nunca antes conhecida e no entanto há quem nos queira convencer que as exigências pragmáticas, a eficácia das decisões e dos resultados, relegaram as ideologias para o campo da arqueologia, e tudo isto nos é dito no preciso momento em que as classes dominantes, a igreja, a social democracia, aproveitando as derrotas do socialismo e do movimento operário, intensificam a sua intervenção ideológica muitas vezes sob a forma de propaganda e dispendo de colossais meios de difusão da sua mensagem ideológica.

A que é que estamos a assistir? A uma intensa propaganda ideológica, chamam-lhe desideologia e mesmo o fim das ideologias, aos despedimentos chama-se-lhes «libertar mão-de-obra», o desfiguramento do regime democrático é classificado como «democracia de sucesso», às limitações dos direitos nas empresas chama-se-lhes «democracia industrial», os trabalhadores que são postos na rua em consequência das reestruturações «fazem sacrifícios socialmente vantajosos», ao desemprego, à miséria, ao drama de milhares de trabalhadores, chama-se-lhes «modernização».

Como já determinaram que não há classe operária, os sindicatos passam a ser «organizações pós-operárias» que em vez de reivindicarem devem propor.

A luta de classes passou à história, ou tornou-se uma excrescência nas sociedades modernas, as quais se devem reger pela «concertação social». O capitalismo deixou de ser explorador, porque se democratizou. Aliás, o próprio termo foi riscado do vocabulário. Agora em vez de sistema capitalista, diz-se sistema de economia de mercado, a que Torres Couto acrescentou a palavra social.

O fio condutor das mistificações ideológicas fugindo à abordagem concreta da realidade social, é camuflar a natureza exploradora do capitalismo e convencer-nos que esta é a sociedade melhor possível.

As derrotas do socialismo são aproveitadas para convencer os trabalhadores que uma sociedade liberta de exploração não passa de uma utopia, quando a verdadeira utopia é pensar-se que o capitalismo é a sociedade terminal da história e que para além dele não há mais nada.

A luta dos trabalhadores e dos povos confirmam diariamente que a luta contra a exploração, pela transformação do mundo, prossegue, se desenvolve e intensifica e que os trabalhadores jamais aceitarão estar condenados à exploração.

O desenvolvimento da luta, o reforço das organizações de trabalhadores e do próprio Partido exige que sejamos mais activos na batalha de ideias, na desmontagem das mistificações ideológicas, na denúncia das chagas do capitalismo, na afirmação e defesa dos ideais de progresso e transformação social.

Governo prepara privatização do ensino tecnológico e profissional

PCP requer debate na Assembleia da República

A Comissão do PCP para as questões da Educação e do Ensino denuncia, numa nota sobre o ensino tecnológico e profissional, factos que «configuram claramente o propósito do Governo de utilizar as necessidades de expansão e de diversificação dos cursos profissionais para levar a cabo a privatização desta área de ensino e deslocar de facto muitas escolas profissionais para a órbita das empresas (e das associações empresariais) e dos seus interesses».

1. O ensino tecnológico, artístico e profissional, pelo conjunto das profundas implicações que tem no moderno processo de desenvolvimento, constitui uma das questões de maior importância no domínio da política educativa.

Nas últimas décadas, em Portugal, foram vários os caminhos e contraditórios os projectos empreendidos no âmbito do ensino técnico e profissional e do ensino artístico.

Contribuir para o debate público das orientações que têm vindo a ser concretizadas no domínio do ensino tecnológico, artístico e profissional e dos seus resultados, e para o aprofundamento de uma política de educação profissional ajustada aos problemas do desenvolvimento económico, social e cultural do País são os objectivos a que a presente posição do PCP se propõe.

O facto da presente análise estar centrada nas questões do ensino tecnológico e profissional, que envolve a componente de formação profissional do sistema educativo, não dispensa obviamente a ulterior consideração do problema do ensino artístico e a consideração da formação profissional no seu conjunto, incluindo o sistema de pré-aprendizagem e de aprendizagem e toda a formação que decorre no mercado do trabalho, nem o exame da natureza, objectivos e consequências da política do Governo, que está a conduzir a um crescente financiamento público de actividades de formação profissional, quer inicial, quer contínua, por parte de empresas e associações patronais e empresariais.

2. A acelerada evolução científica e tecnológica e o processo de internacionalização da economia do mundo contemporâneo provocam impactes e geram influências sobre a organização económica, social e profissional, que têm levado à procura de novos e mais adequados modelos de organização do ensino e da formação profissional.

A definição e a condução de uma política educativa e de formação profissional que tenha em conta essa realidade e que esteja simultaneamente articulada com a perspectiva de um desenvolvimento económico e social, sectorial e local que corrija desigualdades e assimetrias e concorra para o progresso global da sociedade - constitui por isso um inadiável problema do nosso tempo.

O impacte das transformações tecnológicas, a acrescida competitividade económica e as crescentes necessidades de mão-de-obra qualificada levaram nos últimos anos em Portugal a um processo contraditório de expansão, diferenciação e diversificação de percursos de formação técnico-profissional e profissional após o 9º ano de escolaridade.

No ano lectivo de 1990-91, o ensino técnico profissional nas escolas secundárias (criado em 1983 e que decorre em 160 escolas do ensino oficial e em 16 do ensino particular) foi frequentado por cerca de 29 mil alunos dos cursos técnico-profissionais e por cerca de 700 alunos dos cursos profissionais. Quanto aos cursos do novo ensino profissional (criado em 1989 e que decorre em 131 escolas profissionais, 37 das quais pertencentes a empresas e associações profissionais, 25 a autarquias, 8 a organizações sindicais, e as restantes a diversas entidades privadas), tiveram já a frequência de cerca de 6 mil alunos.

O desenvolvimento de um sistema não formal de ensino profissional (em que se incluem as escolas profissionais e, a outro nível, os cursos de pré-aprendizagem e aprendizagem), a par do ensino tecnológico e profissional ministrado no Ensino Secundário, pode constituir em si um elemento positivo, na medida em que corresponda a uma diversificação real dos sistemas de ensino e ao aumento da sua capacidade e não ponha em causa a efectiva frequência da escolaridade obrigatória de nove anos por muitos jovens.

Mas já as características que o Governo tem vindo a imprimir ao desenvolvimento deste sistema não formal de ensino são de molde a suscitar as mais profundas preocupações e reservas.

Em primeiro lugar, importa chamar a atenção para o facto das escolas do Ensino Secundário público onde são leccionados cursos do ensino técnico-profissional estarem a ser, na generalidade dos casos, postas à margem deste processo de desenvolvimento do ensino profissional, quer com o gritante desaproveitamento de capacidades existentes no que respeita aos recursos humanos, materiais e físicos, quer com a substituição dos cursos técnico-profissionais por cursos secundários predominantemente orientados para a vida activa (CSPOVA) e de reduzida componente profissional.

Estes factos, aliados ao carácter predominantemente privado das novas escolas profissionais e aos vultuosos fundos comunitários canalizados para o arranque e para o funcionamento dos seus cursos, configuram claramente o propósito do Governo de utilizar as necessidades de expansão e de diversificação dos cursos profissionais para levar a cabo a privatização desta área de ensino e deslocar de facto muitas escolas profissionais para a órbita das empresas (e das associações empresariais) e dos seus interesses.

Outros aspectos há que importa, também, sublinhar criticamente.

É a ausência de uma definição estratégica clara em relação ao ensino profissional - que está a levar à proliferação de escolas profissionais na base de uma lógica empresarial, oferecendo formações que em muitos casos não respondem a reais necessidades e numa evidente desarticulação com o sistema de ensino.

É a falta de visibilidade em relação ao futuro das escolas profissionais uma vez esgotado o actual grande afluxo de verbas comunitárias.

É também o facto do recrutamento de formadores das escolas profissionais e dos cursos do Instituto do Emprego e Formação Profissional assentar, em larga medida, em professores do ensino regular, o que imprime ao sistema um carácter precário e transitório.

3. Que futuro reserva a política do Governo em relação aos cursos de natureza tecnológica do Ensino Secundário?

Irá ser prosseguida a actual política de marginalização das escolas públicas e de esvaziamento do seu papel na formação profissional que tem vindo a ser levada a cabo?

Ou, finalmente, serão proporcionadas a essas escolas as necessárias condições de autonomia, de gestão, organizativa e de financiamento, que lhes permita desempenhar um papel fundamental na área da formação profissional da juventude portuguesa?

E que futuro para as escolas profissionais? Subsistirão (e quais) quando se esgotar ou diminuir o fluxo das verbas comunitárias?

E, a continuar a desresponsabilização do Ministério da Educação, nomeadamente em relação ao controlo das condições pedagógicas em que muitos cursos estão a ser organizados e ministrados, não acabarão as virtualidades do projecto por serem postas em causa?

Outra grande questão que continua sem resposta: que articulação curricular prevê efectivamente o Governo, na fase de ingresso, entre os diversos cursos, e na saída, que salvedade a própria possibilidade de continuação de estudos e particularmente o acesso ao Ensino Superior?

A Comissão para as questões da Educação e do Ensino do PCP considera que a política do Governo, caracterizada pela desresponsabilização do Estado face aos direitos educativos do povo português, pela desvalorização do ensino público e a subordinação do ensino a critérios de lucro, e pela falta de uma estratégia clara em relação à formação profissional na sua componente educativa, está a colocar seriamente em risco o futuro do ensino profissional no nosso país.

Estas as razões para que, através do seu Grupo Parlamentar, o PCP vá tomar a iniciativa de promover o debate, na Assembleia da República, das questões da formação profissional.

18 de Abril de 1992

A Comissão do PCP
para as questões da Educação e do Ensino



A crise mundial contemporânea

«Nós estamos realmente numa nova época, e é isso que deveríamos caracterizar».

A frase foi dita de relance quando já a noite adiantava e o debate durava há cinco horas. Mas logo Eduardo Chitas retomou o tema: «Silas Cerqueira acaba de falar em mudança de época, há duas horas atrás Dias Lourenço falava em mudanças radicais a que estamos assistindo. Se tomarmos a fundo o sentido do problema, vamos encontrar uma questão do maior interesse, quer estratégico, quer teórico, quer político e, por conseguinte, prático também, para a nossa orientação no presente e no futuro». Para Chitas «a questão da época tem de ser tratada, neste final do século XX, à luz dos critérios leninistas, enriquecidos com toda a experiência acumulada ao longo do século: estamos numa nova época (à luz de critérios socioeconómicos, de civilização e cultura, de correlação mundial de forças), ou estamos apenas numa fase inteiramente nova da época iniciada em 1917 com a revolução de Outubro?».

A questão não pôde ser aprofundada neste debate do ciclo «O comunismo e o mundo contemporâneo». O desafio, esse, ficou. E exige resposta.

Estava em debate «A crise mundial contemporânea», abordada em duas vertentes que estão no cerne dos problemas dos nossos dias: as contradições do capitalismo como sistema mundial e a crise do socialismo.

Contradições do capitalismo como sistema mundial

«O nosso princípio metodológico, dialéctico, é ir procurar as contradições que são a origem do movimento, que o explicam e determinam»: Carlos Aboim Inglês, a quem cabia, juntamente com Octávio Teixeira e Silas Cerqueira, lançar os temas do debate, iniciou assim a sua síntese, em que procurou caracterizar os **traços essenciais do capitalismo na actualidade**. Para além das duas contradições fundamentais, já assinaladas por Marx e que se mantêm válidas (entre o capital e o trabalho, entre o crescente carácter social da produção e a apropriação privada do produto das forças produtivas sociais) abordou outras contradições do capitalismo contemporâneo: a que, na época do capital monopolista e imperialista, das multinacionais, leva «a massa das nações e estados a oporem-se à restrita oligarquia financeira que detém no mundo o poder económico»; as contradições internas do capitalismo, resultantes da lei do crescimento desigual, com os conflitos para novos equilíbrios de forças (agravados com as forças centrífugas desenvolvidas após o colapso da União Soviética); as consequências da revolução científica e técnica, que, ao mesmo tempo que deu novo fôlego ao capitalismo, agrava muitas das suas contradições estruturais, agudiza a questão dos mercados e leva, nas condições do capitalismo, à marginalização e destruição da principal força produtiva que é o homem; e, ainda, a contradição intrínseca do capitalismo com a própria democracia, quer a nível interno, quer nas relações internacionais.

Octávio Teixeira caracterizou os actuais sintomas de crise económica registados em vários países como sendo «**uma crise de sobreacumulação capitalista**, com uma configuração nova, diferente de outras anteriores». Porquê? «O capitalismo privilegia a acumulação, em termos de desenvolvimento prioritário dos meios de produção, com prejuízo da reprodução e desenvolvimento dos factores humanos. Isso conduziu a uma clara e manifesta crise de falta de eficácia do capital, exigindo cada vez mais investimento para produzir o mesmo valor acrescentado, isto é, para produzir o mesmo tem de investir mais. Essa necessidade acrescida de recursos financeiros despoletou um grande desenvolvimento dos mercados financeiros e da especulação financeira, levando a uma crise bancária particularmente visível nos Estados Unidos».

Dias Lourenço apresentou alguns dados sobre essa crise: «Em ano e meio faliram nos EUA 2100 bancos e cerca de 700 caixas de poupança. (...) A crise atinge todos os países da CEE, incluindo a Alemanha, todos os países da OCDE, incluindo o Japão, que era o grande fornecedor de capitais, mas que, em 1991, foi importador líquido de capitais» - isto enquanto «os Estados Unidos, para compensar a diminuição do seu poderio económico, pretendem impor-se como a única grande potência militar a nível mundial», como referiu Octávio Teixeira.

Para Silas Cerqueira, «o capitalismo monopolista de Estado entrou em crise a partir de 1973-74, e está em crise mesmo nos períodos de recuperação económica. O que temos de procurar são os novos traços, as novas for-

mas, cada vez mais perigosas, que o imperialismo vai assumir no seu novo estádio, ainda por cima após o colapso do socialismo». Também António Abreu abordou esta questão: «Há a possibilidade de o capitalismo tomar outras formas, muito mais anti-humanas. Portanto, a possibilidade real do socialismo tem de ser trabalhada pelos comunistas nos dias de hoje, sem esperar que o capitalismo caia por si».

Crise do socialismo

Entrando neste tema, Aboim Inglês adverte: «No sentido imediato, há uma derrota na competição global com o capitalismo. Mas é uma derrota datada, o colapso datado de um modelo de socialismo. Tem consequências enormes a curto e médio prazo, leva a uma modificação radical desfavorável às forças progressistas, na correlação mundial, leva a um refluxo revolucionário, donde resulta, à escala internacional, uma **situação em processo instável, incerta, em redefinição**». Mas porquê o colapso? Com o aviso «atenção às falsas evidências», Aboim Inglês assinala: «tudo o que mediaticamente é apresentado instala-se nas nossas cabeças como sendo realidade, mas não é por si a realidade. Este problema tem que ser aprofundado, reformulado, dialectizado». Recordando as causas da crise dos regimes socialistas apontadas no XIII Congresso do PCP, pergunta: «Não haverá uma sexta causa, uma causa externa (o socialismo não se desenvolveu numa redoma)?».

António Abreu referiu-se igualmente à questão. «O socialismo foi concebido em negação da sociedade capitalista, mas teve de ser construído em coexistência e interligação com ela, e frequentemente sujeito a pressões e ingerências que o condicionaram de forma talvez determinante, acentuando deformações que podemos discutir se eram ou não inevitáveis» - e referiu os «factores de exaustão que constituíram a corrida aos armamentos (agravada com a guerra das estrelas de Reagan) e o apoio às lutas de libertação no mundo». Mas, objectou Silas Cerqueira, «quando nós entendemos que o socialismo pode triunfar num só país, é porque consideramos que esse país, ou grupo de países, tem condições para vencer na competição com o cerco imperialista».

Referindo-se às «cinco causas» do XIII Congresso como «indiscutivelmente exactas como causas descritivas», Silas Cerqueira levantou de novo a questão da «causa das causas», intrínseca. «Há que aprofundar a interacção entre o modelo económico (as crises são antes de mais económicas) e a negação da democracia política (negação contraditória, porque houve de facto muita participação política)». Para Silas Cerqueira, «também no socialismo há sobreacumulação de capital, e foi precisamente por deficiência de eficácia e produtividade que se manteve o modelo extensivo de sobreacumulação de capital, nomeadamente de equipamento».

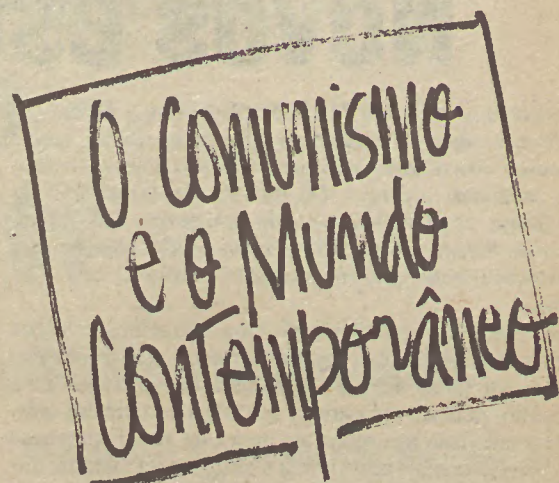
Aboim Inglês avançou outra questão a aprofundar. «Configura a crise uma **contradição entre as forças produtivas e as relações de produção no socialismo**? As relações de produção não são apenas uma definição abstracta, adquirem configurações históricas, vimos isso no capitalismo, e no socialismo essa contradição vai manter-se».

Sobre o fracasso da *perestroika*, Carlos Aboim Inglês indicou alguns aspectos: «A *perestroika*, como processo revolucionário, **tinha de ser protagonizada pelas massas**. E foi de topo, utilizando os mesmos métodos de comando administrativo usados por Gorbatchov e por outra classe que não era a classe operária (e isto levanta o problema das classes na URSS). **Não houve também renovo real do partido** como instrumento para a condução do processo, houve antes o seu enfraquecimento, descrédito e utilização instrumental como elemento de poder, de outra classe, que não a classe operária».

E «o que se está a passar neste momento com a implantação do capitalismo na Europa do Leste? É uma questão nova, que devemos caracterizar nas teses para o congresso» - diz Silas Cerqueira, e adianta: «está sendo criado um mecanismo internacional que visa tornar esse processo irreversível através de uma regulamentação monopolista supranacional».

Acordos e desacordos

Penim Redondo propôs uma abordagem de tipo diferente para os problemas em discussão. «O capitalismo constituiu-se e desenvolveu-se por uma revolução tecnológica, a Revolução Industrial, que não fez mais do que instituir o trabalho repetitivo em larga escala, com



CICLO DE DEBATES

base no assalariamento. (...) O que caracteriza a crise actual do capitalismo é o desenvolvimento do carácter não repetitivo do trabalho, que as novas tecnologias exigem, e de a produção se basear cada vez mais no conhecimento humano». Por outro lado, segundo Penim Redondo, «a dispensa de trabalhadores, a precarização, as reformas antecipadas, o trabalho parcial revelam a incapacidade do capitalismo para perpetuar o assalariamento».

Aboim Inglês discordou: «Trabalho repetitivo também a revolução científica e técnica está a criar em larga escala, não só na produção, como até nos serviços». E «definir o capitalismo com base no trabalho repetitivo e no assalariamento é curto».

Para Penim Redondo «só pode haver um novo modo de produção depois de o anterior ter esgotado todas as possibilidades». «Julgo que não» - responde Octávio Teixeira. — «O fim de um modo de produção pode ser acelerado, o capitalista, bem como pode ser acelerado o desenvolvimento e reformulação do modo de produção socialista, por vontade expressa dos homens, pela acção directa das forças revolucionárias».

Para Eduardo Machado, «o capitalismo ainda tem muito pano para mangas, quanto a áreas de expansão (por exemplo, as novas *coutadas* que são os países de Leste)», mas como limitações à expansão aponta «a saturação do consumismo e o choque entre o meio ambiente e o crescimento capitalista (os EUA produzem um quinto da poluição mundial), pondo em causa a capacidade regenerativa da Terra».

Aboim Inglês está «de acordo com todos os problemas relacionados com o meio ambiente, que resultam do tipo de desenvolvimento económico, quer na URSS, quer nos países capitalistas desenvolvidos, e que tem de ser revolucionado, ou então porá em perigo a civilização humana». Mas, quanto ao consumismo, recorda: «como é possível haver uma crise de superprodução (sobreacumulação, por um lado, e superprodução, por outro) porque não há capacidade de consumo para o que a revolução científica e técnica permite produzir, quando há milhões de pessoas com fome no mundo?».

Bulhão Pato, observando que as revoluções se registam em situações de grande miséria e desespero e quando há grande enfraquecimento do poder (como se deu na Rússia dos czares), pergunta: «Será só nos países de grande miséria que pode haver socialismo?» Mas, para outro participante, uma das causas do fracasso das experiências do socialismo seria precisamente ter sido iniciado na Rússia, país atrasado. Para Octávio Teixeira, «a derrocada tem outras razões, ligadas aos próprios problemas da construção do socialismo, essa não é impeditiva, senão teríamos de esperar que o capitalismo nos desse a oportunidade para, então, pegar na bandeira e avançar».

O que houve, na URSS e nos países de Leste, foi socialismo? Para Penim Redondo «não chegou a existir lá um novo modo de produção». Para Silas Cerqueira «em todos esses estados houve uma base, económica e social, socialista, que era a propriedade colectiva, social, dos meios de produção. Tal como no capitalismo, a base económica e social pode dar origem a muitas variantes de regimes políticos».

Revalorizar o socialismo

«O socialismo é uma transição, uma passagem do capitalismo para o comunismo, e como tal não é linear, não é homogéneo, é de crise. É misto, contraditório, é diferente de país para país, de época para época».

Numa reflexão final, Aboim Inglês procurava abrir novas pistas na abordagem destes temas. «Talvez tenhamos de rever a própria concepção de socialismo (não só a realidade do socialismo na URSS, mas a própria concepção) num sentido menos idealizado, pois a realidade é mais complexa do que idealizamos. (...) Mas a análise que aqui estivemos a fazer aponta, quanto a mim, para uma revalorização do socialismo, uma revalorização da necessidade do socialismo, da própria concepção do socialismo, mais real e menos idealizado».

Novos estilos, velhos rituais

Francisco Costa

«Viveu-se hoje um 25 de Abril diferente. Diferente, porque inovador. Abandonaram-se velhos rituais, escolheram-se novas ideias e locais. À liberdade acrescentou-se a juventude e o mar. Do interior da Assembleia da República, as cerimónias transitaram para o exterior da Torre de Belém. Afinal, a Revolução de Abril também foi construída pela alegria popular, demonstrada nas ruas...»

Foi assim, encadernada de tons vermelhos e largos sorrisos a condizer, que **Judite de Sousa**, a apresentadora, deu início ao **Jornal de Sábado** de 25.04.92. E, a princípio, poderia até parecer que algo de também diferente a televisão nos reservara para este ano. Esperanças vãs. Ver-se-ia mais tarde como é inútil, nesta matéria, almentar quaisquer ilusões.

Dar com uma mão e tirar com a outra

Talvez mais depressa do que se julgaria, alguns aspectos da cobertura televisiva deste ano vieram, por

Porque a Juventude, usando a livre expressão nascida com Abril, não foi ouvida? Não: porque dela se deu uma imagem desfocada, premeditadamente parcial.

Numa palavra, porque, à Liberdade e Juventude oficialmente invocadas como símbolos envolventes de um novo estilo de comemorações, logo corresponderam os velhos rituais da televisão governamental, com uma visão distorcida, manipulada e limitadora da expressão plural dos ideais de Abril, que o Poder e os seus serventuários, mesmo no enquadramento institucional, não podem suportar.

Tudo começara, naturalmente, pela reportagem das comemorações oficiais, com as intervenções das mais altas figuras do Estado na Torre de Belém, antecedendo a peça sobre a «Regata Cristóvão Colombo». Seguiram-se as imagens apressadas e toscamente enquadradas da manifestação popular, da Av. da República para o Rossio, e a reportagem da imposição do bastão de Marechal a Costa Gomes, pela Associação 25 de Abril, no Pavilhão Carlos Lopes. Mais tarde, veríamos ainda algumas imagens da homenagem da CML a Salgueiro Maia - num envergonhado emendar de mão da RTP ao seu miserável quase-silêncio aquando da morte de um dos mais respeitados «capitães de Abril».

Pretendendo assim despachar os fretes burocráticos da «agenda», a televisão não conseguia esconder, entretanto, a vasta participação popular em todas estas manifestações - demonstração inequívoca de que Abril é jovem, tem futuro.

Mas, as migalhas que a televisão dá com uma mão, logo tira com a outra...

— «Dizia que foi o período mais negro da História de Portugal. (...) Porque vieram os comunistas... Tentaram tomar conta disto tudo!

— «Vasco Gonçalves?»

— «Não me diz grande coisa, não sei...»

— «Um traidor!»

— «Costa Gomes?»

— «Um ingénuo...»

— «Marcelo Caetano?»

— «Foi um dos cabecilhas do movimento...»

— «Foram pessoas que ajudaram o 25 de Abril...»

— «Mocidade Portuguesa?»

— «Um movimento que deve ser adaptado à nossa sociedade e é algo que tem muito valor...»

— «Foi qualquer coisa muito importante no 25 de Abril...»

— «Acho que era uma organização muito útil à juventude e que hoje faz muita falta...»

Seria fácil dizer que **Paulo Salvador**, o repórter que elaborou a reportagem com que terminou o 25 de Abril televisivo, ainda, em 74, mudava de voz ou há pouco deixara o bibe da escola...

É preferível por agora alertá-lo para que, com trabalhos assim, se podem depressa ganhar os louvores das chefias, mas se perde o respeito do público. Irremediavelmente.

O repórter tinha também ao seu dispor centenas de jovens que enchiam as ruas de Lisboa nas manifestações por Abril. Mas escolheu - ou mandaram-no escolher - apenas aqueles que afirmaram coisas como as que que acima lemos, que papaguearam, na sua infeliz ignorância (que é imperdoável expor desta maneira), osslogans e os lugares-comuns que a máquina de propaganda da ideologia dominante quotidianamente lhes instila - por exemplo, através desta televisão.

Esta exibição redutora do «pensar» da juventude portuguesa foi das coisas mais levianas e criminosas que a televisão portuguesa - mesmo a fascista - alguma vez pôs no ar.

Paulo Salvador

pode vir a ser um bom profissional, tem voz, dicção e gramática escuras (coisa rara na casa), gosta visivelmente de putos - matéria delicada e apaixonante, entre todas - e anima um programa de entrevistas com eles, no horário da tarde.

Mas a responsabilidade moral de escrever, filmar, entrevistar, escolher, montar, é inseparável da dignidade de uma profissão nobre, com nobres antepassados no jornalismo português.

É sempre preferível escolher os exemplos mais dignos. «Santos da casa não fazem milagres». Não é possível cair, tão cedo, nas malhas do crime.

Mas este crime foi um acto falhado. Na memória da maioria dos espectadores que viram o **Jornal de Sábado**, permaneceriam apesar de tudo as poucas mas vivas e perenes imagens-de-arquivo da Revolução, as populações de hoje empunhando os cravos nas ruas, a frontalidade de Costa Gomes, a emoção dos capitães de Abril a recordar um dos seus melhores.

Outra gente

À mesma hora, no recato do Canal 2, **José Duarte**, cravos na lapela e pela mesa, recebia, como convidados, a cantora **Celeste Amorim** e o maestro **Jorge Matta**. Por lá se falou, consoante as gerações e a experiência, do convívio e da alegria de fazer música, da destruição das instituições culturais, a que agora assistimos com espanto indignado, e dos actos de cultura e resistência antes do 25 de Abril. E do que se faz hoje e se projecta para o futuro.

As palavras foram livres, inteligentes e oportunas. E as músicas e as referências a autores e criadores cruzaram-se nas suas épocas e pluralidade, do Jazz à música regional portuguesa, de Lopes-Graça a Count Basie, passando pelos «Vilancicos» do Cancioneiro de Elvas, para chegar a Friedrich Gulda.

Mas, nos ouvidos dos espectadores, ficaram palavras e cantos do amor e da terra, como este recolhido por Michel Giacometti - uma saudade presente - na voz calma e transparente de Celeste Amorim:

«Por cima, se ceifa o pão
«Ai, por baixo, fica o restolho
«M'nina, não se namore
«De rapaz que empisga o olho

«Já o Sol se está a pôr
«Ai, lá p'ra trás do cabecinho
«Quem houver de andar p'ra outra
«Há-de andar com cuidadinho»

Outra gente. Outras músicas.



caminhos tortuosos, demonstrar como tinham justificada razão aqueles que, admitindo embora a necessidade de evitar a banalização das comemorações oficiais, adiantaram justas reservas quanto à eventual descaracterização de um acto político, normalmente acolhido à dignidade da instituição parlamentar com a participação dos partidos políticos - expressões institucionalizadas da democracia política conquistada com a Revolução.

Porque a Liberdade, ganha com Abril, não foi invocada? Não: porque, mais uma vez, se pretendeu assestar a mira aos que, na primeira linha, por ela se bateram e batede - excluindo-os do debate.

Registos Magnéticos

(...) «Não tenho quaisquer dúvidas que um Presidente (António de Spínola - N. da R.) que abandona o seu Povo quando afirma que está generalizada a anarquia e que a crise e o caos são inevitáveis, comete uma deserção que o Povo jamais lhe perdoará.» (...)

(...) «Paradela de Abreu foi portador de uma carta do Engenheiro Jorge Jardim para o Arcebispo de Braga, D. Francisco Alves, que era, simultaneamente, uma credencial e um apoio. D. Francisco aceitou-o e encarregou o Cônego Melo, que conhecia bem a diocese e o Norte do País, para o assistir. Inicialmente, o Movimento (MDLP - N. da R.) abrangia, apenas, as dioceses a Norte do Douro, mas conseguiu, mais tarde, as dioceses de Leiria e Guarda. Ainda bem que o plano não conseguiu ser activado, pois, caso contrário, não evitaríamos a guerra civil.» (...)

(...) «De facto, concordei com a Junta de Salvação Nacional na necessidade de impedir, por todos os meios, que o Engenheiro Jorge Jardim interviesse, directa ou indirectamente, na descolonização de Moçambique, dada a gravidade do seu comportamento já referido.» (...)

(...) «A locutora do Jornal das 13 horas do passado dia 16, D. Fátima Matos Lima, fez um ataque cerrado à descolonização, comparando-a a um violento terramoto e afirmando que podíamos ter aprendido alguma coisa com as descolonizações da Inglaterra, França e Holanda. Não sei se é a locutora que estuda e faz notícia - as notícias que difunde - ou se apenas se limita a ler o trabalho do Departamento de Informação da RTP.» (...)

(Costa Gomes, intervenção durante a cerimónia de imposição do bastão de Marechal - «Jornal de Sábado», 25.04.92)

O pedagogo

Referindo-se a Belém e ao Tejo (que, pelos vistos, tanto a sugestionaram), **Judite de Sousa**, no início do **Jornal de Sábado**, cuidara de nos informar que «hoje não se viram lá Velhos do Restelo». Era, certamente, linguagem simbólica, referência histórico-cultural, da ilustrada apresentadora. Mas quem lhe pegaria «oportuna» na palavra seria o deputado do PSD, **Silva Marques**, convidado pela RTP para, com **Guilherme de Oliveira Martins** (PS), dissertarem, no estúdio, sobre a data histórica.

Pois o (a vários títulos) notório deputado da direita não arranjou melhor do que, precisamente, se referir aos «Velhos do Restelo» como sendo «aquela parte dos militares, apoiados por muitos civis que, naquela altura, tinham uma posição deliberadamente comunista e que tentaram inverter o desenvolvimento normal de Abril».

Curiosa asserção esta, vinda da boca de um dos mais destacados e fiéis comissários políticos de um Governo que aprofunda o processo restauracionista, promove o clientelismo, devolve sectores vitais da economia e da finança aos beneficiários e sustentáculos da ditadura fascista - do mesmo passo que faz acompanhar a proliferação dos serviços de segurança interna pela escandalosa atribuição de louvores e pensões a torcionários da PIDE, invocando «os altos e assinaláveis serviços prestados à Pátria!»

Não admira que, quem não goste de celebrar junto aos democratas, junto ao povo, o passado, o presente e o futuro de Abril, invoque, na Televisão, como fez **Silva Marques**, o «intuito pedagógico» de ensinar tais «verdades» aos que «hoje têm 18 anos e não sabiam disto». É fácil aproveitar o privilégio concedido pela RTP para falsificar despidoradamente os factos e lançar calúnias a quem não está presente.

Estranho é que **Oliveira Martins**, eximindo-se voluntariamente a comentar sobre se as promessas de Abril estão, aqui e agora, a ser cumpridas, se tenha permitido enveredar por «jogos florais» de circunstância e acrescentar à vulgata reaccionária de **Silva Marques**, considerações sobre o «messianismo totalitário e colectivista» e as «ameaças sérias à Liberdade» no pós-25 de Abril. É que a promiscuidade nunca compensa. Sobre tudo quando toca a revanchismo. A História contém, neste aspecto, ensinamentos que é aconselhável não ignorar.

Perguntas e respostas

— «Se te perguntassem o que foi o 25 de Abril, que respondias?»

— «Não faço ideia...a sério!»

Seminário do PCP sobre política desportiva

Um melhor desporto para uma vida melhor

Quais as responsabilidades do Estado no desenvolvimento de uma política desportiva de alta competição? De que modo a reforma curricular na escola vai afectar a educação física nos estabelecimentos de ensino? Qual o papel das autarquias face ao desenvolvimento do desporto a nível local e nacional?

Questões como aquelas, e certamente muitas outras mais, vão estar em debate num seminário sobre política desportiva promovido pelo PCP no próximo dia 16 em Lisboa, iniciativa que «resulta de um trabalho que tem sido desenvolvido ao longo do tempo de aprofundamento e análise» desta temática, conforme explicou ao «Avante!» Carlos Rabaçal.

«Em doze anos, tantos quantos o PSD tem de responsabilidade governativa desta área, era mais do que possível ter definido uma política desportiva para o nosso país consistente, baseada numa planificação que nunca houve. Tivemos um Roberto Carneiro que pouco saiu do terreno da demagogia para, na prática, a situação ter-se profundamente degradado», diria o membro da Comissão Executiva Nacional do Partido, participante de uma conversa sobre esta temática que mantivemos com elementos do Grupo de Estudos do PCP.

Razões de sobra para levar o PCP a ter um trabalho continuado nesta área com resultados que têm levado «à apresentação de perspectivas inovadoras para o desporto no nosso país», procurando-se agora, com este seminário, «acrescentar novas análises, novos objectivos, novas perspectivas e novas propostas para o desenvolvimento desportivo e para generalizar o acesso dos portugueses à prática desportiva».

Para mais portugueses praticarem desporto e para existir um real desenvolvimento desta área, há naturalmente que ter em conta, para usar a expressão de Carlos Rabaçal: «as necessidades dos cidadãos de uma sociedade desenvolvida no limiar do século XXI».

Assim se explica o lema deste seminário: «Desenvolver o desporto, projectar o século XXI».

PCP tem respostas

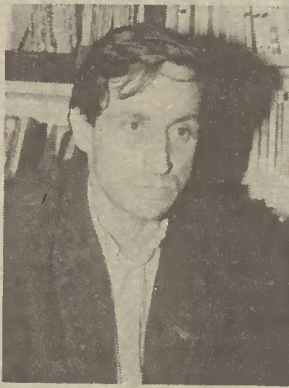
O professor Melo de Carvalho, outro dos nossos interlocutores, lembrou a propósito as responsabilidades que o PCP teve neste campo entre 1974 e 1976 assim como a larga experiência de trabalho nas autarquias, «uma das bases essenciais onde assenta o desporto no nosso país». Melo de Carvalho iria mais longe, dizendo mesmo que «o Partido Comunista Português tem resposta para todos os problemas da política desportiva que hoje em dia se colocam».

Em 1990 foi o PCP que apresentou na Assembleia da República uma Lei Quadro da Cultura Física e Desporto, «alternativa e muito mais completa que a Lei de Bases agora existente e de onde muitas soluções propostas acabarão por prevalecer no futuro», diz-nos Melo de Carvalho, que justifica a afirmação por os comunistas «colocarem o ser humano no centro das preocupações da política desportiva, o que se opõe à perda de qualidade cultural e formativa e ainda à comercialização que hoje acontece no desporto».

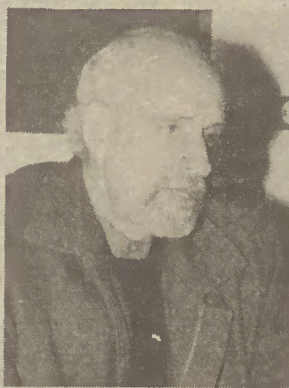
«A direita considera o desporto como uma mercadoria, o que está na origem da degradação do fenómeno desportivo na nossa sociedade».

Um exemplo dessa degradação desportiva está ilustrado com a situação que há largos anos se vive na educação física escolar. «Aqui, como em outros países, a educação física na escola está secundarizada».

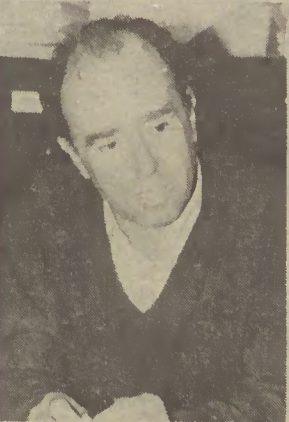
Basta ver o número de tempos que lhe são dedicados nos horários das escolas, apenas dois (herdados do tempo da Mocidade Portuguesa), contra os 28 para as actividades ditas intelectuais». Afirmação de António Vilela, professor de educação física, que lembra também o crónico problema da falta de instalações desportivas nas escolas.



Carlos Rabaçal: «Em doze anos, tantos quantos o PSD tem de responsabilidade governativa desta área, era mais do que possível ter definido uma política desportiva para o nosso país consistente, baseada numa planificação que nunca houve...»



Melo de Carvalho: «Os comunistas colocam o ser humano no centro das preocupações da política desportiva, o que se opõe à perda de qualidade cultural e formativa e ainda à comercialização que hoje acontece no desporto»



António Vilela: «A situação é mais dramática nas raparigas que atingem no nosso país, em média, o máximo da força e resistência que registarão em toda a vida por volta dos 14 anos, quando tal deveria acontecer aos 23/24 anos»



Costa Lourenço: «De uma academia de 80 mil alunos participaram nos últimos campeonatos universitários apenas mil atletas, quase parecia um encontro de amigos»

Uma sociedade enfraquecida

Quais os custos que esta situação traz para a sociedade, é uma questão que naturalmente surge perante tão desolador panorama. Vilela responde-nos citando os resultados de um inquérito encomendado há oito anos pela Direcção Geral dos Desportos sobre as potencialidades físicas da juventude portuguesa «os jovens desenvolvem-se fisicamente, por força do processo de crescimento normal, até aos 15/16 anos para, a partir daí, a sua condição física estagnar ou decrescer. A situação é mais dramática nas raparigas que atingem no nosso país, em média, o máximo da força e resistência que registarão em toda a vida por volta dos 14 anos, quando tal deveria acontecer aos 23/24 anos».

Uma sociedade pouco resistente a doenças, com menor capacidade de trabalho e onde se cultiva o errado pensamento de que «as coisas do corpo são desprezíveis» em contraponto «à elevação do espírito», são resultados conhecidos desta situação.

Em oposição está a situação do jovem praticante de um qualquer desporto: não há nenhum miúdo que num clube treine menos de 5/6 horas e em alta competição treinam duas vezes por dia até ao mínimo de 15 horas semanais.

Para mais é conhecido um projecto do Ministério da Educação para tornar a disciplina de Educação Física opcional.

O PCP defende a complementaridade da educação física nas escolas com a prática desportiva.

O objectivo defendido é este: que o milhão e meio de jovens portugueses seja tocado pelo fenómeno desportivo e não prosseguir na actual situação em que se procura «descobrir» meia dúzia de «fenómenos» para pô-los a trabalhar na alta competição.

Costa Lourenço, igualmente membro do Grupo de Estudos do PCP sobre esta matéria, referiu um exemplo concreto que ilustra o que acima fica dito: numa das últimas provas internacionais de corta-mato universitário, atletas portugueses obtiveram resultados brilhantes, não por existir qualquer trabalho desenvolvido nesse sentido nas universidades portuguesas, mas sim por a selecção apresentada ser constituída por jovens que desenvolvem o seu trabalho ao fazerem parte do quadro de atletas de clubes.

Histórias exemplares

Aliás, o desporto universitário atravessa, segundo Costa Lourenço, «o seu pior período. De uma academia de 80 mil alunos participaram nos últimos campeonatos universitários apenas mil atletas, quase parecia um encontro de amigos!». É o resultado da falta de meios humanos e estruturas desportivas, apesar do projecto em execução no Estádio Universitário em Lisboa que deveria estar concluído em 1991, pois «o objectivo era que o estádio universitário servisse de apoio aos Jogos Olímpicos de Barcelona».

Depois da destruição de alguns espaços para construir novas estruturas, depois de uma intensa propaganda governativa em torno do «novo» estádio universitário, a verdade é que do total de quatro milhões de contos necessários para as obras serem concluídas os sucessivos orçamentos de Estado vão atribuindo anualmente verbas da ordem dos 400 mil contos, com tendência para diminuir e as obras vão sendo arrastadas para prejuízo dos atletas que usufruíam daquelas instalações.

Tudo isto significa também ser necessário e possível alterar muitos aspectos negativos que hoje ocorrem no domínio da Alta Competição, e seria o próprio Costa Lourenço que recordaria o trabalho desenvolvido pelos comunistas em 74 e 75 na preparação da selecção olímpica portuguesa aos Jogos Olímpicos de Montreal, unanimemente reconhecido como positivo pela planificação seguida e resultados obtidos em contraponto à preparação olímpica para os Jogos do próximo Verão, extremamente (e gravemente) atrasada, com verbas só agora disponibilizadas ou ainda por disponibilizar, a não agourar nada de bom em termos de resultados desportivos globais, com excepção natural para alguns atletas portugueses sobredotados, que apesar de tudo poderão produzir o chamado «brilharete».

Muitos outros assuntos foram abordados ao longo desta conversa: as mudanças científicas e técnicas no desporto de alta competição na década de 80, a mentira que dá pelo nome de RIIDE (Rede Integrada de Instalações Desportivas), a ausência de regulamentação da Lei de Bases, a 5ª. solução dita «definitiva» apresentada pelo Governo em cinco anos para o desporto escolar, o trabalho do associativismo e das autarquias onde assenta todo o fenómeno desportivo nacional (e onde o Governo «descansa» sem conceder os apoios necessários), a distribuição dos dinheiros do totobola e totoloto, etc., etc.

A falta de espaço obriga-nos, no entanto, a ficar por aqui. Mas aqueles assuntos, entre muitos outros, certamente serão merecedores de intenso debate no seminário na Faculdade de Letras.

SEMINÁRIO DO

PCP

SOBRE A POLÍTICA DESPORTIVA

DESENVOLVER O DESPORTO

PROJECTAR O SÉCULO XXI

Desenvolver o desporto, projectar o século XXI é o lema do seminário do PCP sobre política desportiva que decorrerá a 16 de Maio em Lisboa, na Faculdade de Letras, com um funcionamento dividido em dois plenários de abertura e fecho e um debate distribuído por três secções com a seguinte temática: «A educação física e o desporto na escola», «As autarquias e o desporto», «O desporto de alta competição».

Dirigentes desportivos e associativos (de associações e federações de clubes; de associações populares, etc.), eleitos nas autarquias, professores de educação física, atletas, treinadores e outros técnicos, quadros do PCP cujo trabalho se relaciona com esta temática, universitários, deficientes, gente ligada ao mundo do desporto no trabalho serão algumas das pessoas presentes neste seminário cuja participação não se restringirá a militantes comunistas.

Alguns dos temas a debater incluirão a educação física no ensino básico, a reforma curricular e a educação física. A função da escola no desenvolvimento desportivo, a legislação em vigor, o papel de professores e estudantes e ainda o desporto universitário.

O papel das autarquias face ao desenvolvimento do desporto, o planeamento, formação e enquadramento técnico desse trabalho e o relacionamento com o movimento associativo popular e desportivo serão assuntos em foco na secção «As autarquias e o desporto».

Ainda em debate estará o desporto de alto rendimento no século XXI, as responsabilidades do Estado, o planeamento e a política de desenvolvimento nesta área, o papel do movimento associativo desportivo, as olimpíadas e as representações nacionais, para além da Lei de Bases do Sistema Desportivo e a necessária legislação regulamentar a abranger áreas como o estatuto de Alta Competição ou o regime jurídico das federações.

A segurança na Europa

— indefinições em Berlim

■ Miguel Urbano Rodrigues

«O nosso objectivo é claro: uma Europa livre e unida, apegada aos princípios da Acta Final de Helsínquia e da Carta de Paris e situada no centro de um espaço de estabilidade que vá de Vancouver a Vladivostok».

Essa meta, definida por Hans Dietrich Genscher, vice-chanceler e ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, expressou a posição de uma das tendências que se manifestaram no Colóquio que a UEO promoveu em Berlim (31 de Março-2 de Abril) sobre o tema «Uma Nova Ordem de Segurança na Europa no Quadro da Cooperação com os Países da Europa Central e Oriental».

A França põe reservas a essa postura. Afigura-se-lhe fluída, mais formal do que efectiva. O conceito de **espaço de estabilidade**, por demasiado amplo, não responde às suas preocupações no tocante a uma segurança real na Europa, sem dependências nem tutelas. Paris desejaria ver melhor definidas as fronteiras entre os papéis da CSCE, da NATO e da UEO, ou, mais exactamente, veria com simpatia a criação de estruturas militares europeias — sobretudo franco-alemãs — que produzissem um duplo efeito: a redução da presença norte-americana no Continente e uma mais profunda e harmoniosa integração da Alemanha na Europa.

A queda do governo francês de Edith Cresson durante o Colóquio de Berlim impediu, porém, a vinda do ministro Louis Joxe. Não se ouviu em Berlim a palavra oficial da França, o que reduziu o interesse da iniciativa da UEO.

O discurso do Leste

A maioria das intervenções, como é habitual neste género de seminários, teve escasso interesse e careceu de originalidade.

Foi penoso escutar o discurso dos convidados dos países ex-socialista, que se fizeram representar ao mais alto nível (três ministros dos Negócios Estrangeiros, outros ministros, secretários de Estado, etc.).

O denominador comum a essas interrogações foi a apologia do mundo capitalista. O Ocidente aparece-lhes como Novo Paraíso. Tudo na complexa estrutura das organizações em que pretendem ingressar se lhes afigura perfeito ou quase, desde a CEE à NATO. Os males que conseguem identificar são a escassez da ajuda material e os obstáculos que protelam a sua integração na família europeia.

Afastando-se repetidamente das questões específicas da segurança revelavam a despropósito para temas económicos sectoriais. O elogio entusiástico de receitas neoliberais reforçou as minhas dúvidas sobre a sinceridade das posições assumidas.

Qual seria há meia dúzia de anos o discurso político desses senhores, que fariam então na vida, que diriam eles do socialismo antes da sua queda? — perguntei-me mais uma vez, desconfiado de tanta euforia.

Registo, aliás, que ao serem aflorados graves problemas decorrentes dos conflitos de minorias nacionais na Europa Central e do Leste, os representantes dos países da Região se desentenderam com frequência. Isso aconteceu, por exem-

plo, quando um deputado da Polónia interpelou um ministro da Lituânia a propósito da política discriminatória de que a minoria polaca (10% no país e 18% na capital) estaria a ser vítima naquela república báltica após a independência.

Por si só o que foi dito em Berlim sobre o caos existente no território daquilo que foi a Jugoslávia e alguns comentários e informações relativos a minorias nacionais es-

das para atingir o objectivo visado. Não declara abertamente que a UEO pode tornar-se incómoda para os EUA se estorvar a NATO. Pelo contrário, fala da proveitosa complementaridade. Mas foi a Berlim dar dois recados:

1. O Conselho de Cooperação do Atlântico Norte — COCONA, criado em Roma para que a NATO possa alargar a sua influência à Europa Central e à nevrálgica área das repúblicas da CEI está vocacionado para exercer em futuro próximo um papel que os europeus, se entregues a si próprios, seriam incapazes de cumprir.

2. A cooperação com o leste não implica integração militar. Essa é indesejável. Os Estados da Europa Central e da CEI, por mais simpatia que a sua conversão ideológica inspire em Washington, não devem ser admitidos em tempo previsível como membros da NATO. São parceiros no COCONA, e basta. Na sua brilhante (e cínica) exposição, Hunter fez o elogio da praxe aos ex-países socialistas que se esforçam por construir sociedades e governos «democráticos e pluralistas», respeitadores dos «princípios da economia de mercado», mas deixou bem claro que na sua opinião o problema prioritário da Europa Central e do Leste não é militar, mas político e económico.

Logo no início afirmou que não enxerga perigos de agressão militar na Europa, excepto se a evolução dos acontecimentos na ex-URSS viesse a mergulhar a humanidade numa «nova Idade Negra». Perguntei-lhe por isso, aludindo a uma opinião sua recentemente expressa em Washington a respeito de um provável bombardeamento da Coreia do Norte, se tal agressão, a ser concretizada pelos EUA, não poderia também empurrar a humanidade para uma Idade Negra? (!)

Hunter confirmou ser possível que os EUA venham a bombardear a Coreia Popular, mas acentuou que a iniciativa, a ser tomada, seria uma resposta provocada pela pretensão coreana de dispor de armas nucleares. Acha que outros países ocidentais estão também preocupados com essa eventualidade.

Com a mesma naturalidade reafirmou que os EUA deveriam ter enviado a VI Esquadra para o Adriático no auge da crise que levou à desagregação da Jugoslávia.

Os fantasmas do Reichstag

As intervenções de altas personalidades como o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido, Sir Geoffrey Howe, e a do próprio secretário-geral da UEO,

Willem van Eekelen suscitaram um interesse modesto. Não trouxeram elementos originais a um debate do qual, aliás, pouco se esperava. A presidente do Bundestag, Rita Süssmuth, e o burgomestre de Berlim, Eberhard Diepgen, falaram, como anfitriões, da Alemanha, da unificação e de Berlim.

Para deputados vindos de toda a Europa, o simples facto de participarem num colóquio cujas sessões tinham por moldura as paredes históricas do Reichstag envolvia um convite à reflexão.

Pelo que me toca, o plenário do Reichstag, simples mas moderno, apareceu-me como enxerto destoante num edifício que, talvez como nenhum outro, permanece ligado ao caminho contraditório e dramático da nação alemã.

Confortavelmente instalado numa poltrona macia, enquanto escutava a tradução do discurso do ministro Gens-



palhadas pela Europa Central e Oriental vale por certeza de que a criação do **espaço de estabilidade**, a que aludiu Genscher, vai tardar.

Um falcão americano

Uma das intervenções acompanhada com atenção foi a de Robert Hunter, director do Departamento Europeu do Center for Strategic & International Studies, de Washington, instituição privada a que estão ligados, como conselheiros, Henri Kissinger e Zbigniew Brezezinski.

Hunter é um falcão americano, muito inteligente, que recorre alternadamente a verdades brutais e a mentiras pie-



cher, procurava imaginar os ministros do Kaiser Guilherme II e a oposição social democrata a falarem ali há cem anos. Depois, saltando no tempo desfilaram pela tribuna do Reichstag os políticos da República de Weimar, passou Goering (como presidente), passou Hitler, quando Hindemburgo o nomeou chanceler... Naquela sala, em sessão indecorosa, foi destruída a democracia e inaugurado o III Reich. Recordei Dimitrov, o escândalo do seu julgamento-farsa, e o incêndio do Reichstag, desfecho de uma provocação congeminada para fechar o Parlamento.

A palavra do Genscher

Ouvir Genscher a discursar no Reichstag serenamente, em 1992, quase meio século após a tomada do edifício pelo Exército Vermelho, escutá-lo como primeira estrela de um Simpósio sobre Segurança na Europa, com os países de Leste a pedirem protecção e migalhas — ouvir o vice-chanceler a fazer a apologia da democracia no velho parlamento restaurado fortaleceu a minha convicção de que a Alemanha continua a ser a encruzilhada dos absurdos na História.

Que disse Genscher no Colóquio da UEO?

Repetiu sobretudo o óbvio. Sintetizou as posições do seu governo sobre segurança europeia. Disse o que se esperava ouvir de um estadista e diplomata talentoso. Sem referência ao hegemonismo dos EUA. Sem referência logicamente a um tema muito comentado nos corredores do Reichstag: a perda de prestígio das Nações Unidas decorrentes da instrumentalização do Conselho de Segurança pelos EUA.

Não abordou Genscher questões candentes, polémicas. Todas as indefinições e interrogações ficaram, portanto, sem resposta.

Não foram dissipadas as dúvidas e confusões existentes sobre aquilo a que chamou a complementaridade NATO-UEO. Estimulou, porém, outras confusões. A UEO — disse — «vai tornar-se o pilar europeu da NATO». O facto de a UEO ter apenas nove países membros e serem 12 os estados que presentemente integram a CEE é suficiente para a avaliação das dificuldades que impedem o «pilar europeu» de ser, por ora, mais do que uma figura de retórica. Acresce que a Suécia, a Áustria e a Finlândia, Estados que têm feito da sua neutralidade alicerce da política externa — já pediram a sua adesão à CEE.

Significativamente, o luxemburguês Charles Goren, no discurso de encerramento do Colóquio, chamou a atenção para algumas incongruências de Maastricht reveladoras das fragilidades do relacionamento entre os Doze e a União da Europa Ocidental.

É efectivamente questionável a opinião de Genscher segundo a qual as decisões de Maastricht «nos permitiriam dar um grande passo» no sentido da «segurança comum da futura União Europeia».

Não foi certamente por acaso que Marisol Touraine, ao fazer a síntese do que foi dito (e não dito) em Berlim, alertou os presentes para as dissimelhanças entre as posições da França e da Alemanha no tocante ao que deveria ser feito para a criação de um sistema de segurança eficaz na Europa.

O recado de Kissinger

Poucos dias antes do Colóquio da UEO, Henry Kissinger publicou no diário norte-americano «Los Angeles Times» um extenso e desafiador artigo intitulado «Modest Help For More Than Just The Russians». Esse texto, reproduzido na edição de 30 de Março do «Herald Tribune» — editada em várias capitais europeias — era do conhecimento de muitos dos participantes do Colóquio de Berlim. Foi comentado fora do plenário.

Kissinger considera a desagregação do Estado que se havia consolidado na Rússia a partir de Pedro I um fenómeno histórico tão significativo como a destruição do regime comunista criado pela Revolução de Outubro de 17. Na sua opinião, a responsabilidade da maior parte das guerras importantes desencadeadas na Europa nos últimos três séculos cabe sobretudo à Rússia. No desenvolvimento da sua análise voluntarista — impregnada de um virulento anticomunismo — conclui que a causa principal de trágicos conflitos europeus e mundiais foi a inexistência de uma zona tampão entre os povos alemão e russo, Kissinger rejeita a contiguidade de ambos.

Agora, com o desmantelamento da URSS, uma cortina de Estados — as

repúblicas bálticas, a Bielorrússia, a Ucrânia (e a Polónia, obviamente) — forma essa área tampão entre a Rússia e a Alemanha.

Que sugere o ex-secretário de Estado de Nixon e Ford?

Que os EUA, em defesa da paz e da estabilidade na Europa, tal como os concebe, não permitam, em hipótese alguma, que a Rússia e a Alemanha voltem a ter uma fronteira comum.

É uma estranhíssima tese, bem kissingeriana. Egon Bahr, um dirigente histórico do SPD, qualificou-a de negativa quando, em contacto informal, lhe pesi, fora do salão do Reichstag, a sua opinião.

Diferente foi a atitude de Genscher. Quando, após a sua intervenção, se prontificou a responder a questões levantadas pelos participantes no Colóquio, citei a referência que fizera a um espaço de estabilidade entre Vancouver e Vladivostok, resumi depois a tese central exposta por Kissinger no seu agressivo artigo do «Los Angeles Times» e perguntei ao ministro se ele admitia que, no quadro de um eventual fortalecimento de laços entre as Repúblicas que constituíam a ex-URSS — em processo que, contrariando o actual, responderia à tendência da humanidade para a integração em grandes conjuntos —, a existência futura de uma fronteira entre a Alemanha e um estado multinacional russo, com a força e o prestígio recuperados, poderia vir a constituir ameaça para a paz mundial.

Foi, curiosamente, a única pergunta a que o ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha não deu resposta no plenário do Reichstag. Simples esquecimento?

(¹) Robert Hunter fez essa afirmação em Washington, no decurso de um encontro com deputados europeus, membros da Comissão Política da Assembleia Geral da UEO, v. «Avante!», 11.3.92.



PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Conversa

Diziam ao Cavaco e ao Ferraz:
— O Couto é bom rapaz.
Um enorme valor.
E que bom coração!
Ele é mesmo incapaz
de dizer não
seja a quem for...

— Ah, nós sabemos isso! — logo depois responderam os dois.

Desbarato

No leilão daquele banco
um pobre, à margem das leis,
tirou do bolsinho manco
a moeda de dez mil réis.

— Que pena! — com seus botões
pensa, com os olhos no céu —
Tivesse eu mais uns tostões
já este banco era meu!

Classe

A CEE impõe quota
que as nossas riquezas mata.
Caminham para a bancarrota
o vinho, o leite, a batata.

Mas não, não me queixo eu.
Passo fome? Pois que passe.
Desempregado europeu
até dá uma certa classe...

Ilusão

Como se sabe é «nossa» a presidência
da CEE. Pois é. Cada vez mais
rompe-se um turbilhão, uma cadência
de projectos bestiais.
Mas até hoje, ó vida malfadada,
quanto às obras — nada...

Tão-só a propaganda aproveitavam
chapéu na mão, pobre da CEE.
O que é que eles pensavam?
Que iam fazer o quê?

Singra, de vela cheia,
a ilusão europeia...

Conselho

Uma telenovela bem bacana
um sucesso de rara inspiração
afirmos a Fundação
Luso-Americana...

Que confusão! Que enguiço!
Eu não me quero meter nisso.
Tudo, de banda a banda,
cheira muito mal, tresanda.

Todos gentlemen e confrades.
Mas quando se zangam as comadres
depressa tortuosas, faiscentes
saltam facas de todos os quadrantes.

Em área tão confusa
pelo sim, pelo não
ninguém entre em nenhuma fundação
americanó-lusa...

Incrível!



Contrastes?

Há sempre uma expressão suave e a jeito para definir este «Jardim à beira mar plantado». Do país já se disse tudo, e quase sempre a frase feita serve para «explicar» o inexplicável. Uma vez até se chamou a Portugal um país de brandos costumes, em terra onde se prendia, torturava e matava. Mas, pronto, de brandos costumes se passou a chamar, sobretudo quando se quer disfarçar o mau costume de tirar aos pobres para dar aos ricos, e reprimir pelas mais variadas maneiras. Também se chama a esta terra um país de constrates. Lembrando o verde do Minho ao lado do sol alentejano, a fraga da montanha empareceirando com a planície, a água do Norte e a secura do Sul, a terra e o mar. Para disfarçar talvez a parca ou nenhuma terra de tanta gente e o latifúndio de tão pouca, o bolso cheio do monopolista e o salário mínimo, a palavra dada à direita e silenciada à esquerda... Há dias, mais um contraste veio a lume. O Governo achou que um par de pides tinha prestado «serviços excepcionais ou relevantes» ao país e premiou-os com pensões. Ao mesmo tempo, um porta-voz do Ministério das Finanças «explicava» a um semanário que o parecer da Procuradoria Geral da República não chegava para atribuir uma pensão ao tenente-coronel Salgueiro Maia, capitão de Abril, falecido recentemente. Parece um contraste mas não é. É a lógica natural da

política de direita. Uma política de trastes.

Uma invejável pobreza

Aqui há dias, um editorialista do «Público» veio à página, na esteira de Thatcher, explicar como vê o combate à pobreza. J. C. Espada não está com meias medidas. Espadeira a questão arredando para longe um valor que, de facto, anda muito por baixo. Mas não tão baixo como Espada o vê e confessa vélo. O mérito dele é a franqueza, embora não seja a inteligência. Atirando-se à «igualdade», afirma: «Não creio que a igualdade seja um valor moral facilmente distinguível da inveja. E não creio que a prossecução de metas igualitárias, nomeadamente através da arma fiscal, contribua para melhorar a situação dos mais desfavorecidos»... Reagan diria o mesmo. De facto, a arma fiscal tem servido a desigualdade. E bem. E não fomenta nenhuma inveja dos pobrezinhos. Quanto a estes não devem, segundo o articulista, ser auxiliados com subsídios e entidades públicas. Mas sim através de «vouchers», isto é, de senhas, de, digamos, géneros. Vamos todos dar uma esmolinha à pobreza do Espada?

Um descanso

A RTP está sempre alerta. Mesmo quando o telespectador dorme profundamente. No 25 de Abril, de dia, esforçou-se

por nos mostrar a ignorância portuguesa sobre a data e o seu significado, difundindo um inquerito «popular», em que, por exemplo, duas juvenzinhas diziam que o 25 de Abril era «um feriado em que não há escola». Pois. Depois de ter embalado assim os telespectadores durante o dia, quando os apanhou ferrados no sono é que se lembrou de transmitir um célebre — para quem o não tenha esquecido — programa com José Afonso. Pela calada da noite. Eram quase duas da madrugada. Um descanso que ninguém tenha dado por nada.

O Brusho

O presidente Bush não é um adivinho, apesar de gostar de apresentar-se como tal. Todos se lembram das promessas — lembrar-se-ão? — que ele não cumpriu. As suas previsões saíram erradas na América que, ela, não saiu de dificuldades e cada vez mais está mergulhada na recessão. Portanto ninguém acredita que seja uma previsão o que ele afirmou há dias acerca de Cuba. Disse ele que será em breve o primeiro Chefe de Estado norte-americano a visitar «o solo livre de Cuba», após a «queda inevitável» do regime liderado por Fidel Castro. O pior é que, não sendo bruxo nem vidente, Bush vai envidar todos os «esforços» para que tal aconteça. Equivale a dizer que o imperialismo pretende reforçar os seus ataques à liberdade e à independência dos cubanos.

frases da Semana

“Acabou a guerra no Afeganistão”

☞ (Título — «Público», 26.04.92)

“Cabul a ferro e fogo”

☞ (Título — «Público», 27.04.92)

“Estamos a assistir, em directo, ao que poderá ser o fracasso da tentativa de implementação de uma economia de mercado na Rússia”

☞ (Leonardo Ferraz de Carvalho — «O Independente», 24.04.92)

“Espero que a época Gorbachov não tenha terminado, como agora afirmam”

☞ (Mikhail Gorbachov, no Fórum «Para onde vai o Leste?», em Paris — «Público», 24.04.92)

“Braga de Macedo é o novo Pina Manique”

☞ (Natália Correia, — «O Independente», 24.04.92)

“Um dia destes, Saramago pode escrever um livro lindíssimo e ser o representante de Portugal. Mas com este, não”

☞ (António Sousa Lara, sobre o corte, pela Sub-SEC, do «Evangelho Segundo Jesus Cristo» da lista dos concorrentes ao Prémio Literário Europeu — «Público», 25.04.92)

“Lá na secção de cultura da FAUL do Partido Socialista, quando não estamos a dizer mal do Santana Lopes, estamos a desenvolver teorias. É esse, aliás, o trabalho de uma oposição e de um partido que, mais cedo ou mais tarde, irá para o governo”

☞ (Leonel Moura — «Público-Magazine», 26.04.92)

“A primeira batalha do PSD é ajudar o Governo a ganhar a batalha da opinião pública”

☞ (Fernando Nogueira, na tomada de posse de duas secções do PSD no Norte — «Público», 27.04.92)

“Para evitar o desconhecimento dos jovens em relação à nossa história recente, há duas visões principais: o ensino e os 'media' (em especial, o cinema e a televisão pública)”


☞ (Mário Mesquita, «Crónica de 24 de Abril» — «Público», 24.04.92)

“Promovemos os generais que nos perseguem”

☞ (Pezarat Correia, inquerito sobre o 25 de Abril de 1974 — «Público», 25.04.92)

“(...) essa maravilhosa época em que, para se ser cidadão, era preciso mais do que meter o voto numa urna (...)”

☞ (José Afonso, no espectáculo realizado no Coliseu dos Recreios em 29.01.83 — «Reportagem» do espectáculo, RTP, Canal 2, às 02.20 horas(!)... de 25.04.92)



Agenda

Desfile
MARTIM MONIZ / ALAMEDA
14.00 Horas

O Comunismo
e o Mundo
Contemporâneo

CICLO DE DEBATES

Nacionalismos, racismos - de novo os fascismos?

com a participação de
Domingos Lopes
Sérgio Lopes
Arnaldo Pereira
Terça, dia 5, às 21.30
CT Vitória

Quinta, 30

• DAMAIA

Reunião de Reformados da Damaia, preparatória do próximo Seminário do PCP sobre os problemas dos Reformados. Às 15h, no Centro de Trabalho.

• LISBOA

Jantar-convívio promovido pelos camaradas do sector Gráficos - no CT da Av. Duque de Loulé, com a participação da camarada Fernanda Barroso.

Sábado, 2

• LISBOA

Plenário de militantes da freguesia de Benfica: no CT de Benfica, às 15.00.

• SINTRA

Visita da CDU à freguesia de Almarginem do Bispo, com a participação de eleitos na Freguesia e na AM de Sintra.

Plenário de mili-

tantes da freguesia de Terrugem, com a participação de António Cordeiro.

Terça, 5

• LISBOA

Plenário de direcção do sector de Serviços: às 19.30, no CT da Av. Duque de Loulé.

• MARINHA GRANDE

Reuniões preparatórias da VI Assembleia da Organização Concelhia: das organizações de Garcia; da Câmara, CRSS, Centro de Saúde e Coopovo. Às 21.30.

Quarta, 6

• MARINHA GRANDE

Reuniões preparatórias da VI Assembleia da Organização Concelhia: das organizações de Pero-Neto, Albergaria, Trutas, Amieira, Ordem, Camarnal, Guarda-Nova. Às 21.30.

9 de Maio ALMOÇO- CONVÍVIO na Quinta da Atalaia

promovido
pelo Sector de Transportes
da ORL,
com a participação
do camarada
José Soeiro
inscreve-te
na tua organização
ou nos CTs António Serpa
e Vitória (Banca)

1º MAIO 1992 - UNIDADE E LUTA

CGTP

INTERSINDICAL NACIONAL

CORRIDA INTERNACIONAL

MAIO

15 Km

1992 • LISBOA

UMA CORRIDA PARA TODOS

1.º de Maio é na Alameda

O desfile 1.º Maio da CGTP, em Lisboa, decorre no local habitual, do Martim Moniz à Alameda D. Afonso Henriques.

O desfile parte às 14.30 e constitui o ponto alto das comemorações, juntamente com o comício sindical em que Manuel Carvalho da Silva é o orador.

Das comemorações da CGTP — que em Lisboa são organizadas pela USL e USS/CGTP-IN e pelas CIL e CIS — constam ainda durante a manhã, na Alameda, uma Manhã Infantil e no Estádio 1.º de Maio, Inatel, às 9 horas, a Corrida Internacional 1.º de Maio — já em 14.ª edição — e que conta com a participação de mais de uma dezena de atletas de Madrid, Moscovo e Paris.

No final do Comício Sindical, no palco principal da Alameda, terá lugar um espectáculo musical.

DIAP/USL/CGTP-IN

Avante!
Agenda
Televisão

Quinta, 30**Canal 1**

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 A Saúde na Sua Mão
14.00 Brinca Brincando
14.35 Os Veteranos de Tobruk
(ver «Filmes na TV»)
16.10 Ponto por Ponto
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.10 Caderno Diário
18.15 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.15 Canções para a Eurovisão
20.30 Desenhos Animados
20.40 Rainha da Sucata
21.45 Os Simpsons
22.15 Os Assassinos Estão Entre Nós
23.35 Lua Extravagante & Resistência
00.45 24 Horas
01.20 Remate
01.35 Fox-Teatro do Imaginário

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Os Cavaleiros das Estrelas
12.25 Curso de Inglês
12.40 Circo
12.55 Gerações
13.20 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.25 Recreio do 2
17.25 Em Busca de...
17.55 Clip-Club
18.50 Futebol - Chaves-Benfica
20.50 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
21.35 The Mamas and Papas
22.35 Loucuras da TV
23.00 Foragidos da Noite
(ver «Filmes na TV»)

Sexta, 1**Canal 1**

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Os Novos Exploradores
14.00 Brinca Brincando
14.35 O Regresso de Sherlock Holmes
(ver «Filmes na TV»)
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.15 Canções para a Eurovisão
20.40 Rainha da Sucata
21.45 O Culpado
(ver «Filmes na TV»)
23.30 Mamma Mia
24.00 24 Horas
00.35 Remate
01.05 O Declínio do Império Americano
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Zorro
12.30 Curso de Alemão
12.40 Circo
12.55 Gerações
13.20 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.25 Recreio do 2
17.05 Burlescos
17.30 Grandes Desastres
17.55 Clip-Club
18.25 Eterno Feminino
19.30 Magazine de Turismo
20.00 Nunca Mais é Sábado

20.45 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
21.35 Contos de Nadine Gordimer
22.30 Pantanal
00.05 Rotações
01.05 Seguramente Vincent

Sábado, 2**Canal 1**

08.00 À Mão de Semear
08.25 Canal Jovem
13.00 Encontro à Uma
13.55 O Quadro Roubado
14.20 Corações Jovens
15.10 Suzanne Vega
16.20 O Beijo Assassino
(ver «Filmes na TV»)
17.30 T & T
17.55 Clives James
18.45 Hercule Poirot
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.20 Desenhos Animados
21.30 Casa Cheia
22.25 Araponga
22.25 Vestida para Matar
(ver «Filmes na TV»)
01.15 Contradições
02.25 Remate

Canal 2

09.00 Universidade Aberta
11.35 Forum Musical (I)
12.00 Primeiro Jornal
12.05 Forum Musical (II)
13.10 Agarra o 2
14.15 Quando Danço Contigo
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Estádio (I)
18.30 Jornal Fim-de-Semana
19.05 Arca de Noé
19.45 Outras Músicas
21.00 Estádio (II)
23.30 Pantanal
01.05 As Teias da Lei

Domingo, 3**Canal 1**

08.00 Canal Jovem
11.35 Missa
12.30 70x7
13.00 Notícias
13.15 O Castelo da Aventura
13.40 Viagem ao Mundo da National Geographic
14.25 Top +
15.15 Mal Por Mal Antes Com Elas
(ver «Filmes na TV»)
17.20 As Aventuras do Cavalo Preto
17.45 ET - Entretenimento Total
18.50 McGyver
19.40 Os Golos da Jornada
20.00 Jornal de Domingo
20.35 Desenhos Animados
20.45 Araponga
22.15 Domingo Desportivo
23.25 Conversa Afada
00.30 No Calor da Noite
01.25 Remate

Canal 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 S.O.S. Terra
10.50 Regiões Magazine
12.00 Agarra o 2
12.40 Troféu
19.15 Crónica
20.20 Palavra Puxa Palavra
21.05 Fórmula 1 - Grande Prémio de Espanha
21.30 Nós Dois
22.35 Artes e Letras
23.25 Os Sete Cavaleiros da Vitória
(ver «Filmes na TV»)
01.30 Tauromaquia

Segunda, 4**Canal 1**

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo

10.05 Bom Dia
11.05 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 América Selvagem
14.00 Brinca Brincando
14.35 O Enviado da Manchúria
(ver «Filmes na TV»)
16.30 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.40 A Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.25 Rainha da Sucata
21.30 O Preço Certo
23.00 Grandes Desafios
24.00 24 Horas
00.35 Remate
00.55 Duelo no Missouri
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 O Homem da Carabina
12.25 Curso de Francês
12.40 Ao Ar Livre
12.55 Gerações
13.15 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
16.40 As Aventuras de Black Beauty
17.00 O Melhor dos Mundos
17.50 Clip-Club
18.20 Eterno Feminino
19.20 Dramazine
19.50 Estilo Britânico
21.00 Jornal das Nove
21.35 Acerto de Contas
22.35 Ópera - «Semiramide», de Rossini

Terça, 5**Canal 1**

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia
11.05 Passerelle
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 O Futuro
14.00 Brinca Brincando
14.35 Sonhos do Passado
(ver «Filmes na TV»)
16.10 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo
18.10 Riviera
19.30 Telejornal
20.25 Rainha da Sucata
21.25 Vamos Jogar no Totobola
21.40 As Causas da Justiça
22.30 Primeira Página
23.30 Carol & Companhia
24.00 24 Horas
00.35 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.05 California Show
12.20 Curso de Inglês
12.35 Circo
12.55 Gerações
13.15 Agora Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
17.00 O Livro dos Recordes
17.30 Tribunal de Júri
17.50 Clip Club
18.10 Eterno Feminino
19.10 Cinemazine
19.40 A Caminho de Barcelona
21.00 Jornal das Nove
21.35 1000 Imagens
22.05 Lola
(ver «Filmes na TV»)
23.30 Pop Off

Quarta, 6**Canal 1**

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor

13.00 Jornal da Tarde
13.30 Brinca, Brincando
14.00 Sarilho na Televisão
(ver «Filmes na TV»)
15.40 Tu Cá, Tu Lá
16.30 Brinca Brincando
17.00 Rua Sésamo
17.35 Riviera
18.10 Roda da Sorte
18.45 Futebol - Taça dos Vencedores das Taças
21.35 Rainha da Sucata
22.30 Telejornal

23.15 Os Modernos
(ver «Filmes na TV»)
01.25 Notícias
01.45 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 2020 - Polícias em Acção
12.25 Curso de Alemão
12.35 Circo
12.50 Gerações
13.15 Agora, Escolha!

Filmes na TV

Os Veteranos de Tobruk «Raid on Rommel», (EUA/1971). Realização de Henry Hathaway. Interpretação de Richard Burton, John Colicos, Clinton Greyn, Danielle de Metz, Wolfgang Preiss, Karl Otto Alberty. Cor, 99 minutos.

Em 1967, Arthur Hiller realizou para o cinema «Tobruk», um filme pouco mais do que mediano que contava o ataque de um punhado de oficiais e soldados aliados aos abastecimentos de petróleo do exército de Rommel durante a II Guerra Mundial. Quatro anos depois, num projecto inicialmente destinado à televisão para aproveitar algum material não utilizado nesse filme, Henry Hathaway aceitou a encomenda de repegar no tema: desta vez, a história da sabotagem, por prisioneiros do exército britânico, dos canhões de Tobruk, nas vésperas da invasão dos aliados ao Norte de África, uma das mais decisivas batalhas contra o expansionismo nazi. Mas, tirando a natural espectacularidade de algumas cenas, competentemente encenadas, os resultados não foram melhores do que os do filme anterior.

Quinta, 14.35, Canal 1

Foragidos da Noite «Night and The City», (G.Bret./1950). Realização de Jules Dassin. Interpretação de Richard Widmark, Gene Tierney, George Withers, Hugh Marlowe, Francis L. Sullivan. P/B, 97 minutos.

De produção britânica, e crua-mente filmado no claro-escuro da capital inglesa, o argumento deste «filme negro» americano gira à volta de um aventureiro da noite (Fabian-Richard Wydmark), ao serviço do gerente de um clube nocturno (Nosseros-Francis Sullivan), mergulhado nos negócios escuros da luta livre. Mas, um dia, um dos espectáculos corre mal e,

no combate entre «Gregorius» e o «Estrangulador», o primeiro sucumbe a uma crise cardíaca. Fabian, depois de uma longa fuga, morre às mãos do «Estrangulador» e o seu corpo flutua no Tamisa... Num filme duramente realista de um mestre do «género», duas excelentes interpretações: Wydmark, no papel principal, e Francis Sullivan, um grande secundário.

Quinta, 23.00, Canal 2

O Regresso de Sherlock Holmes

«The Seven-per-cent Solution», (EUA/1976). Realização de Herbert Ross. Interpretação de Alan Arkin, Vanessa Redgrave, Robert Duvall, Nicol Williamson, Laurence Olivier, Joel Grey, Samantha Eager. Cor, 110 minutos.

O fiel Dr. Watson leva o seu amigo Holmes a Viena ao encontro do Dr. Sigmund Freud na esperança de que este o liberte dos cada vez mais frequentes pesadelos e do vício da morfina, com o sinistro Prof. Moriarty de permoio. Um elenco de luxo dá corpo às personagens de Conan Doyle, desta vez saídas do romance de Nicholas Meyer, também autor do argumento, numa comédia de aventuras apenas prejudicada por alguns excessos de estilo na última parte do filme.

Sexta, 14.35, Canal 1

O Culpado

«Physical Evidence», (EUA/1988). Realização de Michael Crichton. Interpretação de Burt Reynolds, Theresa Russell, Ned Beatty, Kay Lenz, Ted McGinley, Tom O'Brien. Cor, 95 minutos.

A história de um polícia violento, suspenso da sua unidade pelos métodos pouco ortodoxos que utiliza, e que é injustamente acusado da morte de um gangster. Um

14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha!
15.30 Recreio do 2
16.30 O Caminho das Estrelas
17.25 Mulheres no Mundo
17.55 Clip-Club
18.20 Eterno Feminino
19.25 TV Artes
19.50 O Homem e a Música
21.00 Jornal das Nove
21.35 Carlos Cruz: «Quarta-feira»
22.45 Sinais do Tempo
23.40 Os Eurocratas

Jack Nicholson —
«Duelo no Missouri»
Segundá, 4 RTP 1



Michael Caine —
«Vestida para Matar»
Sábado, 2 RTP 1

Jack Lemmon —
«Save the Tiger»
Terça, 5 RTP 1

filme menor, mal interpretado por Reynolds. Para esquecer.

Sexta, 21.45, Canal 1

O Declínio do Império Americano

«Le Déclin de L'Empire Américain», (Can./1986). Realização de Denys Arcand. Interpretação de Dominique Michel, Dorothe Berryman, Louise Portal, Geneviève Rioux, Pierre Curzi, Rémy Girard, Yves Jacques. Cor, 97 minutos.

Este filme canadiano francófono foi exibido na Quinzena dos Realizadores no Festival de Cannes e nomeado para o Óscar do Melhor Filme Estrangeiro, no ano da sua produção. Trata-se de uma comédia dramática acerca da qual as referências salientam o argumento e a realização, a cargo de um nome prestigiado no National Film Board do Canadá. A descobrir.

Sexta, 01.15, Canal 1

Quando Danço Contigo «Easter Parade», (EUA/1948). Realização de Charles Walters. Interpretação de Judy Garland, Fred Astaire, Peter Lawford, Ann Miller, Jules Munshin, Clinton Sundberg, Richard Beavers. Cor, 99 minutos.

Com um Fred Astaire a regressar aos estúdios e a dançar após uma quase retirada de cena, esta comédia musical esteve para ser realizada por mestre Minnelli e protagonizada por Gene Kelly (se não fora uma perna partida). Talvez estes contratamentos tenham obscurecido, de certa maneira, o potencial brilho do filme. Mas as canções de Irving Berlin, na voz de Judy Garland, e a excelência de Astaire, coreografado por Gene Kelly, fazem o resto.

Sábado, 14.15, Canal 2

O Beijo Assassino

«The Killer's Kiss», (EUA/1955). Realização de Stanley Kubrick. Interpretação de Frank Silvera, Jamie Smith, Irene Kane, Jerry Jarret, Mike Dana. P/B, 64 minutos.

Segundo filme da carreira de Kubrick, e primeiro «filme negro» saído da sua pena, esta história dos amores agitados entre um *boxeur* e a namorada de um *gangster* foi escrita pelo próprio realizador e posta de pé em pouco tempo, com um parco orçamento e arrostando com as inúmeras dificuldades de rotação em cenários naturais - as ruas de Nova Iorque. Mas algumas sequências notáveis - como o combate de box, as cenas de pancadaria no armazém de manequins e a perseguição final pelos telhados - ultrapassam algumas hesitações de princípio de carreira de um dos mais notáveis realizadores americanos.

Sábado, 16.20, Canal 1

Vestida para Matar

«Dressed to Kill», (EUA/1980). Realização de Brian de Palma. Interpretação de Michael Caine, Angie Dickinson, Nancy Allen, Keith Gordon, Dennis Franz, David Margulis, Ken Baker. Cor, 100 minutos.

De que serve a boa mestria oficial, se não somos tocados pelo sopro do génio? Já nos chegaria a simples demonstração do talento. Mas, «Vestida para Matar», apoiado na desenvoltura técnica de uma indústria apetrechada, não consegue ser mais, afinal, do que um *pastiche* de Hitchcock, realizado por um seu notório admirador, em que a citação reverente dá lugar à cópia descarada - como é o caso da cena da tentativa de assassinio no duche, com banda sonora e tudo! Fica-nos a perturbação que, por motivos não necessariamente convergentes, nos transmitem Michael Caine e... Angie Dickinson.

Sábado, 23.25, Canal 1

Os Sete Cavaleiros da Vitória

«North West Mounted Police», (EUA/1940). Realização de Cecil B. DeMille. Interpretação de Gary Cooper, Madeleine Carroll, Paulette Goddard, Preston Foster, Robert Preston, George Brancotto, Akim Tamiroff. Cor, 120 minutos

Com argumento centrado na rebelião contra a dominação britânica, este filme de Cecil B. DeMille é um dos melhores exemplares da sua obra cinematográfica de grande espectáculo. Estreia de Gary Cooper no cinema, as sequências dos combates entre os índios canadianos e os *rangers* texanos vindos em auxílio da polícia montada, por vezes filmadas em exuberantes cenários exteriores, sobrepõem-se ao artificialismo dos cenários e a um, por vezes ridículo, tom melodramático bem ao gosto de DeMille.

Domingo, 23.25, Canal 2

O Enviado da Manchúria

«The Manchurian Candidate» (EUA/1962). Realização de John Frankenheimer. Interpretação de Frank Sinatra, Laurence Harvey, Janet Leigh, Angela Lansbury. P/B, 121 minutos.

A assinatura de Frankenheimer na realização é a primeira e mais segura referência deste *thriller* político construído sobre uma teia de relações entre serviços secretos e poder, que se diz recheado de «revelações» e alusões tais que Sinatra, após o assassinato de John Kennedy, tentou (e conseguiu) que o filme ficasse congelado durante 15 anos. A nota da RTP acrescenta que o seu «impacte e

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Aqui d'El Rei	★★★	—	★★★
B Buggy	★★	—	★★
C Longe da Guerra	★★★	—	—
D Mulheres do Sul	★★	—	★★★
E O Cabo do Medo	★★★★	—	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. António Pedro Vasconcelos — Amoreiras/9 (14.00, 17.45, 21.30), Condes (14.00, 18.00, 21.30), Las Vegas (15.00, 21.30), Londres (14.00, 18.00, 21.30) — Lisboa.
- B — Real. Barry Levinson — Amoreiras/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Fonte Nova/1 (14.45, 17.00, 19.15, 21.45) — Lisboa.
- C — Real. Pat O'Connor — Mundial/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.
- D — Real. Jon Avnet — Alfa/4 (14.00, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Amoreiras/4 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15) — Lisboa.
- E — Real. Martin Scorsese — Amoreiras/6 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Fonte Nova/3 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.

fascínio» se mantém, hoje que os mistérios do assassinio de Kennedy se traduzem em novas investigações e interrogações - mas nada disto parece colar (ou colará?...) com o facto de o herói ser um herói da guerra da Coreia «a quem lavaram o cérebro e que vai ser o instrumento executor de um fabuloso plano de agentes comunistas na América»...

Além de John Frankenheimer, anote-se ainda o nome do argumentista, George Axelrod, e de alguns dos principais intérpretes (Sinatra, Laurence Harvey, Janet Leigh).

Segunda, 14.35, Canal 1

Duelo no Missouri

«The Missouri Breaks» (EUA/1976). Realização de Arthur Penn. Interpretação de Marlon Brando, Jack Nicholson, Randy Quaid, Kathleen Lloyd. Cor, 121 minutos.

«Duelo no Missouri» é um *western* tardio - longe ia a época e o filão temático quando Arthur Penn deu as primeiras voltas à manivela deste filme - pelo que uma das suas inteligências é a própria abordagem que faz do Oeste americano a que o cinema nos (não) habituara: uma imensidão agreste onde a luta pelo poder e pela sobrevivência se faz brutalmente e sem rodrguinhos, habitada por gente acoçada e paixões primárias. Antológica, a criação de Marlon Brando no papel de um assassino a soldo, sádico, psicocapta e desequilibrado, a que Jack Nicholson dá réplica à altura. Impressionante o tratamento da paisagem, sobretudo do Missouri, que aqui não serve de pano de fundo a uma historieta estereotipada e, antes, parece integrar a errância desesperada de um grupo de homens perseguidos pela vingança de um terratenente. A não perder.

Segunda, 00.55, Canal 1

Sonhos do Passado

«Save the Tiger» (EUA/1972). Realização de John G. Avildsen. Interpretação de Jack Lemmon, Jack Gilford, Laurie Heineman. Cor, 96 minutos.

Jack Lemmon num daqueles papéis que parecem feitos à medida de uma das suas numerosas «condições», a de pequeno «homem maduro» - um papel que tão bem aprendeu a vestir e que neste caso lhe valeu mais um Oscar. Ele é aqui, de novo, um americano da classe média, um pequeno industrial cheio de princípios e de conduta irreprensível que um dia se vê em dificuldades, de que sairá à custa de atropelos vários e de grande amargura. Um melodrama tocante a que Lemmon, com o seu enorme talento, não deixa que fiquemos indiferentes.

Terça, 14.35, Canal 1

Lola

«Lola» (Fr-It/1960). Realização de Jacques Demy. Interpretação de Anouk Aimée,

Marc Michel, Jacques Harden. P/B, 88 minutos.

Evidentemente dedicado a Max Ophuls, este «Lola» é uma história de encontros e desencontros amorosos entre um jovem sonhador e uma dançarina de cabaret. Com Nantes como cenário, foi o primeiro filme de Jacques Rémy, um cineasta francês que tentou levar para o cinema francês as fórmulas do grande musical americano, posteriormente com algum êxito.

Terça, 22.05, Canal 2

Sarilho na Televisão

«Simon and Laura» (GBR/1955). Realização de Muriel Box. Interpretação de Peter Finch, Kay Kendall, Muriel Pavlov. Cor, 88 minutos.

Quarta, 23.15, Canal 1

Os primeiros tempos da televisão e as complicações das emissões em directo foram fonte inesgotável de *gags* e situações cómicas que o cinema explorou à exaustão. No caso deste filme, note-se a particularidade de haver nele grandes profissionais envolvidos - de Muriel Box, uma excelente realizadora, a actores como Peter Finch, Kay Kendall ou Muriel Pavlov.

Quarta, 14.00, Canal 1

Os Modernos

«The Moderns» (EUA/1988). Realização de Alan Rudolph. Interpretação de Keith Carradine, Linda Fiorentino, Genevieve Bujold, Geraldine Chaplin. Cor, 121 minutos.

Quarta, 23.15, Canal 1

TEATRO

ESTRELA 60

Rua de St. António à Estrela, 60. 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 16.00. DA VIDA DOS PÁSSAROS, de João Silva, produção de O Bando.

PALÁCIO RIBAMAR

Algés (antigo casino, frente ao jardim). 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 16.30. CABARET DO PRAZER E DA MEMÓRIA, encenação de Armando Caldas, música de Carlos Alberto Moniz, pelo Intervalo - Grupo de Teatro.

TEATRO ABERTO

Pç. de Espanha. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. O MARIDO VAI À CAÇA, de George Feydeau, encenação de Fernando Gomes.

TEATRO CINEARTE

Lg. de Santos, 2. Tel. 3965360. Sáb. e 2ª às 21.30, dom. às 17: PLAY IT AGAIN, SAM, de Woody Allen, encenação de Helder Costa. 3ª às 22.00 na Sala Grande, 6ª às 24 no Cinearte-Café: PRANTO DE MARIA PARDA, de Gil Vicente, versão de Maria do Céu Guerra; 4ª, 5ª e 6ª às 21.30: UMA FLORESTA DE ENGANOS, de Gil Vicente; Sáb. e 2ª às 24.00, dom. às 21.30: MI RIVAL, de Ralph Talbot (Produções de A Barraca)

TEATRO DA COMUNA

Pç. de Espanha. Tel. 7260818. Sala 1: de 2ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. MÁ SORTE TER SIDO PUTA, de John Ford, encenação

de João Mota. Café-Teatro: sáb., às 24.00, II FESTIVAL DA OTITE, de Carlos Paulo, encenação de João Mota.

TEATRO DO BAIRRO ALTO

Rua Ten. Raul Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. MAUSER, de Heiner Muller, encenação de Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

TEATRO DA GRAÇA

Travessa de S. Vicente, 11. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. ESTRELAS NA MANHÃ, de Alexandre Galine, encenação de José Wallenstein.

TEATRO MIRITA CASIMIRO

Av. Fausto de Figueiredo, Monte Estoril. Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. LA NONNA, de Roberto Cossa, encenação de Carlos Avilez, pelo Teatro Experimental de Cascais.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Rossio. Tel. 3472246. De 3ª a sáb. às 20.30, dom. às 16. PASSA POR MIM NO ROSSIO, texto e encenação de Filipe La Féria.

TEATRO VILLARET

Av. Fontes Pereira de Melo, 90-A. Tel. 538586. De 3ª a dom. às 21.00, dom. também, às 16. QUEM MUDA A FRALDA À MENINA?, de Francisco Ors, encenação de Armando Cortez.

PALAVRAS CRUZADAS

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															
12															
13															

Horizontais: 1 — Parte do intestino delgado; víscera onde começa a digestão; 2 — Fio de metal puxado à feira; idolatrado; ajustar. 3 — Antiga embarcação de grande bojo; proceder; perfuma. 4 — A mesma fórmula (farm.); lavar; licor de erva-doce. 5 — Prep.; recente cidade do dist. de Aveiro; renque de árvores; Cobalto (símb.). 6 — Ordem Militar; destro; armário onde se guardam bebidas alcoólicas. 7 — Cidade andaluz; dança regional; debaixo de. 8 — Mulheres de estatura invulgar; tunda; pedra de altar. 9 — Nota musical; cidade argentina; feiticeira entre os romanos; art. árabe. 10 — Cobalto (símb.); passa para outro dia; migalha. 11 — Remedeia; golfinho dos mares do Norte; moves os remos. 12 — Olvide; amarrou; oferecera. 13 — Saco que contém a urina; próprio dos asnos.

Verticais: 1 — Lendário escravo de Camões; a nata; debaixo de. 2 — Enganam-se; ponha em camadas. 3 — Fruto da jaqueira; nome de mulher; água muito fria. 4 — Certa; ovelhum; estão no patim. 5 — Neon (símb.); prevenida; Prata (símb.). 6 — Lavras; rio que banha Alcácer do Sal. 7 — Escrava de Abraão e mãe de Ismael; vertigem. 8 — Título dos descendentes de Mafona; lamentos; registo de uma sessão ou assembleia. 9 — Ribeira de Portalegre que com outra, forma o Sorraia; campos; cont. prep. e art. 10 — Tratamento familiar; associavam-se; grito de espanto. 11 — Aro; proceder; 12 — A mãe de Jesus; anuí. 13 — Antepassados; jibóia; assim seja. 14 — Aguardente dos cereais; guindaste grande; anel. 15 — Pregador; aplanas.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

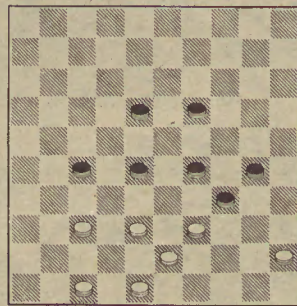
Horizontais: 1 — Jerónimos; Belém. 2 — Amou; navega; uma. 3 — Nem; saca; eta. 4 — Gr; Rif; Io; ola. 5 — Agradais; apa; si. 6 — Dias; oa; Eva; loa. 7 — Aru; mate; fins. 8 — Sã; aro; ia; más. 9 — Mazelas; lai; dá. 10 — Rô; al; oil; cós. 11 — Ela; foi; sem. 12 — Ga; sal; fá; rol. 13 — Ordenara; melação.

Verticais: 1 — Jangadas; pego. 2 — Emergiram; lar. 3 — Rom; Rau; ara. 4 — Ou; Rás; azo; se. 5 — Cid; ore; Man. 6 — In; Fao; ola; lá. 7 — Mas; iam; ali. 8 — Ovais; ais; afã. 9 — Seco; ETA. 10 — Ga; Ave; lie. 11 — Ba; opa; mal; ré. 12 — Ela; foi; Sol. 13 — Luta; Lis; ccla. 14 — Ema; Son; dom. 15 — Má; miasmas; tó.

DAMAS

CCCLIII-30 de Abril de 1992
PROPOSIÇÃO Nº 1992D035
Por: PAUL DEVISME
1978

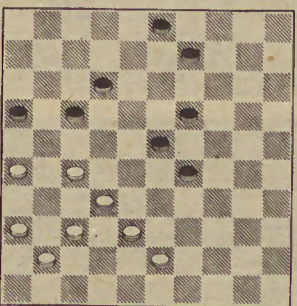
Pr.: [7]: 18-19-27-28-29-30-34
Br.: [7]: 37-38-39-43-45-47-48



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1992D036
Esquema do Golpe de Napoleão
La Dépêche du Midi, 13-VIII-78

Pr.: [8]: 3-9-12-16-17-19-23-29
Br.: [8]: 26-27-32-36-37-38-41-43



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CCCLIII

Nº 1992D035 [P.D.]: 1. 37-32!, (28x37); 2. 38-33, (29x49=D); 3. 47-42, (34x43); 4. 42-35!, (49x40*); 5. 35x44, (43x49); 6. 45-40, (49x38...); 7. 48-43, (38x49); 8. 40-35, (49x40); 9. 35x44 e ganha.

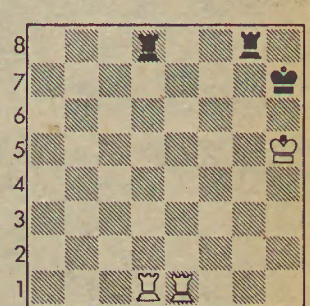
Nº 1992D036: 1. 27-22, (17x28); 2. 37-31, (28x46=D); 3. 38x32, (46x28); 4. 26-21, (16x27); 5. 31-4=D e ganha

A. de M. M.

XADREZ

CCCLIII-30 de Abril de 1992
PROPOSIÇÃO Nº 1992X035
Por: HENRI RINCK
National Zeitung, 1945

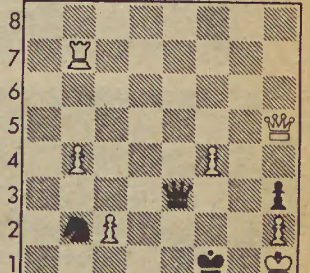
Pr.: [3]: Ts.d8, g8-Rh7
Br.: [3]: Ts.d1, é1-Rh5



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1992X036
Por: A. S. Karovin
Concurso F. I. D. E., 1962

Pr.: [4]: Ph3-Cb2-Dé3-Rf1
Br.: [7]: Ps.b4, ç2, f4, h2 — Tb7-Dh5-Rh1



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CCCLIII

Nº 1992X035 [H.R.]: 1. T67+, Rh8; 2. Rh6, Tg68; 3. Tdd7, Rg8; 4. Tg7+, Rh8!; 5. th7+, Rg8; 6. Td7+ e ganha.

Nº 1992X036 [A.S.K.]: 1. Db5+, Cç4; 2. Dç4+, Rf2!; 3. Dç5, Tf1!; 4. Db5+, Rf2; 5. Db6!, Rf1; 6. Da+, Rf2; 7. Da7, Rf1; 8. Da1+, Rç2; 9. Tç7, D: ç7; 10. Dç5+, D: ç5; 11. f: ç5 e ganha

A. de M. M.

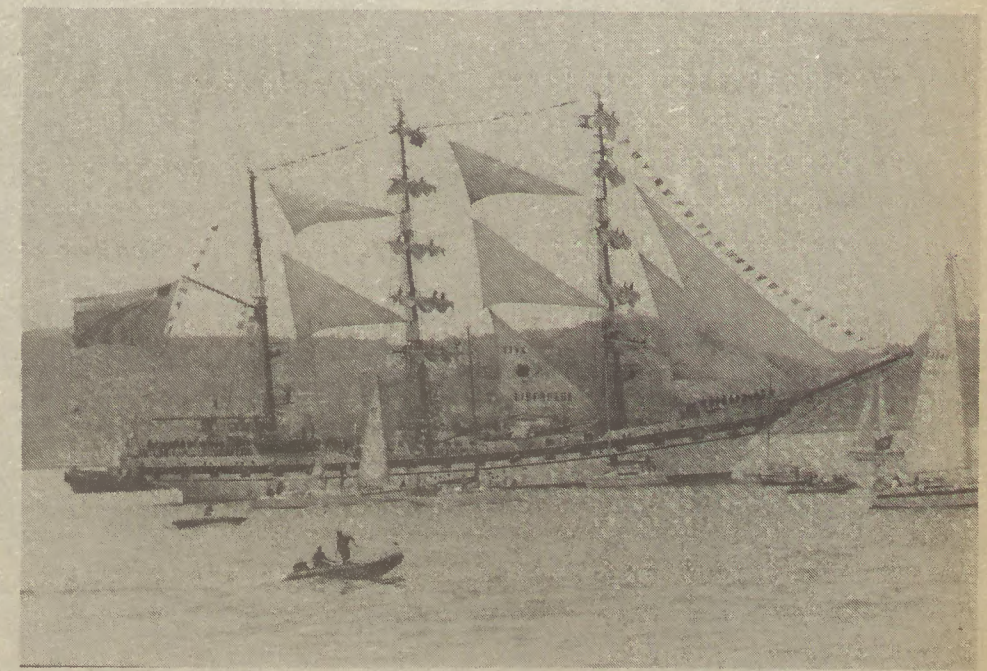
Tempo



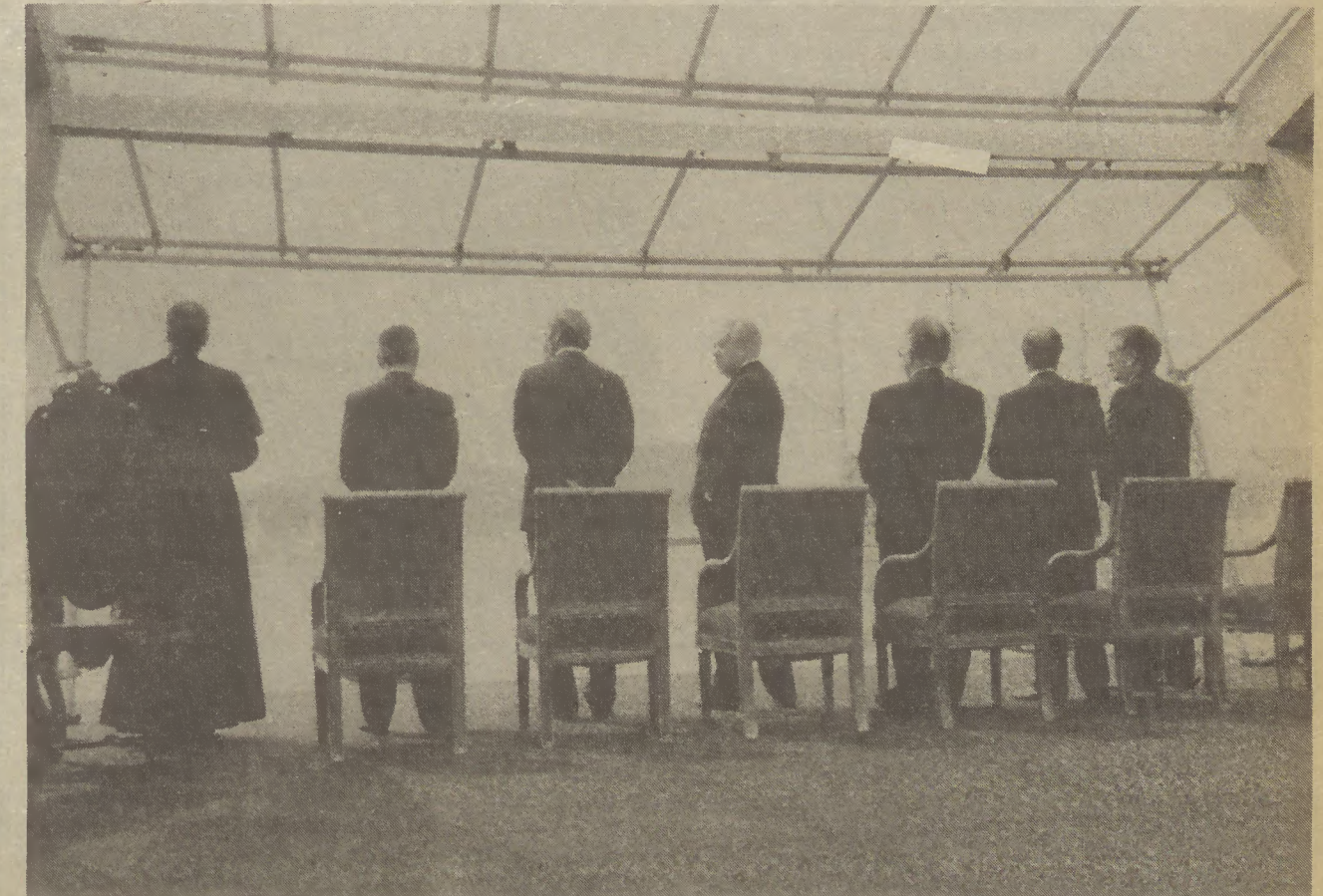
Previsão do Instituto de Meteorologia e Geofísica.

Fim-de-semana: Céu pouco nublado ou limpo, vento fraco a moderado.

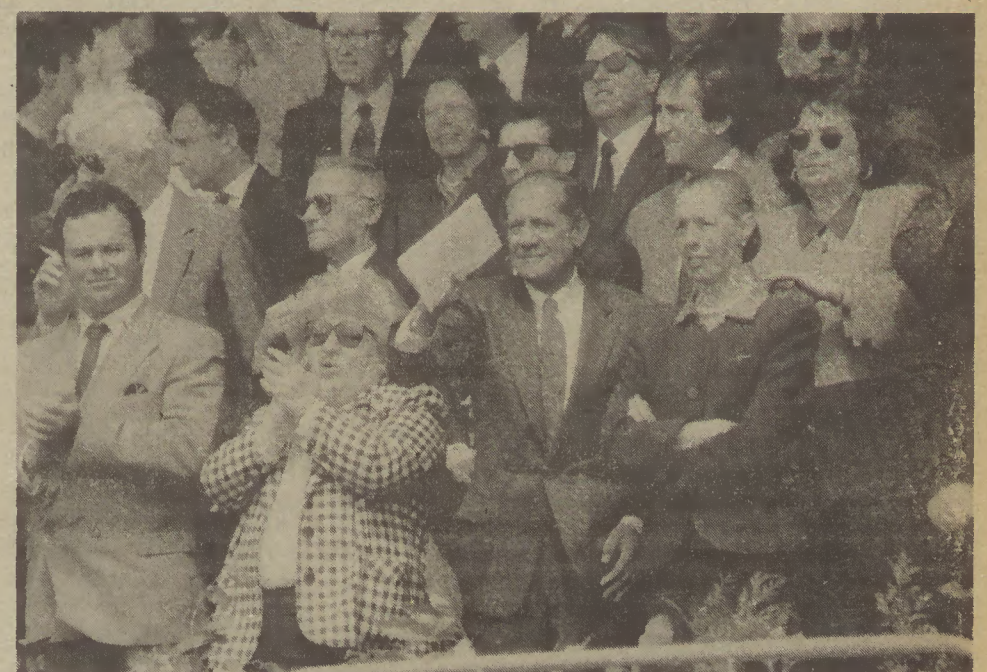
CONTRASTES



Entre outras coisas, o 25 de Abril foi uma Revolução que quis apagar os contrastes sociais deste País, como o da miséria e



a repressão, por um lado, a abater-se sobre um povo inteiro, enquanto no outro imperava uma clique parasitária e exploradora com um regime fascista ao seu serviço. Passados 18 anos sobre a alvorada libertadora os contrastes invadiram as comemorações do próprio 25 de Abril: de um lado continua o povo a fazer da festa o ponto de encontro de uma luta que Abril abriu em defesa da democracia, da liberdade e do progresso; do outro surgem umas comemorações oficiais que parecem surpreendentemente esquecidas do que o 25 de Abril é, para fazerem dele o que nunca foi: ocasião para regatas em água de colónia...



Fotos de Jorge Caria

ÚLTIMAS

a talhe de FOICE

O plagiador

Em rigor, o plágio é uma tentação bastante ecléctica.

Se a Gioconda ou os grandes mestres da pintura já foram copiados de todas as cores e feitios, também Alves dos Reis plagiou na perfeição as notas do Banco de Portugal, tal como se escritores ou músicos são apanhados na escandaleira de roubar ideias uns aos outros, há igualmente esforçados martelheiros que não se cansam de encher pipas com imitações de vinho.

É, aliás, a evidência de que se pode plagiar quase tudo que anima tanta gente a fingir-se dona do que não lhe pertence, seja um naco de prosa ou uma reputação honesta, um tema musical ou um peixe de 10 quilos que se pescou na lota com uns milhares de escudos.

Entretanto se acham que estamos a abusar do campo lexical de «plágio», estamos sim senhor e assumimo-lo com a frontalidade de um secretário de Estado.

Na verdade, alargámos a coisa até ao absurdo para ver se cabiam lá os editoriais de José Silva Pinto, o director do semanário «O Jornal». Esforço em vão: não cabem nem de empurrão.

É que o homem não apenas plagia, mas plagia-se a si próprio!

No editorial de cinco parágrafos saído no número passado, três são pura e simplesmente transcritos de um editorial do mesmo JSP, no mesmo semanário e sobre o mesmo tema, mas publicado há... seis anos.

Pode dizer-se que quem plagia o que é seu não deve nada a ninguém.

Será, certamente, o que dirá JSP, e longe de nós apoquentá-lo para além da sua compreensão das coisas.

Mas se JSP não compreende que plagiar um editorial, mesmo de si próprio, coloca o editorialista entre a burla jornalística e a incompetência profissional, há-de ter usado algum entendimento para fazer o que fez.

Há-de, pelo menos, ter entendido uma de duas coisas.

Ou que ninguém lê o que ele escreve e por isso até podia ter transcrito uma página inteira da lista telefónica.

Ou o que ele escreve é tão lapidar que deve ser relido de seis em seis anos, pelo menos.

Entendemos que exagerará, em ambos os casos.

Nem o que JSP escreve é assim tão ignorado, nem ninguém fica ignorante se não ler o que ele escreve, mesmo de seis em seis anos.

Outro ângulo a considerar, no possível entendimento de JSP acerca da arte de plagiar editoriais, é o do tema escolhido.

O 25 de Abril, nem mais nem menos.

Aí, para JSP, também das duas uma.

Ou o 25 de Abril é uma irrelevância cujo aniversário se arruma com uma receita de pacote.

Ou o 25 de Abril é uma data tão fundamental para o País, que se justifica a repetição de algumas apreciações a seu respeito.

Se o entendimento de JSP vai pela primeira hipótese, então não se percebe por que fala ele, de seis em seis anos, «neste país que queremos para sempre iluminado pela chama da liberdade» - isto se pusermos de parte, como pomos, a possibilidade de o autor estar a confundir o Portugal de Abril com a questão energética nacional.

Se a questão for a outra, aí não se entende por que JSP anda há pelo menos seis anos a repetir que «o passado a que o 25 de Abril pôs termo é um tempo sem memória e um quadro de referência sem sentido». Uma tal falta de memória só faz sentido em quem quer esquecer tanto o 25 de Abril como «o passado a que pôs termo», que, aliás, estão tão obviamente ligados que até faz impressão como JSP não se lembrou disso, durante estes seis anos em que tem andado sem memória.

Já agora e aproveitando o jeito, JSP poderá plagiar outro fazedor de opinião, o dinâmico Cáceres Monteiro (aliás, seu colega no «Jornal»), acompanhando-o à praia do Guincho para uma sessão conjunta: este veste-se de repórter de guerras passadas e JSP disfarça-se de editorial do futuro.

HC

Octávio Pato na Coreia do Norte e na China

Regressou a Lisboa no passado dia 24 o camarada Octávio Pato, membro do Secretariado do CC, que, em representação do PCP, realizou nas últimas duas semanas uma visita à Coreia do Norte e à China.

Na Coreia do Norte, o representante do PCP assistiu à comemoração do 80.º aniversário de Kim Il Sung, secretário-geral do PTC e pre-

sidente da RPDC, em que participaram delegações e representações de 130 países do mundo, numa manifestação de solidariedade com a justa luta do povo da Coreia do Norte pela desnuclearização e reunificação pacífica da península coreana. Visitou diversas empresas e obras públicas e, na zona de Pan Mun Jon, o muro de 200 km de extensão e 8 metros de

altura construído há 40 anos pelos americanos para dividir a Coreia do Sul e a Coreia do Norte.

Na China, Octávio Pato teve, em Pequim, encontros e conversações com Song Ping, membro da Comissão Permanente do Bureau Político, e com Zhu Liang e Li Shuzheng, chefe e chefe-adjunto do Departamento de Relações Internacionais do

CC do PC da China. Deslocou-se ainda à cidade de Xie-man, zona económica especial do Sul da China, onde visitou uma moderna empresa de telecomunicações e teve encontros com dirigentes regionais. Esta visita permitiu uma frutuosa troca de informações e opiniões, contribuindo para o reforço das relações de amizade e colaboração entre o PC da China e o PCP.



Retex deve ouvir sindicatos

A modernização com vista aos previsíveis fundos do Retex (apoio comunitário aos têxteis) não deve marginalizar as organizações representativas dos trabalhadores. Assim, a Fesete (Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal) reclamou em plenário recente no Porto que o Governo proceda à audição prévia das organizações sindicais no que respeita à temática relacionada com os previsíveis fundos Retex, pois — afirma — é «um direito dos trabalhadores ser ouvidos na elaboração de legislação que lhes diga directamente respeito». Os sindicatos, aliás, nada mais exigem que tratamento igual ao que é dado pelo Governo ao patronato e às suas associações.

Na foto: pessoal da Baganheira, parado em Novembro de 1990.

Ameaças na Olaio

A comissão de trabalhadores da Olaio, Indústria de Móveis «não deixará de proceder judicialmente contra aqueles que assumiram uma posição contrário ao que legalmente está consagrado», afirma-se num comunicado da CT daquela empresa de Sacavém, emitido na semana passada, após «ameaças proferidas pelo conselho de administração, visando atingir todos os trabalhadores que participassem no plenário do passado dia 16».

Nesse documento, a comissão de trabalhadores denuncia o «duro retrocesso de vivência democrática» a que se assiste na Olaio, referindo, em concreto, ameaças feitas pelas hierarquias pouco antes daquela reunião de trabalhadores e que permitem à CT concluir que «houve de facto uma intenção clara de violação do direito de reunião». «Não obstante», a CT afirma

a sua convicção de que «o medo instalado na empresa será em breve superado pelos trabalhadores».

Também na semana passada, o departamento de informação da CGTP tornou pública uma saudação aos trabalhadores portugueses da base das Lajes, manifestando-lhes a solidariedade da central «na luta pela defesa dos seus direitos e interesses» e exortando-os a participarem na concentração na Praia da Vitória e a prosseguirem a sua luta pela reintegração dos camaradas «injusta e arbitrariamente afastados dos seus postos de trabalho em consequência de decisão unilateral das autoridades americanas da base das Lajes, bem como pela revisão do acordo laboral e pela implementação e cumprimento dos demais direitos e interesses de que estão a ser injustamente esbulhados».

Álvaro Cunhal com artistas plásticos

No próximo dia 8, sexta-feira, o secretário-geral do PCP participa num debate-convívio com artistas plásticos, que terá lugar a partir das 21 horas, na sala Veneza do Hotel Roma. Promovida pelo sector de Artes e Letras da Organização Regional de Lisboa do Partido e pela comissão de Artes Plásticas da Festa do «Avante!», a iniciativa contará também com a participação de José Luís Porfírio, Manuel Augusto de Araújo, Rogério Ribeiro, Rui Mário Gonçalves e Tomás Maia, entre outros.

Domingo na Comercial

Neste domingo, dia 3, Álvaro Cunhal entrevista Carlos Cruz, durante o programa «Contra a Corrente», que vai para o ar na Rádio Comercial, entre as 12 e as 13 horas.

Letras de Coimbra não abriu

Por decisão unânime dos seus órgãos de gestão que contou com o apoio da direcção da Associação Académica, a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra não iniciou ainda as aulas do segundo semestre. A faculdade vai manter-se encerrada «até que o Governo dê uma resposta concreta ao problema» da contratação de assistentes.

O executivo de Durão e Cavaco recusa-se a cumprir compromissos assumidos há meses relativos à contratação de 6 assistentes da faculdade (50 no conjunto da Universi-

dade de Coimbra), situação que levou o PCP a apresentar um requerimento na Assembleia da República, no passado dia 24.

Numa nota divulgada anteontem, o organismo de direcção da Organização de Professores de Coimbra do PCP manifesta a sua solidariedade para com os órgãos de gestão, os docentes e os estudantes da Faculdade de Letras, e alerta para o facto de as actuais dificuldades resultarem da política de bloqueamento e desinvestimento no Ensino Superior público seguida pelo Governo.

Contra Champalimaud na banca

As comissões nacionais de trabalhadores (CNTs) do sector bancário protestaram segunda-feira contra as declarações de António Champalimaud, considerando o seu regresso à banca «uma verdadeiraa ameaça pública».

As CNTs, que vão efectuar ainda esta semana uma reunião com os sindicatos bancários (Norte, Centro, Sul e Ilhas), referem-se a declarações de Champalimaud, já comentadas pelo «Avante!» e segundo as quais se proporia efectuar despedimentos selectivos com critérios de

ordem partidária. As CNTs da banca, através da Comissão Coordenadora, sublinham que, com essas declarações, A. Champalimaud «colocou-se à margem do quadro legal e democrático do Portugal de hoje».

Depois de apelarem à participação no 1.º de Maio «em unidade e luta», as CNTs referem-se às privatizações e às «perdas de direitos» que acarretam, às «novas formas de exploração», nomeadamente ao prolongamento dos horários de trabalho sem remuneração.